



# REVISTA LUMEN

**Grão-Chanceler**

Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer

**Reitor**

Prof. Dr. Pe. Edelcio Serafim Ottaviani

**Vice-Reitora**

Prof<sup>a</sup>. Ma. Karen Ambra Cordeiro

**Pró-Reitor Administrativo**

Prof. Me. Pe. João Julio Farias Junior

**Pró-Reitor Jurídico**

Prof. Esp. Pe. José Rodolpho Perazzolo

**Pró-Reitora Acadêmica**

Prof<sup>a</sup>. Ma. Denize Scivoletto Mazza Garcia

**Secretário Geral**

Adilson Cristiano Lana

**Editor responsável**

Prof. Dr. Sidnei Ferreira de Vares

**Secretária da Revista Lumen**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Vanessa Beatriz Bortulucce

**Revisora**

Joana Fátima Gonçalves (MTB 20.287/SP)

**Diagramação, suporte técnico e administração do Portal de Periódicos**

Prof<sup>o</sup>. Me. Cleber Cicero Magnagnagno

**Conselho editorial**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Carla Montuori Fernandes (Universidade Paulista – UNIP)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Riberi Lobo (Universidade São Judas Tadeu– USJT)

Prof. Dr. Flávio Reis dos Santos (Universidade Estadual de Goiás - UEG)

Prof. Dr. Flávio Rovani de Andrade (Universidade Federal do Piauí - UFPI)

Prof. Dr. Flávio Trovão (Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT)

Prof. Dr. Hermógenes Saviani Filho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

Prof. Dr. José Iesca Rodrigues (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Prof. Dr. José Renato Polli (Centro Universitário Anchieta – UNIANCHIETA)

Prof. Dr. Marcos Horácio Gomes Dias (Universidade São Judas Tadeu – USJT)

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Lúcia Salgado (Faculdade Paulista de Pesquisa e Ensino Superior – FAPPES)

Prof. Dr. Pedro Calixto (Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

***Periodicidade Semestral***

## Sobre a Revista

A Revista Lumen é uma publicação semestral de caráter multidisciplinar organizada pelo Centro Universitário Assunção – UNIFAI, que tem como objetivo divulgar o trabalho de docentes, pesquisadores e convidados de Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil e do exterior. A revista aceita trabalhos que não tenham sido publicados ou estejam em vias de publicação em outros periódicos, desde que atendam aos seguintes requisitos:

- abordem, através de qualquer metodologia, temas relevantes nas áreas de ciências humanas, de forma aprofundada, revelando reflexão crítica;
- constituam ensaios bibliográficos, comunicações, resenhas, entrevistas, artigos, revisões bibliográficas e traduções;
- estejam adequados às normas de publicação da revista.

A publicação do material dependerá de sua pertinência e profundidade. Os trabalhos enviados à revista deverão ser analisados pela Comissão Editorial, que considerará a adequação da contribuição à linha editorial da revista. Tendo a Comissão Editorial analisado positivamente o material enviado, os originais serão submetidos à avaliação *ad-hoc* de, ao menos, dois pareceristas. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo das contribuições feitas pela Comissão Editorial e/ou pelos pareceristas serão previamente acordadas com os autores. Só serão aceitos textos escritos em português. Textos produzidos em outros idiomas deverão, portanto, ser traduzidos. Com efeito, a Comissão Editorial vê-se totalmente responsável por rejeitar trabalhos enviados que não se enquadrem em sua linha editorial, que técnica, estrutural e/ou teoricamente demonstrem fragilidades ou que, simplesmente, não atendam aos requisitos acima discriminados. Os trabalhos aprovados pela Comissão Editorial, pelos pareceristas e pelo Conselho Consultivo seguirão para a publicação, respeitando, todavia, a ordem de publicação (número da revista) e, dependendo do tipo de trabalho enviado, a adequação ao tema geral do Dossiê. Destarte, o prazo máximo para a comunicação de resposta de aprovação ou rejeição do material enviado ao colaborador é de 90 dias, iniciando-se pela confirmação do recebimento do trabalho.

### Normas para publicação

A *Revista Lumen* tem 5 seções temáticas: 1) **artigo**; 2) **entrevista**; 3) **resenha**; 4) **traduções**; 5) **ensaios**.

O número máximo de caracteres com espaços, incluindo notas de rodapé, deve corresponder a cada categoria:

- para **artigo**, até 60 mil caracteres com espaços;
- para **entrevista**, até 20 mil caracteres com espaços;
- para **resenha**, até 10 mil caracteres com espaços (só serão aceitas resenhas de livros publicados nos últimos 5 anos ou que tenham grande relevância para a área de conhecimento a qual pertencem)
- para **traduções** não há um limite de caracteres predefinido, embora, no que se refere aos textos traduzidos, recomenda-se concisão para não fugir ao padrão editorial.
- para **ensaios** não há limite de caracteres predefinidos, embora seja recomendado que o texto possua uma abordagem original e autoral.

Os autores deverão enviar o material para proposta obedecendo aos **parâmetros de formatação da Lumen**, com um currículo sintético, através do portal da revista, que pode ser acessado no endereço: <http://www.periodicos.unifai.edu.br>

Os artigos devem ser acompanhados de resumos em português e inglês (*abstracts*) podendo também incluir imagens, que serão distribuídas em, no máximo, duas páginas ao final do artigo.

Os textos serão enviados em arquivo no formato Microsoft Office Word 2003©, ou mais recente; e as imagens em arquivo JPG ou TIF.

Caso as imagens não estejam de acordo com os padrões exigidos para um resultado excelente, a editoria poderá alterar as dimensões indicadas para a reprodução, guardando o direito de não utilizá-las, em caso de inadequação completa; também poderá transformar imagens coloridas em preto-e-branco, para assim publicá-las.

A simples remessa de originais implica a autorização para publicá-los.

O mérito dos textos propostos será julgado pelos editores da *Lumen* e por dois pareceristas da área, tendo como critérios mais relevantes a originalidade do conteúdo e a sua compatibilidade com os estudos das áreas pertinentes.

## Parâmetros de formatação

1. O texto deve estar em fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1,5. Os resumos e *abstracts* devem ter, em média, cem palavras. O resumo e o *abstract* também devem apresentar de três a cinco palavras-chave e *keywords*. O título do artigo deve estar em negrito e, também, deve ser apresentado em caixa alta, tamanho 12. Os intertítulos devem ser apresentados em negrito, tamanho 12, com caixa alta somente no início da palavra.
2. As referências bibliográficas completas deverão aparecer ao final do texto – portanto, quando uma referência bibliográfica aparecer pela primeira vez, citá-la no corpo do texto, entre parênteses, logo após a citação. Em citações literais, deverá aparecer da seguinte forma: (Autor, ano, página). Em citações não literais, a referência deverá ser feita da seguinte forma: (Autor, ano).
3. O uso de notas de rodapé será válido somente para inserção de informações complementares ou para apresentação de trecho na língua original, quando traduzido no corpo do texto. As notas devem aparecer em pé de página (rodapé) e indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente.
4. Quando inseridas no corpo do texto, as transcrições devem ser destacadas entre aspas duplas (havendo aspas no texto original, elas se transformarão em aspas simples). Quando a transcrição tiver três linhas completas ou mais, deverá ter o parágrafo recuado à esquerda, letra tamanho 10 e espaço simples, sem aspas. O itálico deve ser usado somente nos títulos de obras, em expressões estrangeiras ou termos em destaque.
5. As imagens não devem ser inseridas no arquivo do texto. Deverão ser enviadas cada uma em arquivo separado (formatos TIF ou JPG), em baixa resolução, para o processo de seleção. As imagens serão indicadas no corpo do texto entre colchetes: Ex: [Fig. 1], [Fig 2], [Fig 3], e assim por diante. Cada arquivo de imagem deve indicar no nome essa numeração, sem os colchetes.
6. Após a aprovação do artigo, o autor deverá enviar, imediatamente, as imagens em alta resolução, para serem publicadas. Devem ter, no mínimo, 300 dpi e dimensões compatíveis com o tamanho no qual serão reproduzidas.
7. Em arquivo separado, contendo o título do artigo, o autor fará uma lista das legendas de todas as imagens, segundo sua numeração. A imagem ou figura deve apresentar uma legenda que deve trazer, na ordem: título da imagem. Crédito fotográfico ou Procedência: (referência à publicação e página da qual foi capturada a imagem).

## Para citação nas notas

### Livro:

SOBRENOME, Nome. Título em itálico. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

\* Caso haja outra edição do mesmo livro, esta deve ser indicada logo após o título.

### Coletânea:

SOBRENOME, Nome. “Título do capítulo entre aspas”. In: SOBRENOME, Nome (Org.) Título em itálico. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

### Artigo:

SOBRENOME, Nome. “Título do artigo entre aspas”. Título do periódico em itálico. Local de publicação, volume, número do periódico, mês (abreviado) e ano de publicação.

\* No caso de jornal, indicar também o dia antes do mês.

### Trabalho acadêmico:

SOBRENOME, Nome. Título do trabalho em itálico: subtítulo. (tipo de trabalho: tese, dissertação ou monografia) Vinculação acadêmica, (Orientação), local e data da apresentação ou defesa.

### Documentos eletrônicos:

AUTOR(ES). Denominação ou Título: subtítulo. Indicações de responsabilidade. Data. Informações sobre a descrição do meio ou suporte.

Obs.: Para documentos on-line, são essenciais as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais < >, precedido da expressão “disponível em”: e a data e horário do acesso ao documento, precedida da expressão “acesso em”.

## Editorial

A *Revista Lumen*, fundada em 1994, durante anos cumpriu o importante papel de difundir a produção acadêmica no Brasil, dando espaço tanto aos professores do Centro Universitário Assunção – UNIFAI, instituição à qual está vinculada, quanto aos colaboradores externos. Foram mais de 30 números publicados desde então, dois a cada semestre. Todavia, a revista encerrou sua atividade no ano de 2009. Em 2011, com a ascensão da nova reitoria, representada pelo Magnífico Reitor Prof. Dr. Pe. Edelcio Serafim Ottaviani, houve a preocupação de resgatar este veículo de difusão do conhecimento acadêmico, bem como em estimular os professores da instituição à prática da pesquisa e da produção acadêmica de qualidade.

Como é do conhecimento de todos, reflexões e debates acadêmicos, cada vez mais, assumem importância fundamental face às rápidas transformações do mundo contemporâneo. A universidade, portanto, tem o compromisso com a promoção de leituras e análises mais abrangentes, que, promovendo novos questionamentos teórico-metodológicos, deem conta de compreender esses processos. Afinal, se ensino, extensão e pesquisa constituem o tripé sob o qual se assentam as instituições de ensino superior, cabe ao Centro Universitário Assunção – UNIFAI dar a sua parcela de contribuição para o avanço da pesquisa acadêmica no Brasil.

O ano de 2015, portanto, demarca um novo momento dessa história. Reitoria, pró-reitoria acadêmica, coordenadores de curso e professores decidem trabalhar em torno de um projeto de reativação da *Revista Lumen*. Este projeto, que já vem sendo discutido há meses, vê-se, agora, concluído. O saldo, sem dúvida positivo, pode ser, enfim, avistado. Em um novo formato, virtual, a *Revista Lumen* reinicia seus trabalhos com o objetivo de dar voz aos pesquisadores de todo Brasil e, quiçá, aos pesquisadores estrangeiros que queiram colaborar conosco. Estruturada, pois, em torno de um tema geral, que compõe o dossiê, mas também aberta a artigos livres, resenhas, traduções e entrevistas, a versão virtual da *Revista Lumen* recomeça sua missão acerca da difusão científica. Destarte, é com enorme alegria que seus editores, Prof. Dr. Sidnei Ferreira de Vares e Prof<sup>a</sup>. Dra. Vanessa Beatriz Bortulucce, apresentam o segundo número da *Revista Lumen*.

*Boa leitura a todos,  
Os editores.*

## SUMÁRIO

<b>DOSSIÊ - As faces do fundamentalismo: economia, política e religião.....</b>	<b>11</b>
ASPECTOS DOCTRINÁRIOS FUNDAMENTALISTAS DA EXPANSÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL DOS ESTADOS UNIDOS.....	12
RESPONSABILIDADE E CULPA ALEMÃ: UM DIÁLOGO ENTRE HANNAH ARENDT E KARL JASPERS. .	30
O AQUECIMENTO GLOBAL COMO NOVO FUNDAMENTALISMO ECONÔMICO: REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO AQUECIMENTISTA.....	43
O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO: O USO DA INFORMAÇÃO E A CONTRAINFORMAÇÃO NUMA SOCIEDADE QUE VIVE EM REDES DE COMUNICAÇÃO.....	59
<b>ARTIGOS LIVRES.....</b>	<b>75</b>
IMPORTÂNCIA DOS ESPECTADORES, COMO FORMADORES DE AUDIÊNCIA, EM RELAÇÃO ÀS SUAS EXPECTATIVAS.....	76
DADAÍSMO E SURREALISMO: UMA EXPERIÊNCIA NO CINEMA.....	104
ALFABETIZAÇÃO NO MÉTODO SOCIOLINGÜÍSTICO: UMA PROPOSTA PARA O EXERCÍCIO DA CONSCIÊNCIA SOCIAL, SILÁBICA E ALFABÉTICA.....	120
<b>ENSAIOS.....</b>	<b>134</b>
GETÚLIO VARGAS: AS VELHAS PRÁTICAS DE UM ESTADO NOVO.....	135
<b>TRADUÇÕES.....</b>	<b>141</b>
NOMES PRÓPRIOS.....	142

# Apresentação

Neste número, a *Revista Lumen* contempla um tema relevante e não menos atual: o fundamentalismo. Para tanto, destacamos artigos que tocam no referido tema a partir de problemáticas e olhares distintos. Disso resulta o tema deste dossiê: “As faces do fundamentalismo: economia, política e religião”.

Esta seção da revista contou com quatro importantes contribuições. O primeiro artigo, “Aspectos doutrinários fundamentalistas da expansão política, econômica e cultural dos Estados Unidos”, de Walter de Sousa Junior, faz uma abordagem cirúrgica da visão que o ocidente tem do fundamentalismo, pois é entre os cristãos que o termo é comumente empregado para se referir ao extremismo islâmico. Contudo, o autor pretende ir mais fundo, discutindo, também, se os Estados Unidos não teriam, sobretudo depois do ataque às torres gêmeas, convertido seus ideais democráticos e liberais numa espécie de fundamentalismo.

Em “Responsabilidade e culpa alemã: um diálogo entre Hannah Arendt e Karl Jaspers”, segundo artigo, Fabiano Tizzo apresenta um dos mais emblemáticos casos de fundamentalismo político e ideológico do século XX: o nazismo. A partir do diálogo teórico entre Arendt e Jaspers, o autor reflete sobre a culpa alemã em relação às atrocidades e crimes cometidos contra a humanidade, em especial contra os judeus, durante a Segunda Guerra Mundial.

“O aquecimento global como novo fundamentalismo econômico: reflexões sobre o discurso aquecimentista”, de Felipe Almeida dos Santos e Clara Ribeiro Silva, trata de uma questão importante: os pressupostos do fundamentalismo econômico na hipótese do aquecimento global, confrontando-os com os pressupostos da climatologia geográfica, com vistas a identificar os seus aspectos ideológicos – políticos e econômicos – que, na visão dos autores, estão calcados no alarmismo ambiental neomalthusiano.

O quarto artigo desta seção, “O fundamentalismo religioso: o uso da informação e a contrainformação numa sociedade que vive em redes de comunicação”, Rogério Neves discute o fundamentalismo religioso, enfatizando as várias formas de expressão religiosa no plano cultural em um mundo em que as redes de comunicação ganham a cena.

Abrindo a seção de artigos livres, o trabalho “A importância dos espectadores, como formadores de audiência, em relação às suas expectativas”, de Sidney Proetti, debate a relação entre os espectadores, e suas expectativas, e o contexto de audiência nos meios de comunicação de massa,

focando, pois, a relação entre esses dois polos: receptores de informação e transmissores de informação.

Antonio Ruzza, em “Dadaísmo e surrealismo: uma experiência no cinema”, busca destacar as contribuições dessas duas correntes, que transformaram a concepção de arte e cultura na primeira metade do século XX, tanto do ponto de vista estético quanto político, sobretudo no que se refere ao cinema.

O terceiro artigo livre, “Alfabetização no método sociolinguístico: uma proposta para o exercício da consciência social, silábica e alfabética”, de Valéria Batista e Mônica Bruna Forte, dedica-se ao tema da alfabetização à luz do método de Paulo Freire, a partir das reflexões de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, não só enfatizando a importância dos princípios linguísticos básicos, mas o desenvolvimento do olhar crítico do sujeito.

No quarto e último trabalho, “Educar é construir imagens: contribuição do cinema para um ensino jurídico de qualidade”, José Rubens Demoro Almeida reflete sobre a relação entre o cinema e o ensino nos cursos de Direito. Ele se propõe a desconstruir as concepções dogmáticas e ritualísticas que, em geral, caracterizam a didática dos professores de Direito em sala de aula e, concomitantemente, demonstrar que a linguagem fílmica e cinematográfica pode servir como instrumento valioso para o ensino do Direito.

Na seção dedicada a ensaios, Sidnei Ferreira de Vares discute em “Getúlio Vargas: as velhas práticas de um Estado Novo” as continuidades e discontinuidades entre as práticas políticas da República Velha e as práticas depois da Revolução de 1930. Para o autor, a violência constitui um elo entre esses dois períodos, conquanto, durante o Estado Novo, uma nova forma de dominação tenha sido incrementada: a propaganda político-ideológica acerca da figura de Vargas.

Por fim, na seção destinada às traduções, Jean Rodrigues Siqueira disponibiliza ao leitor um texto de John Searle intitulado “Nomes Próprios”.

Boa leitura!

# **DOSSIÊ - As faces do fundamentalismo: economia, política e religião**

# ASPECTOS DOUTRINÁRIOS FUNDAMENTALISTAS DA EXPANSÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL DOS ESTADOS UNIDOS

*Walter de Sousa Junior\**

**Resumo:** Originado no Ocidente e entre cristãos, o termo fundamentalismo tem sido usado atualmente para se referir ao extremismo islâmico. No entanto, não teriam os Estados Unidos transformado o seu ideal do liberalismo e da democracia num projeto fundamentalista cujas estratégias foram a Guerra Fria e a “cruzada contra o terror”? O artigo analisa aspectos políticos, religiosos, econômicos e culturais do imperialismo americano desde o século XIX até os ataques terroristas de 11 de setembro, no limiar do século XXI.

**Palavras-chave:** fundamentalismo, imperialismo, Estados Unidos, Destino Manifesto, terrorismo.

**Abstract:** Originated in the West and among Christians, the fundamentalist term has been currently used to refer to Islamic extremism. However, would not the United States turned its ideal of liberalism and democracy in a fundamentalist project whose strategies were the Cold War and the “crusade against terror”? The article analyzes political, religious, economic and cultural of American imperialism from the nineteenth century to the terrorist attacks of September 11, in the XXI century threshold.

**Keywords:** fundamentalism, imperialism, United States of America, Manifest Destiny, terrorism.

## Introdução

O termo fundamentalismo, largamente relacionado aos sentidos de extremismo e radicalismo e muito empregado para adjetivar grupos políticos e religiosos originários do Oriente Médio – particularmente os filiados ao Islamismo – teve sua origem histórica no Ocidente e na

---

\* Doutor em Comunicação. Professor da Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP).

doutrina cristã. Um longo percurso o levou de um lado a outro, o que não configurou um percurso, algo que se atravessa e deixa o já decorrido para trás, mas, sim, uma disseminação generalizada que necessariamente se polariza. Essa polarização é a condição essencial para que haja oposição e afirmação na comparação de pares como verdadeiro/falso, certo/errado, democrático/autoritário, sagrado/profano, moral/amoral, avançado/atrasado, localizado/globalizado. Entende-se que esta é uma dinâmica que não se restringe a opor visões políticas, econômicas, religiosas e culturais entre um hemisfério e outro, mas que vem regendo lógicas internas nas relações nacionais e internacionais sob a realidade da globalização.

Originado na matriz protestante do Cristianismo, “fundamentalismo” foi o termo derivado de Fundamentais, referência aos presbiterianos de Princeton, que entre 1909 e 1915 estabeleceram uma nova forma de viver a doutrina bíblica como resposta à rápida modernização nas relações sociais, esta baseada na leitura literal dos ensinamentos bíblicos e no rigor de sua aplicação na vida social. A opção dos fundamentais não teve o impacto de um cisma, como ocorreu no século XVI quando os reformadores protestantes, seguidores do teólogo francês João Calvino (1509-1564), romperam com a Igreja Católica. Mas havia ali uma reorientação que afastava o grupo da tradição presbiteriana. Os calvinistas reformados que passaram a atuar nas Ilhas Britânicas (Escócia, Inglaterra e Irlanda) se depararam com um sistema político-religioso de que discordavam. Não estavam dispostos a adotar o estipulado pelos reis, o sistema episcopal e o controle de bispos e arcebispos próximos à coroa. Optaram por outro modelo, mais democrático, em que a comunidade calvinista, reunida em concílios, elegeisse presbíteros autônomos, não atrelados ao governo civil. Assim, os calvinistas logo passaram a ser reconhecidos como presbiterianos.

A colonização da América do Norte contou com forte apoio dos puritanos ingleses, também oficiantes da doutrina de Calvino e que se estabeleceram em Massachusetts no início do século XVII, fundando as cidades de Boston e Salem em 1630. Mais de 20 mil puritanos cruzaram o oceano para se fixar na região nas décadas seguintes. Também nesse período chegaram os primeiros escoceses presbiterianos, que somariam 300 mil imigrados durante o século XVIII. Radicaram-se em Nova Jersey, Pensilvânia, Maryland, Virgínia e nas Carolinas, passando a se reunir em concílios, tendo como líder no novo mundo o reverendo irlandês Francis Makemie. Até o início do século XX a Igreja Presbiteriana fez vários esforços para unir os presbiterianos divididos em Velha Escola e Nova Escola em meados dos 1800, enquanto ganhavam expressão nacional com 3 mil igrejas e 220

mil membros espalhados por todo o território americano e com a hegemonia teológica do Seminário de Princeton.

Ao analisar a formação dos Estados Unidos e a influência do protestantismo na consolidação do capitalismo liberal, Max Weber assinala que contrariamente aos católicos, regidos pela Igreja, os protestantes calvinistas procuram a Deus por meio das escrituras. O sentido de “vocação”, ou seja, uma tarefa de vida, presente no protestantismo desde Martinho Lutero (1483-1546), coaduna-se com o esforço pessoal em desenvolver uma carreira dentro da sociedade capitalista. “É uma obrigação que se supõe que o indivíduo sinta, e de fato sente, em relação ao conteúdo de sua atividade profissional, não importa qual seja, particularmente se ela se manifesta como uma utilização de suas capacidades pessoais ou apenas de suas posses materiais (capital)” (WEBER, 2001, p.48), avalia o sociólogo para, em seguida, relacioná-la ao sentido luterano de “vocação”: “O único modo de vida aceitável por Deus não era o superar a moralidade mundana pelo ascetismo monástico, mas unicamente o cumprimento de obrigações impostas ao indivíduo pela sua posição no mundo” (WEBER, p. 65). Essa ética puritana, baseada no ascetismo laico, foi que, na visão de Weber, teria legado o espírito do capitalismo.

### **A cultura expansionista como predestinação**

Também fazia parte dessa ética o direito divino concedido ao povo americano de expandir o território para levar a democracia e a liberdade a todos os cantos possíveis da América do Norte.

A maior parte dos estudiosos dedicados a entender o imperialismo dos Estados Unidos é unânime ao assinalar seu primórdio na década de 1820 quando, após processo intenso de expansão geográfica – a chamada “Marcha para o Oeste” – e de industrialização do país, o presidente James Monroe fez um reconhecimento político das nações que se formaram ao longo do continente americano rompendo sua dependência política dos países europeus. Indo além, o governo americano deixou claro que qualquer tentativa de recolonização por parte desses países seria entendida como uma afronta aos Estados Unidos. Com isso, a primeira democracia do mundo estava subscrevendo sua supremacia sobre as três Américas. É possível entrever nos pressupostos de Monroe e que constituiria sua doutrina política, uma visão de cima para baixo, não só no sentido geográfico, mas no político, reafirmando uma inferioridade latina em relação aos Estados Unidos que requeriam, assim, os países recém-libertados dentro de sua esfera de influência. “A doutrina,

porém, de fato, deixou bem clara a opinião norte-americana sobre as relações entre o Velho e o Novo Mundo e manifestou a reivindicação de dominação do Hemisfério Ocidental” (SELLERS; MAY e MCMILLAN, 1985, p. 113). De fato, nenhum país europeu, Alemanha, França ou Grã-Bretanha, grandes impérios colonizadores, ousou afrontar a Doutrina Monroe.

Estados Unidos e Alemanha se firmavam, naquela altura, como as duas principais potências econômicas mundiais emergentes, e a possibilidade de expansão na América Central e do Sul apontava vantagem dos Estados Unidos na rivalidade, especialmente por sua configuração geográfica, entre dois oceanos e sem vizinhos que colocassem em risco a sua segurança. “Seu extensivo litoral impedia que qualquer bloqueio fosse efetivamente mantido. E, ao ascender ao primeiro lugar no ranking das maiores potências industriais nos anos de 1890, os Estados Unidos começaram a robustecer seu poder naval, até então menor que o do Brasil, Argentina ou Chile” (BANDEIRA, 2009, p.45).

A grande questão historiográfica envolvida nessa discussão é o fato de apesar da Doutrina Monroe deixar transparecer suas aspirações imperialistas sobre a América Latina, os Estados Unidos ainda não dispunham de capacidade política para tanto, o que só ocorreria nas últimas décadas do século XIX, quando então as estratégias para tal domínio se consolidaram efetivamente. Por outro lado, há uma corrente de historiadores que considera que a declaração de Monroe foi somente um ato solidário sem pretensões imperialistas, aspecto este reinterpretado somente no final daquele século pelo presidente Theodore Roosevelt.

No entanto, parece natural a interpretação de que o espírito expansionista que dominou a “Marcha para o Oeste” não seria afogado na costa da Califórnia, mas avançaria além das fronteiras possíveis num país empenhado em se consolidar após os sangrentos confrontos civis da Guerra da Secessão (1861-1865). Esse impulso estava justificado pela ideia de “Destino Manifesto”, expressão cunhada pela imprensa para interpretar a expansão territorial como ilimitada, ou seja, algo que desse sentido a um avanço contínuo além das fronteiras a partir de um ideário imperialista. Essas eram, portanto, as condições culturais que levariam a uma expansão econômica, social e política e que interpretaria mais uma vez como subalterna a posição da América Latina, e que, inclusive, justificaria o avanço imperialista.

Há outros fatores que podem ter contribuído para o fortalecimento dessa postura, apontados por inúmeros estudiosos. Um deles é o político-estratégico, que atribui aos Estados Unidos um

esforço reativo à ampliação do poderio de outros centros políticos, como a Alemanha; e, por fim, o fator econômico, adquirido com sua rápida expansão industrial e o conseqüente avanço do capital.

Foi por meio do “Destino Manifesto”, por exemplo, que o norte-americano se imbuíu da certeza de que estava predestinado a difundir o ideal democrático entre os países vizinhos e nos continentes do ultramar. Já na virada do século XX esse expansionismo atingia as ilhas do Caribe e os países da América Central, ao passo que os países europeus avançavam sobre a Ásia e a África. Isso fez crescer mais uma vez o temor de que essas potências atravessassem o Atlântico e se voltassem para a América do Sul.

A vocação e a predestinação são ideias que podem se confundir, especialmente quando entendidas dentro dos contextos do capitalismo e do imperialismo. Podem ser subsequentes numa lógica em que a vocação do expansionismo, ao alcançar seu limite geográfico deriva na predestinação de levar a democracia a outros cantos. Por isso o “Destino Manifesto” foi a pedra de toque do avanço imperialista: havia um povo “escolhido” com a missão de levar a democracia aos subalternos países latino-americanos. A predestinação envolve, em sua contraparte, uma “ilusão de benevolência” (SAID, p. 18), gerada a partir de autoelogios e de um triunfalismo ufanista do país imperial.

Além da predestinação, o sentido de segurança e, particularmente, de previdência (que envolve a ideia de futuro material) ampararam o imperialismo americano naquele final do século XIX. Países como Nicarágua e Cuba foram os primeiros a serem incluídos nos interesses do “Destino Manifesto”. O primeiro, pela preocupação em interligar os oceanos Atlântico e Pacífico, foco de esforços britânicos – a Inglaterra ocupava o Norte do país – por motivos estratégicos econômicos e políticos, além de garantir a segurança dos Estados Unidos contra um novo avanço do antigo colonizador. Já Cuba estava estrategicamente localizada entre as mais importantes rotas econômicas da América, além de ser um grande produtor de açúcar. Ambos os fatores seriam essenciais para o futuro do país, além de a anexação garantir a sua segurança.

A virada para o século XX marcou a ação imperialista de fato dos Estados Unidos, que promoveram constantes intervenções nos territórios da América Central e do Caribe. O canal que interligou os dois oceanos foi construído num estreito pertencente à Colômbia, cujo território foi transformado no Panamá por pressão dos Estados Unidos ao governo local. O promotor dessa expansão extramuros do território americano foi o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909), sempre representado nas caricaturas dos jornais “forte, musculoso, ensinando noções de civilização

e bom comportamento a índios, negros e mestiços da América Latina” (TOTA, 2014, p. 29). Foi o presidente também um dos baluartes do movimento progressivista, que reconhecia no americano a sua capacidade de criar um mundo de abundância e de democratizar as instituições políticas e econômicas americanas com o apoio do povo, estendendo essas “bases para além das fronteiras do país, e construir um mundo seguro para a democracia” (TOTA, 2014, p. 29).

Além disso, gozou de reputação internacional ao mediar o acordo de paz entre Rússia e Japão (1904-1905) em Portsmouth, estado de New Hampshire, processo que durou longos dias terminando na assinatura de um tratado de paz em setembro de 1905. O esforço acabou rendendo ao presidente americano o Nobel da Paz do ano seguinte.

### **A guinada fundamentalista presbiteriana**

O século XIX marcou, dentro das fileiras do protestantismo norte-americano, a ascensão e a consolidação do liberalismo teológico, que defendia o relativismo das escrituras bíblicas. Liderado pelo teólogo alemão Friedrich Schleiermacher (1768-1834), que contestou todas as doutrinas bíblicas, o movimento cria na comunhão humana com a divindade independentemente da Bíblia. A reação fundamentalista presbiteriana se deu a partir de 1910, com a publicação (até 1915) da série Fundamentos, coleção em 12 volumes de artigos que defendiam os pontos fundamentais do cristianismo e atacavam a modernidade liberalista e que vendeu 3 milhões de cópias em todos os Estados Unidos.

A investida alcançou seu ponto alto em 1920, quando a Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana aprovou os cinco fundamentos básicos adotados pelos fundamentais: 1. A inerrância da Bíblia por ter sido inspirada pelo Espírito Santo; 2. O nascimento virginal de Cristo; 3. A morte de Cristo como redenção para o pecado; 4. A ressurreição corpórea de Cristo; e 5. A realidade histórica dos milagres de Cristo. Era a reação da ortodoxia ao liberalismo, entendido pelos primeiros como a má influência iluminista.

O conflito interno marcou a primeira fase do fundamentalismo cristão, com os líderes conservadores articulando a expulsão das igrejas dos liberais e organizando movimentos e associações. Os liberais, no entanto, assumem o Seminário de Princeton, levando os conservadores a fundarem o Seminário de Westminster. Tentam ainda proibir o ensino do evolucionismo nas escolas públicas por meio da aprovação de leis estaduais e federais. Em meados da década de 1940

a estratégia do expurgo de liberais é abandonada e decidem criar novos ramos protestantes, entre eles a Igreja Presbiteriana da América (depois Igreja Presbiteriana Ortodoxa) e as Igrejas Fundamentalistas Independentes da América. Além disso, absorvem alguns preceitos morais da sociedade americana, como a reprovação ao consumo de álcool, além de continuarem a negar os avanços científicos.

É a partir dessa opção pela separação que o termo “fundamentalismo” adquire conotações de “intransigência”, “intolerância” e “anti-intelectualismo”. Já na década dos 1970, se fortalece uma corrente interna denominada neo-evangelicalismo, aversa ao separatismo, mas que reforça os princípios evangélicos, buscando associar-se às outras correntes para escapar ao rótulo de “fundamentalista”. Logo os conservadores enxergam na nova divisão uma fonte de alto risco ao “verdadeiro cristianismo”.

Políticas liberais que entravam na pauta política da América como a liberação do aborto e a proibição da leitura da Bíblia nas escolas levaram os fundamentalistas a elegerem um novo inimigo ameaçador: o humanismo secular, que enfeixava temas como o evolucionismo, a moral em decadência, o socialismo, o comunismo, a revolução sexual e o liberalismo político. Em plena Era Reagan, nos anos 1980, o fundamentalismo passa a se envolver nas questões políticas e a usar o suporte dos meios de comunicação para afrontar homossexuais, feministas, o uso de drogas, o comunismo, etc. E para combater o evolucionismo darwinista, investe-se no ensino do criacionismo, vertente que tem por objetivo alinhar o avanço científico com a criação conforme contada no Gênesis da Bíblia.

Portanto, o plano de expansão doutrinária do fundamentalismo deixou o campo territorial e avançou no âmbito da disseminação da mentalidade fundamentalista através dos meios de comunicação e das instituições educacionais escolares ou não-escolares.

### **Fundamentalismo generalizado**

“O fundamentalismo sempre existiu nas tradições religiosas. Ele consiste em interpretar literalmente o texto sagrado, sem contextualizá-lo, extraindo deduções alegóricas e subjetivas como a única verdade universalmente válida. Para o fundamentalista, a letra da lei vale mais que o Espírito de Deus. E a doutrina religiosa está acima do amor” (FREI BETTO, 2004).

A afirmação de Frei Betto explicita a dicotomia primordial da doutrina cristã na virada do século XX: o fundamentalismo cristão, ou seja, a interpretação literal das escrituras bíblicas de um lado e, de outro, a experiência da fé, independentemente da doutrina. Certamente que as mudanças socioculturais e econômicas pautadas pelo liberalismo acabam sendo varridas para o lado de lá do conservadorismo, embora este, por conta de um processo apoiado na moral e na cultura do controle social, embarque na formação do cidadão comum, arrastando aparatos outros como a moral e os chamados bons costumes.

Toda sociedade estabelece mecanismos e limites para as relações sociais e individuais, seja ela religiosa ou laica, nessa última, caso baseada no humanismo. Assim, não se trata de estreitar ou alargar esses limites, mas deixar claro de que lado está a verdade. A verdade, por sua vez, só tem função de lei se escrita, melhor ainda se a escritura for sagrada, inspirada pela divindade. Há também a possibilidade de ser escrita por meio de um contrato social, definida por colegiados gabaritados e aplicados por estruturas de governo, como é o caso da Constituição. No entanto, essa última tem a possibilidade de atualização, remanejamentos e ajustes, o que a torna laica.

O caso ora apresentado, da imbricação da interpretação religiosa com a ação política, no caso específico do “Destino Manifesto”, impõe um modelo como sendo a expressão máxima da verdade. A lei escrita, então, é escrita pelo homem vocacionado, inspirado pela obra a ser executada. Mesmo que não seja a leitura estrita da escritura, é também uma verdade que deve ocupar o máximo de extensão territorial possível.

E é aí que essa verdade se toca com outras verdades, fundamentadas por outras leis escritas e sagradas, interpretada em sua literalidade de modo a desvincular-se da modernidade. As religiões, em particular, chamadas as do livro – cristianismo, judaísmo e islamismo – viveram acirramento interno na virada do século XIX para o inexorável século XX, rendendo vertentes fundamentalistas, termo que se generalizou e cristalizou uma visão essencialmente ocidental desse fenômeno.

Além dos fundamentais protestantes, surgiram o sionismo judeu (a partir da publicação em 1895 do livro *O Estado judeu – Uma solução moderna para a questão judaica*, de Theodor Herzl, que prega o nacionalismo judeu sem influência dos países que abrigaram a diáspora) e os movimentos islâmicos árabes que emergem após a Primeira Guerra Mundial com a queda do Império Otomano. A resistência nacionalista recrudescer em fins da década de 1970 tanto em Israel – quando sionistas e jihadistas muçulmanos (que defendem o poder pela força) chegam ao poder em Israel e no Irã – quanto nos Estados Unidos com a rápida ascensão do evangelismo protestante.

Hobsbawm assinala que a revolução liderada pelo Aiatolá Khomeini contra o governo do xá Reza Pahlevi em 1979 – este no poder desde 1941 – “foi a primeira feita e ganha sob uma bandeira de fundamentalismo religioso, e a substituir o velho regime por uma teocracia populista, cujo programa professo era um retorno ao século VII d.C.” (HOBSBAWM, 1994, p. 442). As motivações revolucionárias dos fundamentalistas residiam no programa de modernização e industrialização conduzidos pelo xá com apoio dos Estados Unidos, tendo como contrapartida o petróleo iraniano.

Pouco antes, em 1977, no mesmo Oriente Médio, o partido sionista Likud chegava ao poder em Israel, estado criado a partir de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 29 de novembro de 1947 e que envolveu um Plano de Partilha da Palestina, mantendo largas faixas territoriais sob o domínio árabe. Foram expulsos 700 mil palestinos que viviam na região sob o domínio britânico. A territorialidade e a religião acirraram as posições em ambos os lados, transformando o Oriente Médio no maior barril de pólvora da Guerra Fria e do pós-Guerra Fria.

À medida que o tabuleiro político, econômico, religioso e cultural do mundo globalizado evidencia relações sociais cada vez mais complexas e desafios cada vez mais intrincados, o fundamentalismo tem sido a solução para a planificação das diferenças em nome de uma verdade que já está estabelecida, bastando resgatá-la e colocá-la em evidência em relação à realidade.

A recusa ao diálogo – a insistência em afirmar que somente é possível uma visão do mundo e que já se possui essa visão – tem efeito nocivo num mundo que necessita cada vez mais desse diálogo. O fundamentalismo é um conceito que só tem sentido sobre o pano de fundo da modernidade recente – a generalização e a radicalização das instituições modernas (GIDDENS e PERSON, 2000, p. 97).

## **O imperialismo como disseminador do “Destino Manifesto”**

A resistência à modernidade ou, mais especificamente, ao “desencantamento do mundo”, como definiu Max Weber, argumento principal das religiões que adotaram a leitura literal de suas escrituras, obriga a uma reflexão que inverte a imagem no jogo do fundamentalismo. Essa modernidade, essencialmente calcada no liberalismo e na expansão socioeconômica e cultural da democracia americana, não pode também ser interpretada como uma espécie de fundamentalismo, especialmente quando o cenário de globalização se consolida com a queda da principal contracorrente política e cultural a fazer frente aos Estados Unidos, o comunismo soviético? Durante a Guerra Fria (1945-1990) foi a União Soviética não só o principal inimigo americano mas

o elemento justificador da disseminação do estilo de vida americano como antídoto à cultura materialista, à sociedade socialista e à economia fortemente baseada na agricultura (a foice) e na rápida industrialização (o martelo) coletivistas, amparada pela forte militarização do país durante o pós-guerra.

Os fatores ideológicos e, portanto, culturais do processo imperialista americano deve ser localizado naquilo que Hobsbawm chama de “Era dos Impérios”, e que ocupa o quarto final do século XIX e o início do século XX (1875-1914). As grandes potências ocidentais, mais especificamente França e Inglaterra - embora Portugal, Espanha e Itália tivessem expressão menor em termos de possessões geográficas – detinham a posse de 67% da superfície do globo em 1878. No ano da eclosão da Primeira Guerra Mundial, esses impérios europeus ocupavam perto de 85% do mundo. A preocupação dos Estados Unidos, que viviam processo de expansão territorial bem similar ao dos países europeus em sua “Marcha para o Oeste”, se pautou em argumentos particulares e culturais próprios.

Há aqui a necessidade de distinguir as ideias de imperialismo e colonialismo. O primeiro envolve um conjunto de preceitos teóricos e práticos para o domínio de territórios distantes do centro metropolitano dominante. O colonialismo, durante vasto período histórico, foi consequência direta desse arcabouço ideológico e envolveu a conquista geográfica e a implantação de colônias nesses territórios distantes. No entanto, analisa Edward W. Said:

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação (...) (SAID, 2011, p. 43).

Hobsbawm aponta que o capitalismo e a sociedade burguesa como modelo único de domínio apresentaram formas operacionais de desenvolvimento que podiam prescindir da ideologia do domínio colonial, ou seja, da conquista geográfica. Paradoxalmente, a revolução industrial, até o final da Era dos Impérios, que será cindida pela Primeira Guerra Mundial, ficou restrita aos países europeus colonizadores. Certamente isso estimulou a dependência econômica, fator que, segundo o historiador inglês, fez fortalecer os movimentos anticoloniais.

A Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, por sua vez, derrubou o czarismo instalando um governo comunista que logo emergiu como opção ao projeto capitalista e impôs novo abalo sísmico na economia mundial, que sofria com a Grande Depressão. “Pela primeira vez, os interesses de

economias dependentes e metropolitanas entraram claramente em choque (...). Pela primeira vez, colonialismo e dependência se tornaram inaceitáveis mesmo para os que até então se beneficiavam com eles” (HOBSBAWM, 1995, 211). Essa grave crise econômica abalaria ainda mais os impérios a partir da década de 1930, quando minorias dependentes começaram a se organizar, embora antigos regimes ainda se mantivessem aptos a conquistar territórios, entre eles aqueles que capitanearam os confrontos na Europa e depois no resto do globo durante a Segunda Guerra Mundial (Alemanha, Itália e Japão). Somente na década de 1950 os velhos impérios colonialistas seriam “liquidados”, conforme Hobsbawm. Os imensos territórios colonizados pela Grã-Bretanha e pela França sucumbiram ao pós-guerra. O processo mais resistente parece ter sido o português, que ainda sobreviveu dos recursos de suas colônias africanas por mais duas décadas.

A dissolução do modelo imperialista da colonização fez com que países ascendentes como os Estados Unidos optassem por outras estratégias de poder. “Curiosamente, porém, tão influente foi o discurso que insistia no caráter especial, no altruísmo, no senso de oportunidade norte-americano que o ‘imperialismo’, como palavra ou ideologia, raras vezes e apenas recentemente apareceu nas explicações da cultura, política e história dos Estados Unidos” (SAID, 2011, p. 41).

### **A Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**

O lento e irreversível processo de derrocada dos impérios encontra, num processo em contrafluxo, a ascensão do liberalismo, do qual os Estados Unidos são o principal modelo político e econômico. Hobsbawm resume o modelo da seguinte forma: “desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembleias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião” (HOBSBAWM, 1995, p. 113). Mesmo a entrada do comunismo no tabuleiro político, baseado em valores como razão, ciência, progresso, educação e liberdade individual, não afrontava diretamente os preceitos liberais, pelo menos não tanto quanto a ameaça das forças imperiais ascendentes durante a Segunda Guerra Mundial, entre elas a alemã.

Nesse contexto inicial foi necessário aliar forças contra o inimigo comum, o autoritarismo e o conservadorismo das frentes direitistas emergentes com o fim da Primeira Guerra Mundial – motivadas em parte pela Revolução de Outubro –, em particular as reunidas pelo ditador italiano

Benito Mussolini e pelo chanceler alemão Adolf Hitler. Hobsbawm defende que a aliança heterogênea contra o fascismo, que conseguiu juntar os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e os comunistas, “nunca teria existido sem a série de agressões da Alemanha nazista, culminando com a invasão da URSS e a declaração de guerra aos EUA” (HOBSBAWM, p. 169). Era uma aliança que, inclusive, aspirava à mesma agenda iluminista: progresso pela aplicação da razão e da ciência; educação e governo popular; nenhuma desigualdade baseada em nascimento ou origem; sociedades voltadas mais para o futuro que para o passado.

Em outros aspectos, as aspirações comuns não eram tão distantes da realidade comum. O capitalismo constitucional ocidental, os sistemas comunistas e o Terceiro Mundo estavam igualmente comprometidos com iguais direitos para todas as raças e ambos os sexos, mas não de uma forma que distinguisse sistematicamente um grupo de outro, ou seja, todos ficavam aquém do objetivo comum (HOBSBAWM, 2011, p. 176).

Aspectos outros, econômicos e políticos, levaram o mundo a caminho diverso no pós-guerra. Enquanto as ex-colônias penderam a adotar o modelo socialista, a ascensão do liberalismo econômico a partir dos 1940 e sua tônica na liberdade de mercado estimularam uma dicotomia política que iria perdurar até à década de 1990. A disputa pela hegemonia política e econômica entre Estados Unidos e União Soviética fez com que ambas emergissem como superpotências militares, dando início a um confronto de ameaças expressas numa corrida armamentista nuclear que tinha tudo para dizimar populações em poucas horas: a chamada Guerra Fria. Tal demonstração de forças era salvaguardada por uma retórica apocalíptica, enquanto na linha das influências ideológicas era travada uma guerrilha sem precedentes. Ao mesmo tempo em que conferências de cúpula, como a de Yalta, entre Franklin Roosevelt, Winston Churchill e Joseph Stálin, redemarcavam geograficamente a Europa, no inverno de 1947 tinha início a Guerra Fria cultural:

Peritos na utilização da cultura como instrumento de persuasão política, os soviéticos muito contribuíram, nesses primeiros anos da Guerra Fria, para estabelecer seu paradigma central como modelo de cultura. Faltando-lhe o poderio econômico dos Estados Unidos e, acima de tudo, ainda sem ter capacidade nuclear, o regime de Stálin concentrou-se em vencer “a batalha pela mente dos homens”. A América, apesar da promoção maciça das artes no período do New Deal, era virgem na prática do *Kulturkampf* internacional (SAUNDERS, 2008, p. 32).

A morte repentina, em 1945, um mês antes do fim da guerra, de Franklin Roosevelt, o presidente americano que conduziu a América no conflito mundial, levou o vice-presidente Harry Truman a assumir a Casa Branca. As bases da doutrina que levou seu nome eram a luta contra o

comunismo e o Plano Marshall, que destinou US\$ 12 bilhões para a reconstrução da Europa. Outro legado da transição foi a criação da Agência Central de Informações, a CIA – depois chamada de “Inteligência” – em substituição à Agência de Serviços Estratégicos (OSS), que funcionou durante a guerra. Além de coordenar informações militares e diplomáticas em tempos de paz, a agência marcou uma grande mudança política dos Estados Unidos.

Os termos em que a agência foi criada institucionalizaram os conceitos de ‘mentira necessária’ e ‘desmentido plausível’ como estratégias legítimas em tempos de paz e, a longo prazo, produziram uma camada invisível de governo cujo potencial de abusos, dentro e fora do país, nunca se deixou inibir por qualquer sentido de responsabilidade (SAUNDERS, 2008, p. 47- 48).

Essa máquina de propaganda se valeu de instituições privadas para financiar estratégias de cunho cultural que desencorajassem intelectuais de esquerda a apoiar a União Soviética e passassem a se alinhar à doutrina do anticomunismo. Guiado pelo liberalismo e pelo empenho de empresários americanos contra o perigo de avanço comunista, a nova forma de atuar globalmente, especialmente a partir da vitória sobre as forças do Eixo, incluía estratégias mirabolantes para que o governo dos Estados Unidos cumprisse o propósito de financiar sem ser notado.

Um aspecto central dos esforços da Agência para mobilizar a cultura como arma da Guerra Fria foi a organização sistemática de uma rede de grupos ou “amigos” “particulares” num consórcio não oficial. Tratou-se de uma coalizão empresarial de fundações filantrópicas, empresas comerciais e outras instituições e indivíduos, que trabalhavam de mãos dadas com a CIA para proporcionar a fachada e o canal de financiamento de seus programas secretos na Europa ocidental. Além disso, podia-se confiar nesses “amigos” para articular os interesses do governo no país e no exterior, enquanto pareciam fazê-lo exclusivamente por iniciativa própria. Mantendo seu status “privado”, esses indivíduos e entidades agiam, na verdade, como os capitalistas de risco da Guerra Fria, designados pela CIA (SAUNDERS, 2008, p. 147).

Usando inclusive fundos do Plano Marshall, a CIA patrocinou seminários, revistas, concertos, viagens e manteve por 17 anos, de 1950 a 1967, o Congresso pela Liberdade Cultural, que desenvolveu estratégias de atuação que disseminassem a postura antissoviética entre intelectuais europeus e americanos. “Além disso, o ‘tipo mais eficaz de propaganda’ era definido como aquele em que ‘o sujeito se move na direção que você deseja por razões que acredita serem dele’” (SAUNDERS, 2008, p. 16 - 17).

Esse direcionamento à base de infiltrações e de uma guerra psicológica que exige coerência individual em meio aos conflitos coletivos desfez a política maquiada de altruísmo que vigorou

durante a guerra e inaugurou um período em que o controle passou a ser a base da persuasão, sempre em nome do liberalismo e da democracia.

### **A CIA como sombra da política internacional dos EUA**

Em 1974, o ex-funcionário da CIA, Victor Marchetti, que atuou no órgão de inteligência de 1955 a 1969 –, publicou o livro *A CIA e o culto da inteligência*, após intensa batalha judicial que acabou tolhendo 339 trechos do texto original por determinação do Tribunal Federal dos Estados Unidos. A publicação manteve o texto como liberado após a censura – segundo o diretor jurídico da União Americana de Liberdades Civis Melvin L. Wulf, Marchetti “tornou-se o primeiro americano a receber uma ordem oficial de censura decretada por um tribunal dos Estados Unidos”(MARCHETTI e MARKS, 1974, p. 15) – ou seja, com a indicação dos trechos cortados (aparecem, por exemplo, indicações como: “CENSURADO – 8 linhas”). O livro se inicia com a denúncia:

Existe atualmente, em nosso país, um forte e poderoso culto secreto – o culto da inteligência. Os sacerdotes desse culto são os profissionais clandestinos da Agência Central de Inteligência; seus patronos e protetores, os funcionários da mais alta cúpula do governo federal; seu quadro social, alcançando muito além dos círculos governamentais, chega aos de poder da indústria, do comércio, das finanças e do trabalhismo (...). A finalidade do culto é fomentar as políticas exteriores do governo americano através de meios secretos e geralmente ilícitos, ao mesmo tempo em que detém o avanço do seu inimigo confesso, o comunismo. Por tradição, a esperança do culto é criar uma ordem mundial, na qual a América reinasse absoluta, líder internacional incontestada. Hoje, entretanto, esse sonho se encontra obscurecido pelo tempo e frequentes insucessos. Assim, os objetivos do culto são agora menos grandiosos mas não menos perturbadores. Ele visa, sobretudo, promover o papel que a América se atribuiu de árbitro único das mudanças sociais, econômicas e políticas das regiões ora despertando na Ásia, África e América Latina (MARCHETTI e MARKS, 1974, p. 25).

O ex-agente não esconde a sua decepção com o redirecionamento das ações da CIA durante a década de 1960, especialmente com a adoção de uma linha de atuação voltada à política externa dos Estados Unidos chamada Teoria da Ação Secreta, defendida e sustentada por Richard Bissell, ex-chefe de Serviços Clandestinos da CIA, numa reunião com outros ex-profissionais de inteligência em janeiro de 1968. O sentido de “ação secreta” é

a tentativa de influenciar em assuntos internos de outras nações – às vezes denominada de ‘intervenção’ – através de meios secretos... a técnica é essencialmente a de ‘penetração’ (...) Muitas das ‘penetrações’ não assumem a forma de ‘contrato’, mas sim de estabelecimento de uma relação

íntima ou amigável (que pode ou não ser fomentada pela provisão esporádica de dinheiro) (MARCHETTI e MARKS, 1974, p. 48).

Essas relações íntimas ou amigáveis tinham como objeto, na maior parte das vezes, instituições privadas – aliás, uma prática bem antiga dentro da CIA, como vimos acima. Na altura em que o livro de Marchetti e Marks foi publicado, início dos anos 1970, eles lamentaram o desgaste das “fundações americanas” como estratégia por conta de erros táticos dos agentes livres da cultura. A teoria de Bissell acabou prevalecendo e as ações secretas passaram a ser a pedra de toque da ação da CIA na década de 1960, jamais tendo sido contestada por nenhum presidente americano do período.

A questão central, no entanto, não se refere diretamente à estratégia do governo americano de interferir nas questões políticas, econômicas e culturais de outros países, sejam da Europa, Ásia ou América Latina, mas o fato de terem sido criados mecanismos os mais complexos sob a camuflagem dos investimentos públicos americanos pagos pelo cidadão, sem a necessidade de justificá-los uma vez que receberam aval legislativo e executivo para serem gastos.

Marco econômico naquela altura foi a grande crise do petróleo em 1973. Combustível do próprio capitalismo liberal, o petróleo passou a ter grande parte de sua produção controlada pela Organização dos Países Exploradores de Petróleo (OPEP), da qual faziam parte Arábia Saudita, Irã, Iraque e Kuwait, todos da região do Golfo Pérsico. Isso se deu com a majoração do preço do barril de petróleo como forma de ampliar os royalties dos países produtores, o que fez quadruplicar o preço dos combustíveis pagos pelos países do Ocidente. Mas a questão não era somente econômica. O aumento se justificou também pelo apoio dado pelos Estados Unidos a Israel na Guerra do YomKippur (conflito entre o país judeu com uma coalizão de países árabes). Em 1979, como visto, a ascensão do sionismo em Israel e do fundamentalismo islâmico no Irã agravou ainda mais as relações políticas com os Estados Unidos na região. Nesse contexto é que se dá a face mais terrível do fundamentalismo: o terrorismo.

Trata-se da prática de violência física ou psicológica praticada por um grupo ou um governo em nome de uma causa política ou religiosa, contra populações ou instituições civis ou governamentais (atentados), de modo a disseminar o pânico (o terror). O terrorismo foi incluído pela primeira vez na pauta da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1972 por conta da ação de oito membros do grupo palestino Setembro Negro durante os Jogos Olímpicos de Munique (Alemanha), que incluiu o sequestro de onze pessoas, a maioria atletas israelenses, que acabaram

mortas quando a polícia tentou resgatá-las. Na ocasião, o debate concentrou duas posições distintas: os países ocidentais, capitaneados pelos Estados Unidos, defenderam a repressão aos grupos terroristas, enquanto o bloco comunista e os países em desenvolvimento (Movimento dos Não-Alinhados) entendiam ser mais eficaz a identificação das causas do terrorismo e sua eliminação. Mais de uma década depois é que o enfoque repressivo prevaleceu e a ONU passou a condenar o terrorismo.

Paralelamente à corrida armamentista com a União Soviética, os Estados Unidos passaram a canalizar esforços no combate ao terrorismo usando as mesmas estratégias esmiuçadas pelo ex-agente da CIA, ou seja, por meio da “penetração”, ou pela ação militar direta, quando não havia alternativa possível. A crise do petróleo inaugura uma nova forma de imperialismo que, com a derrocada do bloco socialista em 1990, permanecerá como a grande estratégia disseminadora do “Destino Manifesto” americano: a guerra contra o terrorismo. David Harvey aponta que nesse período também os Estados Unidos concretizam um estado de negação. “(...) não se deveria chamar as ações imperiais dos Estados Unidos por esse nome” (HARVEY, 2003, p. 15). A grande mágica nesse processo tinha por truque a conquista da hegemonia econômica mundial pelo neoliberalismo. “(...) a ‘financeirização’ lançava sua rede por todo o mundo, concentrando-se num conjunto hierarquicamente organizado de centros financeiros e numa elite transnacional de banqueiros, corretores de ações e financistas” (HARVEY, 2003, p.62). A lógica do império do capital, que havia suplantado desde a Segunda Guerra Mundial o império do território, avançava sob a hegemonia americana, inclusive sobre a nova Rússia, incorporada a organismos político-financeiros como o G-8. Imaginou-se então que se iniciava um “ultra-imperialismo baseado numa colaboração pacífica entre todas as grandes potências capitalistas(...). (...)o caráter cosmopolita do capital financeiro (simbolizado pelas reuniões do Fórum Econômico Mundial em Davos) seria sua ideologia de base” (HARVEY, 2003, p. 63).

Esse quadro de “fim da história”, como imaginou Francis Fukuyama, ideólogo do governo de Ronald Reagan (1981-1989), que se caracterizou pelas ações secretas de apoio a opositores de governos não alinhados na África, na Ásia e na América Latina, culminou com o fim da União Soviética, o que ampliou ostensivamente a hegemonia neoliberal americana.

A eleição de George W. Bush aproximou do poder um dileto grupo de pensadores neoconservadores que suplantou neoliberais e criou uma democracia baseada eleitoralmente na população de cristãos fundamentalistas. Então, o capital se viu ferido na carne com um ataque terrorista sem precedentes,

que colocou no chão uma parte da estrutura de aço e concreto do imperialismo capitalista. Os mesmos fundamentalistas chegaram a entender o ataque de 11 de setembro de 2001 como prova da ira divina contra a permissividade da democracia americana ao excessivo liberalismo modernizante. Isso ajudou a tornar a resposta americana aos terroristas islâmicos que assumiram o atentado uma Guerra Santa entre Ocidente e Oriente, entre cristãos e mouros, enfim, uma “cruzada contra o terror”, com toda a carga histórica que o termo podia carregar.

### Considerações finais

Esta rápida análise se propôs a provocativamente inverter, como num reflexo de espelho, a imagem do Ocidente e sua posição no quadro histórico atual que envolve acusações de lado a lado – e mais uma vez cabe ressaltar que não se trata e jamais se tratou de uma guerra entre Ocidente e Oriente, mas de oposições que estiveram sempre presentes nas intrincadas disputas internas envolvendo aspectos políticos, culturais, econômicos e religiosos. Como foi previamente esboçado, a complexidade que assoma esses aspectos tende a criar polarizações simplificam o posicionamento de grupos a partir de verdades escritas, sejam elas por inspiração divina ou por vocação.

Com o advento da sociabilidade digital a partir de redes de inter-relações pela Internet, esse processo se torna mais presente nas discussões cotidianas, sejam sobre religião, política nacional, futebol ou preferência pelo clima. Por serem fomentadas pela representação do “eu” nas redes sociais digitais, e não pelo diálogo direto, face a face, as controvérsias tendem a gerar mal-entendidos e, por extensão, fundamentalismos cotidianos. Isso corrobora o que Umberto Eco disse numa de suas últimas entrevistas a um programa de televisão brasileiro (*Milênio*, da Globo News, em julho de 2015): “Todo tipo de racismo, fundamentalismo, quase sempre, se baseia em afirmações falsas. Pense, na realidade, Hitler matou 6 milhões de judeus levando a sério o antigo Protocolo dos Sábios de Sião<sup>1</sup>. É natural que toda forma de crime na história nasce da desinformação orientada”.

### Referências bibliográficas

---

<sup>1</sup> Documento forjado produzido na Rússia czarista que garantia estar sendo conduzida uma conspiração de judeus para a dominação mundial e a subordinação do Ocidente. Hitler se amparou na tradução alemã do texto para justificar o seu antissemitismo.

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Geopolítica e política exterior*. Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- BETTO, Frei; “Fundamentalismo cristão”. 23/11/2004. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article122917.html>>. Acesso em: 02 de jun 2016.
- GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MARCHETTI, Victor e MARKS, John D.. *A CIA e o culto da inteligência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.
- SAID, Edward. W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem pagou a conta? – A CIA na Guerra Fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SELLERS, Charles; MAY, Henry e McMILLAN, Neil R.. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- TOTA, Antonio Pedro. *O amigo americano – Nelson Rockefeller e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

## RESPONSABILIDADE E CULPA ALEMÃ: UM DIÁLOGO ENTRE HANNAH ARENDT E KARL JASPERS

Fabiano Tizzo\*

**Resumo:** O artigo pretende analisar e problematizar a ideia de “responsabilidade” debatida por Hannah Arendt (1906-1975) e a perspectiva de “culpa alemã” pensada por Karl Jaspers (1883-1969). Ambos os autores, após a 2ª Guerra Mundial, confrontam a Alemanha com um passado de crimes dantescos. Portanto, para Hannah Arendt, atribuir a responsabilidade individual aos sujeitos do nazismo era inarredável, para que houvesse pessoalidade proporcional aos feitos praticados por cada indivíduo que colaborou com o regime hitlerista. Para Karl Jaspers, a questão da culpa alemã é que deveria ser considerada e debatida com o intuito de compreender a Alemanha após o nazismo e assim traçar novos rumos ao país, inclusive ao longo dos julgamentos de Nuremberg, em que uma grande enxurrada de acusações e culpa se intensificou e recaiu sobre o povo alemão com base no suposto apoio a Hitler.

**Palavras-chave:** culpa, responsabilidade, moral, nazismo, Alemanha.

**Abstract:** This article aims to analyze and discuss the idea of “responsibility” discussed by Hannah Arendt (1906-1975) and the prospect of “German guilt” thought by Karl Jaspers (1883-1969). Both authors, after the 2nd World War, confront Germany with a history of enormous crimes. So, to Hannah Arendt, assign individual responsibility to the subjects of Nazism was unswerving, so that there was proportional to personhood made practiced by every individual who collaborated with Hitler’s regime. Karl Jaspers, the question of German guilt is that should be considered and discussed in order to understand Germany after Nazism and thus set new directions for the country, including over the Nuremberg trials, in which a large flood of accusations and guilt intensified and fell on the German people based on the alleged support to Hitler.

**Keywords:** guilt, responsibility, moral, Nazism, Germany.

### Introdução

---

\* Mestre e especialista em História pela PUC-SP. Especialista em Política e Relações Internacionais pela FESPSP e Bacharel em Sociologia e Política pela mesma instituição. Possui graduação em História pelo UNIFAI e especialização em Arqueologia pela UNISA. Atua como professor no curso de História da Universidade de Santo Amaro e nos cursos de Serviço Social e Direito da Faculdade Tijuçussu.

Nesta introdução elencamos algumas das características dos autores que compõem nosso tema, e faremos alguns apontamentos iniciais da trajetória de Hannah Arendt e, mais adiante, sobre Karl Jaspers, para situar o leitor sobre as principais características dos autores e sua relação com o tema deste artigo.

Hannah Arendt é uma renomada intelectual judia que escreveu durante e após o nazismo. Além das motivações pessoais para escrever sobre o tema, ela foi impulsionada pelos fatos que vieram à tona no pós-guerra, tais como o advento dos campos de concentração, que ela conheceu de perto, e cuja estrutura de funcionamento e ideologia foi objeto de sua criteriosa atenção. Arendt tornou-se uma referência ao publicar *Origens do Totalitarismo* (1951) – “momento em que se destacou no cenário intelectual norte-americano, europeu e depois mundial”<sup>2</sup>. Após este lançamento, obteve a cidadania norte-americana quando já lecionava em universidades como a *New School* e a Universidade de Chicago. Posteriormente publicou *A Condição Humana* (1958), em que faz uma reflexão profunda sobre a modernidade, e, por fim, *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal* (1963). Nesta última obra a autora cunha a expressão “banalidade do mal”, ao acompanhar o complexo e polêmico julgamento de um burocrata nazista. O livro faz inúmeras reflexões sobre o caso e a figura do sujeito Eichmann, problematizando as questões morais, a responsabilidade pessoal e legal do réu quanto aos crimes dantescos de que era acusado. Assim, a partir destas e outras obras toda sua potencialidade intelectual passa a ser admirada nos meios acadêmicos de seu tempo e justifica a sua relevância para este artigo.

Ainda sobre a autora, convém ressaltar que foi presa em 1933 na Alemanha devido à perseguição que havia contra os judeus durante os anos trinta. Permaneceu presa por oito dias, acusada de envolvimento com o sionismo<sup>3</sup>, principalmente depois que foi incumbida pelos sionistas, em 1933, de reunir uma coletânea de materiais que evidenciavam a ampla ação antissemita em instituições da sociedade civil alemã. Ela só foi libertada devido à amizade que fez com o policial que a prendeu em Berlim: “Tive muita sorte”<sup>4</sup>, comentou Arendt mais tarde. Eram tempos difíceis para todos os judeus da Alemanha, inclusive para ela. Percebendo que a Alemanha passava por intensas mudanças, Arendt tratou de deixá-la de modo ilegal e clandestino (sem

---

<sup>2</sup> CORREIA, Adriano. Hannah Arendt. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007, p. 38.

<sup>3</sup> Foi um movimento criado pelo judeu austríaco Theodor Herzl (1860-1904) que pregava a reivindicação de um território com vista à implantação de um Estado judaico, onde todo o povo judeu pudesse se estabelecer. Foi iniciado no século XIX e o seu nome deriva de Sion, uma das colinas de Jerusalém. Mais tarde, em 1948, uma das principais aspirações do sionismo foi atendida, ocorreu a fundação do Estado de Israel. Antes da criação do estado israelense, houve o apoio da Inglaterra em 1917 com a Declaração de Balfour; depois, em 1922, com a Liga das Nações. AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 419.

<sup>4</sup> ARENDT, Hannah. A dignidade da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003, p. 127.

documentos), pois o processo oriundo de sua prisão seguiu adiante. Passou a viver na França, onde permaneceu até 1940, quando os nazistas ocuparam o país; e encontrou refúgio nos Estados Unidos.

Sobre Karl Jaspers, foi professor de Hannah Arendt ao longo dos anos vinte na Alemanha, sendo que ambos – cada um ao seu modo – vivenciaram o processo de ascensão e queda do 3º Reich<sup>5</sup>. Jaspers vivia na Alemanha e também observou de perto a ideologia nazista. Em 1937 foi afastado do cargo de professor na Universidade de Heidelberg e em 1945 quase foi enviado para um campo de concentração, por ser casado com uma judia. Somente em 1945-6 é que Jaspers retoma suas atividades na academia, e, em 1948, se transfere para a Universidade da Basileia (Suíça). Nos anos de 1945-46, ele ministrou um curso sobre a questão da culpa e a responsabilidade política da Alemanha. Alguns meses depois, seus apontamentos desse curso foram organizados e publicados, dando origem ao livro intitulado *O problema da culpa (Die Schuldfrage)*, que será objeto de análise deste artigo, afinal Jaspers foi capaz de “intervir diretamente nas questões políticas de sua atualidade”<sup>6</sup>, como afirmou Arendt. O autor também foi responsável pela publicação de outras obras relevantes que discutem com profundidade as questões políticas de seu tempo, como: *O homem na Idade Moderna* (1933) e *A bomba atômica e o futuro do homem* (1958).

Por fim, Jaspers afirma que “estamos no mundo, mas nunca temos como objeto a totalidade deste, sendo que os fenômenos existentes nele devem ser explorados ao infinito”<sup>7</sup>. Ou seja, Jaspers e Arendt esforçaram-se ao máximo para compreender a totalidade do fenômeno nazista em seu tempo, daí a relevância de ambos como referências para se pensar a temática ora apresentada.

### Sobre a culpa e responsabilidade

De acordo com o historiador Kitchen, “o horror, o genocídio e a esqualidez da moral praticados pelos alemães durante a 2ª Guerra Mundial retiraram da Alemanha o status de grande nação e a reduziram ao barbarismo”<sup>8</sup>. Para além da barbárie, após a derrota da 2ª Guerra Mundial pelos Aliados<sup>9</sup>, ela “ficou ainda mais enfraquecida pelo peso da culpa que veio a seguir”<sup>10</sup>.

---

<sup>5</sup> Literalmente, significa império. Em síntese, o 1º Reich teve seu auge no século X, durante o Sacro Império Romano Germânico e iniciado no Império Carolíngio; O 2º Reich foi pensado ao longo da era Bismarck no século XIX, oriundo do desejo de unificar os 37 reinos da Alemanha em uma só nação, o que ocorreu em 1871; E sobre o 3º Reich, o termo foi utilizado por Hitler e incorporado ao nazismo após a tomada do poder em 1933 com pretensões políticas e pautado na tradição imperial alemã. Não foi mais utilizado após a derrota do país na 2ª Guerra Mundial. AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 386.

<sup>6</sup> ARENDT, Hannah. Homens em tempos sombrios. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 83.

<sup>7</sup> JASPERS, Karl. Introdução ao pensamento filosófico. São Paulo: Cultrix, 2005, p. 23.

<sup>8</sup> KITCHEN, Martin. História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje. São Paulo: Cultrix, 2013, p. 430.

<sup>9</sup> Os países aliados que lutaram contra a Alemanha nazista são: Inglaterra, Estados Unidos, União Soviética e França.

<sup>10</sup> KITCHEN, op. cit., p. 430.

Segundo Bankier, após a derrota da Alemanha na 2ª Guerra Mundial, “muitos alemães procuraram fugir da consciência do genocídio e tentaram manter-se o mais ignorantes possível, pois o conhecimento gera culpa, uma vez que implica responsabilidade”<sup>11</sup>. É no tocante à responsabilidade dos sujeitos históricos envolvidos que Hannah Arendt se mostra expressiva nesta análise. Ela levanta a discussão sobre todo o impacto causado pela 2ª Guerra Mundial oriundo da ideologia totalitária, bem como sobre a responsabilidade de cada indivíduo que atuou em favor do nazismo. Para a autora, cada um dos indivíduos que praticaram crimes no período nazista deveria ter sido responsabilizado individualmente, e não o Estado alemão; ainda que eles estivessem cumprindo ordens do Estado, visto pela comunidade internacional como sendo um Estado de direito, ainda assim os autores “deveriam ser responsabilizados por suas ações”<sup>12</sup> individualmente. Portanto, a caracterização dos sujeitos históricos (indivíduos) como perpetradores é necessária para Arendt, do contrário, esse tipo de impasse poderia tornar inoperantes os processos de acusação contra os autores, segundo se depreende da citação abaixo:

[...] na sala de um tribunal não se deve julgar um sistema, uma história, ou uma tendência histórica, um ismo, o antissemitismo, por exemplo, mas uma pessoa, e se o réu é por acaso um funcionário, ele é acusado precisamente porque até um funcionário ainda é um ser humano, e é nessa qualidade que ele é julgado (ARENDR, 2004, p.92).

Para Jaspers, a Alemanha “não poderia virar a página sobre o período do Partido Nacional Socialista (nazista) como se fecha um parêntese; se ela quisesse renascer, deveria admitir as consequências de seus erros passados” (DELACAMPAGNE, 1997, p. 168). Para o autor, era necessário que os alemães iniciassem um intenso debate a partir da questão da culpa pelo nazismo com todos os seus desdobramentos. Ele ousou debater e encarar a situação alemã, em face do caos gerado pela derrota na 2ª Guerra e convidou os demais a enfrentar o problema da culpa, que deveria ser entendida nos sentidos criminal, político, moral e metafísico, conforme se depreende nas passagens adiante:

1) Sobre a culpa criminal, “são culpados os indivíduos que cometeram atos que se enquadram na categoria de crimes no âmbito do sistema jurídico”<sup>13</sup>;

---

<sup>11</sup>FRIEDLÄNDER, Saul. A Wehrmacht, a sociedade alemã e o conhecimento do extermínio em massa dos judeus. *In*: \_\_\_\_\_. Crimes de guerra: culpa e negação no século XX. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2005, p. 62.

<sup>12</sup> LAFER, Celso. Reflexões sobre a atualidade da análise de Hannah Arendt sobre o processo Eichmann. *In*: \_\_\_\_\_. Eichmann em Jerusalém 50 anos depois. Curitiba: Editora UFPR, 2013, p. 26-27.

<sup>13</sup>JASPERS, Karl. El problema de la culpa: sobre la responsabilidad política de Alemania. Barcelona: Ediciones Paidós, 1998, pp. 88 a 89. (Obs: resumo e tradução nossa.)

2) Quanto à culpa política, “os cidadãos de um Estado em que o governo é proveniente de eleições democráticas – como era a Alemanha antes de Hitler – são corresponsáveis pelos atos, assim como os crimes cometidos por esse Estado”<sup>14</sup>;

3) Referente à culpa moral, “cada testemunha dessa tragédia deve se questionar se ela fez, diante das duras condições em que se encontrava, o melhor que podia”<sup>15</sup>;

4) Por fim, no que se refere à culpa metafísica, esta “do ponto de vista da solidariedade universal – cada um de nós ainda que nada se possa fazer – não podemos ignorar o fato de que outros homens sejam maltratados, mesmo que isso ocorra em outros países”<sup>16</sup>.

Os quatro tipos de culpa elaborados por Jaspers “consistem em, primeiramente, distinguir as suas naturezas, instâncias julgadoras e consequências”<sup>17</sup>, como afirmou Medeiros. Para Jaspers, a culpa não deveria ser aplicada ao coletivo, ou seja, a todo o povo alemão. O autor expõe que os atos cruéis e injustos foram cometidos por homens comuns e normais. Portanto, ainda que todos os alemães admitissem em tese uma culpa coletiva, esta seria insuficiente, pois seria diluída na sociedade e não haveria a personalidade ou a materialização necessária para que a responsabilidade individual fosse devidamente atribuída. A generalização da culpa seria uma forma de desviar-se do problema – e não de enfrentá-lo. Já o enfrentamento dela (culpa) seria um chamado à reflexão e supostamente a uma reconciliação dos alemães com o mundo, afinal eram parte da humanidade e jamais poderiam deixar de sê-lo – apesar das atrocidades cometidas – daí a necessidade de assumir os feitos organizados pelo nazismo, pois, no entender de Jaspers:

Nós, os alemães, temos o dever, sem exceção, de encarar o problema de nossa culpa e de tirar as consequências disso. Nossa dignidade humana nos obriga a isso [...] nossa própria vida [...] só poderá ser digna se formos sinceros com nós mesmos. Os outros levantam a questão de nossa culpa, mas, mais do que isso, é uma questão que nós próprios nos fazemos. A resposta que dermos a ela em nosso íntimo fundamentará nossa consciência atual do ser e de nós mesmos. É uma questão vital para a alma alemã (JASPERS, 1998, p. 44-51).

Impunha-se, portanto, ao povo alemão encarar a realidade e enfrentar a culpa que lhe atribuíam. Segundo autor, “se os alemães encarassem e refletissem sobre sua culpa, supostamente poderia ocorrer uma mudança profunda ou renovação da essência alemã” (JASPERS, 1998, p. 51), vista como necessária. A partir do momento em que a sociedade alemã passasse a questionar seus

---

<sup>14</sup> *Idem*, pp. 79 a 81.

<sup>15</sup> *Idem*, pp. 81 a 88.

<sup>16</sup> *Idem*, pp. 88 e 89.

<sup>17</sup> MEDEIROS, Débora Araújo. Tempos sombrios: Karl Jaspers e a culpa alemã. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/7240/6442>> Acesso em: 22 dez. 2014, p. 03.

próprios feitos, ela faria um bem a si mesmo, pois “questionar-se seria uma forma de se libertar do peso de sua consciência” (JASPERS, 1998, p. 44), comenta o autor.

É importante lembrar que, após a rendição da Alemanha na 2ª Guerra Mundial, em 07 de maio 1945, grande parte dos alemães é vista como culpada pelo suposto apoio ao *Führer*, haja vista que os julgamentos de Nuremberg contribuíram e fortaleceram o discurso sobre uma suposta culpa alemã ao propagar o ocorrido nos campos de concentração. Antes mesmo de terminada a 2ª Guerra Mundial, os países Aliados que lutaram contra o nazismo já discutiam, em encontros e conferências, a possibilidade de julgar os principais líderes alemães e suas instituições após vencê-los. Assim, os vencedores instituíram o histórico “Tribunal de Nuremberg”<sup>18</sup> (1945-1949), este que, além de evidenciar e tornar público os crimes de guerra, atribuiu a ex-nazistas indiciados a responsabilidade individual no âmbito da justiça para que respondessem como réus.

Para Bazelaire e Cretin, se a derrota dos nazistas ficasse apenas no âmbito militar, o risco teria sido ver o fracasso nazista reduzido apenas à derrota diante de um exército mais forte, sem que nunca se evocasse o caráter intrinsecamente criminoso das ações dos responsáveis pelo 3º *Reich*, como citam os autores:

Ora, o que importava era que não apenas o exército nazista fosse vencido e derrotado, mas que os responsáveis pela Alemanha hitleriana fossem punidos como criminosos, em relação aos princípios. Sairíamos do campo estritamente militar para entrar no da lei. Certamente, a ingenuidade não é conveniente e houve aí evidentemente um aspecto de “processo-espetáculo”, mas é preciso constatar que os aliados recorriam ao símbolo da justiça além apenas da superioridade das armas. As responsabilidades individuais eram condenadas no lugar apenas do enfrentamento impessoal dos Estados (BAZELAIRE; CRETIN, 2004, p. 43).

Com base na citação, percebe-se que a recusa da impunidade é algo latente a partir do momento em que os crimes contra a humanidade vêm à tona, e Arendt concorda com essa perspectiva citada pelos autores. Embora haja críticas bem sustentadas, é difícil negar a relevância histórica do Tribunal de Nuremberg pela contribuição que trouxe em consolidar o entendimento da responsabilidade individual dos sujeitos não como entes abstratos, mas sim como indivíduos e

---

<sup>18</sup> Segundo Pereira, para Winston Churchill, primeiro-ministro da Grã-Bretanha, o ideal era apelar para uma eliminação rápida: uma execução por pelotão de fuzilamento, que não durasse mais do que seis horas. Com isso, ele esperava evitar um julgamento longo e complexo, para o qual não havia precedentes nem ao menos justificativas legais irrefutáveis. A princípio, o presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, aceitou a ideia de Churchill, mas a maioria dos demais políticos americanos, não. Logo, os soviéticos começaram a insistir num julgamento que pudesse expor ao mundo a natureza criminoso do Terceiro *Reich*. Harry S. Truman, que sucedeu Roosevelt na presidência dos EUA a partir de abril de 1945, concordou. Posteriormente a Inglaterra concordou. PEREIRA, Wagner Pinheiro. O julgamento de Nuremberg e de Eichmann: o cinema como fonte, prova documental e estratégia pedagógica. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/eichmann\\_nuremberg\\_israel.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/eichmann_nuremberg_israel.pdf)>. Acesso em: 22 dez. 2014, p. 03.

sujeitos históricos capazes de responder por seus próprios atos com personalidade jurídica em âmbito internacional, direitos e obrigações.

### **Considerações finais**

Em 23 de maio de 1949 decidiu-se que a Alemanha deveria iniciar um processo de transição democrática. Sua nova Constituição (ainda em vigor) é denominada Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, cujo artigo 3º, parágrafo 3, sobre a igualdade perante a lei estabelece:

Ninguém poderá ser prejudicado ou favorecido por causa do seu sexo, da sua descendência, da sua raça, do seu idioma, da sua pátria e origem, da sua crença ou das suas convicções religiosas ou políticas. Ninguém poderá ser prejudicado por causa da sua deficiência<sup>19</sup>.

E o artigo 4º (parágrafos 1 e 2) afirma que:

1 – A liberdade de crença, de consciência e a liberdade de confissão religiosa e ideológica são invioláveis. 2 – É assegurado o livre exercício da religião<sup>20</sup>.

Desde 1949 inúmeros artigos da Constituição alemã reforçam a liberdade para assegurar que a experiência totalitária não se repita, comprometendo-se o Estado alemão a respeitar e proteger a dignidade humana; no caso de o cidadão – seja ele alemão ou estrangeiro – ter os seus direitos ou dados pessoais violados, é possível apelar à justiça. Há também a proteção da dignidade humana e liberdade individual, direitos contra a violação domiciliar e de objeção ao serviço militar, que independem do tipo de personalidade do indivíduo. É uma Constituição que salvaguardou os direitos civis e obteve aceitação plena do povo alemão, que a mantém até hoje.

Em 21.10.2015, a líder alemã Angela Merkel afirmou categoricamente ao presidente de Israel que “*a responsabilidade pelo holocausto ou Shoá é da Alemanha*”<sup>21</sup>. Na ocasião, Merkel

---

<sup>19</sup> Constituição da Alemanha. (Lei Fundamental da República Federal da Alemanha). Tradução: Assis Mendonça, Aaschen. Edição impressa, Janeiro de 2011, p. 18.

<sup>20</sup> *Idem*, p. 19.

<sup>21</sup> Merkel reafirmou a culpa alemã dada as declarações do primeiro ministro israelense, Benjamin Netanyahu, em que retirava de Adolf Hitler parte da responsabilidade pelo Holocausto ao atribuí-la ao líder palestino da época, o mufti de Jerusalém Haj Amin al-Husseini (1895-1974). DONCEL, Luis. Merkel: o holocausto foi responsabilidade da Alemanha. Jornal El País. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/21/internacional/1445452767\\_258305.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/21/internacional/1445452767_258305.html)>. Acesso em: 22 dez. 2015.

confirmou também que não há motivos para mudar essa visão da História. Foi uma afirmação pública e motivada pelas declarações e interpretações polêmicas feitas pelo presidente israelense sobre o holocausto. Um pouco antes disso, em 18.03.2008, em visita a Israel, Merkel pediu “desculpas pelo holocausto” publicamente entre os dois países. Na ocasião, ela declarou que “*os alemães ainda estão cheios de vergonha*”<sup>22</sup> pelo genocídio praticado contra os judeus.

Ambas as situações referidas demonstram a preocupação e o cuidado da líder do Estado alemão, bem como os impactos e a suposta culpa do passado histórico de seu país, tendo-se em vista que o totalitarismo alemão foi um dos eventos mais marcantes do século XX e provou que tudo pode ser destruído.

Segundo Arendt, o totalitarismo “traz em si o germe de sua própria destruição”<sup>23</sup> e, embora tenha gerado uma forte crise para a humanidade e uma intensa ruptura em nosso tempo, “corremos o risco de que ele fique conosco de agora em diante”<sup>24</sup>, e com a terrível perspectiva de que se produzam mais lideranças totalitárias entre nós. Sendo assim, compreender a mentalidade totalitária e a culpa alemã no pós 2ª Guerra pode contribuir para entendermos alguns dos acontecimentos no mundo atual, como o neonazismo, ou a preferência por parte de alguns grupos pelos regimes ou políticas de extrema direita. Portanto, nosso cuidado ao explorar esse tema não se restringe somente à ideia de um movimento político em si, ou a questões exclusivamente de origens sociais, éticas, filosóficas e étnicas ligadas a essa temática, mas pretende contribuir, a partir de uma dimensão histórica, na compreensão das rupturas morais, violência estatal deliberada, reacionarismos, crimes em massa e guerras, e refletir sobre a culpa e responsabilidade individual dos que operam a máquina pública quando agem contra a sociedade.

Tendo como base o contexto citado, notam-se nos dias atuais resquícios da suposta culpa alemã, principalmente após 18 de outubro de 1945, quando se iniciaram os julgamentos do Tribunal de Nuremberg, em que “ex-nazistas conhecidos sentaram no banco dos réus”<sup>25</sup> e seus crimes passaram a ser amplamente divulgados pelos Aliados. Ao todo, os julgamentos de Nuremberg duraram 285 dias, com divulgação midiática expressiva, que atraiu a atenção do mundo e gerou impactos na própria Alemanha. Foi a primeira vez na História que um tribunal criado pelos

---

<sup>22</sup> Jornal Repórter Diário. Chanceler pede desculpas pelo holocausto no Knesset. Disponível em: <<http://www.reporterdiario.com.br/noticia/246334/chanceler-alema-pede-desculpas-pelo-holocausto-no-knesse/>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

<sup>23</sup> ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 530.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 531.

<sup>25</sup> Ao todo foram realizados treze julgamentos entre 1945 e 1949. O primeiro obteve grande visibilidade pelo fato de se ter julgado 24 nazistas bastante conhecidos, alguns deles vistos como principais responsáveis pela condução da guerra, como: Hermann Göring, alto responsável pelo regime nazista; Alfred Jodl, conselheiro de Hitler para questões estratégicas e operacionais; e Wilhelm Keitel, responsável pelo alto comando do exército do *Reich*. PEREIRA, Wagner Pinheiro. O Julgamento de Nuremberg e de Eichmann. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/eichmann\\_nuremberg\\_isra l.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/eichmann_nuremberg_isra l.pdf)> Acesso em: 22 dez. 2014, p. 03.

vencedores tinha como objetivo julgar publicamente os vencidos em seu próprio país, razão por que inúmeras críticas são tecidas a ele.

Para Arendt, Nuremberg “era de fato a corte dos vitoriosos e a autoridade de seu julgamento duvidosa, no entanto, eles (vencedores) foram cautelosos na aplicação das penas aos réus alemães”<sup>26</sup>, pois havia uma suposta percepção de razoabilidade que cuidadosamente se desviava dos indícios de vingança ao mesmo tempo em que se tornava impopular entre os alemães. E no que diz respeito às responsabilidades dos ex-nazistas ao longo dos julgamentos, segundo Arendt, mesmo que estes fossem considerados criminalmente responsáveis pelos seus atos, o Tribunal de Nuremberg foi instituído pelos vencedores para julgar os vencidos. Apesar da crítica contundente sobre o tribunal dos vitoriosos, a autora lhe credita importante contribuição histórica no sentido de cristalizar a “responsabilidade dos sujeitos históricos” que participaram de maneira indireta ou direta dos massacres ocorridos nos tempos de guerra. O veredicto dos julgamentos do pós 2ª Guerra deu-lhe uma “visão mais otimista da natureza humana, pois conseguiu romper com a dita “nova ordem”, ilegal e maquiada de legalidade, ao mesmo tempo “horripilante e nova, mas acima de tudo uma ordem” (ARENDDT, 2004, p. 104-105) que tinha como parâmetro a conduta “Matarás” (ela se refere ao totalitarismo). Para Arendt, seria inaceitável conceder impunidade aos nazistas que assassinaram milhões de seres humanos:

[...] o nosso senso de justiça acharia intolerável [...] deixar impunes aqueles que assassinaram milhões de seres humanos. Se isso não passasse de um desejo de vingança seria ridículo, sem falar no fato de que a lei e a punição por ela imposta surgiram sobre a terra para quebrar o interminável círculo vicioso da vingança. (ARENDDT, 2004, p. 88).

O totalitarismo gerou uma desvalorização geral dos juízos em que se apoiavam os homens do nazismo, pois provocou uma ruptura, transformou tudo que era negativo em algo positivo e supostamente virtuoso, tudo se tornou possível e permitido em nome de um bem maior; mesmo a prática de crimes não era vista como imoral ou criminosa; na ocasião foi aceita e direcionada aos grupos “indesejáveis”. Daí a necessidade de ideias como as de Jaspers e Arendt, pois a responsabilidade de tais feitos não se imputa somente às decisões adotadas pelos líderes nazistas daquele momento, tendo em vista que ditaduras implicam cumplicidade ativa ou passiva de uma boa parte de seus próprios cidadãos. Afinal, “difícil era não acreditar que a hipocrisia passou a ser parte do caráter nacional do povo alemão”<sup>27</sup>, como afirmou Arendt.

---

<sup>26</sup>ARENDDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 278.

<sup>27</sup>ARENDDT, H. Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 65.

Para o historiador Bessel, durante o ano de 1945 os alemães foram transformados de “protagonistas ativos em observadores passivos de seu próprio destino. Um povo que se acostumara a mandar nos outros agora se sentia impotente, sujeito às regras de potências estrangeiras”<sup>28</sup> em seu país. Após a ocupação estrangeira na Alemanha, as atrocidades cometidas pelo regime de Hitler vieram a público e os alemães passaram a ser fortemente hostilizados e violentados em seu próprio território. Nas palavras de Jaspers, se “a penúria da vida cotidiana já era algo extremamente grande” (JASPERS, 1998, p. 129) naquele momento, com a ocupação, a situação piora e se propaga também o seguinte:

Os soldados norte-americanos estavam proibidos de falar conosco, salvo para tratar de assuntos oficiais. Só então foram revelados a todo o povo alemão os crimes do nacional-socialismo. Eu também, até então, não tinha conhecimento do grau de planejamento e do volume que os crimes haviam alcançado (JASPERS, 1998, p. 130).

Foi nesse contexto que Jaspers optou por enfrentar e reagir ao debate. Ele publicou a obra *Die Schuldfrage* (A Questão da Culpa), que foi traduzida para o inglês, italiano, sueco, francês, japonês e espanhol. Fora da Alemanha, seu livro foi bastante divulgado, mas obteve pouco êxito naquele país – sua primeira edição publicada em 1946 e esgotou-se somente em 1958. Nota-se que, além de haver pouco interesse pelo livro de Jaspers dentro da Alemanha, houve também “indiferença por parte de alguns dos alemães em investigar criteriosamente os crimes cometidos pelos ex-nazistas” (VOEGELIN, 2009, p. 300), a respeito da *shoáh*<sup>29</sup>, bem como as responsabilidades e as respectivas culpas das partes envolvidas, como afirmou Voegelin, renomado intelectual alemão que acompanhou a ascensão do nazismo.

Com o intuito de encaminhar para o encerramento desta discussão, segundo o sociólogo Norbert Elias, muitos alemães foram resistentes e “não admitiam” (ELIAS, 1997, p. 340) os ocorridos nos campos de concentração ou preferiam não tomar conhecimento dos fatos, conforme se pode inferir da citação abaixo:

Mais tarde, perguntava-se com frequência: “Mas você deve ter ouvido falar do que estava acontecendo nos campos de concentração, não é verdade?” A resposta era sempre a mesma:

---

<sup>28</sup> BESSEL, Richard. Alemanha, 1945: da guerra à paz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 19.

<sup>29</sup> O termo *Shoáh* representa literalmente: ruína, destruição, catástrofe e definem o fenômeno de destruição sistemática e socioeconômica, perseguição, expropriação, trabalho forçado, vivência em guetos, tortura e o extermínio de aproximadamente seis milhões de judeus pela política eliminacionista do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães ou Partido Nazista de Adolf Hitler. Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da USP. Holocausto e Antissemitismo. Disponível em: <<http://diversitas.fflch.usp.br/node/5>> Acesso em 30 dez. 2014.

“Eu não sabia”. Tentaram o melhor que puderam não perceber qualquer dissabor (ELIAS, 1997, p. 340, grifos do autor).

Isto quer dizer que mesmo com todas as formas de resistência que tinham como propósito ocultar ou omitir as atrocidades do nazismo, o livro de Jaspers circulava pela Europa, América e Ásia, estimulando fortemente o debate e contribuindo para o não esquecimento da memória, ainda que fosse um assunto polêmico na ocasião; afinal, era o início da cicatrização das feridas da “2ª Guerra Mundial, esta última que ofereceu à Europa e principalmente à Alemanha uma era de miséria e desolação” (JUDT, 2014, p. 33).

### **Referências bibliográficas**

ARENDT, Hannah. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

\_\_\_\_\_. *Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. JASPERS, Karl. *Correspondence, 1926-1969*. New York: Harvest Books, 1993.

ASSY, Bethania. *Ética, responsabilidade e juízo em Hannah Arendt*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BAZELAIRE, Jean-Paul; CRETIN, Thierry. *A justiça penal internacional*. São Paulo: Manole, 2004.

BARTOV, Omer (org.). *Crimes de guerra: culpa e negação no século XX*. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2005.

BESSEL, Richard. *Alemanha, 1945: Da guerra à paz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BESSEL, Richard. *Nazismo e guerra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

DELACAMPAGNE, Christian. *História da filosofia no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

Constituição da Alemanha. *Lei Fundamental da República Federal da Alemanha*. Tradução: Assis Mendonça, Aaschen. Edição impressa, Janeiro de 2011.

ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

JASPERS, Karl. *A situação espiritual de nosso tempo*. Lisboa: Moraes Editores, 1968.

\_\_\_\_\_. *A bomba atômica e o futuro do homem*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1958.

\_\_\_\_\_. *El problema de la culpa: sobre la responsabilidad política de Alemania*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1998.

\_\_\_\_\_. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix, 2005.

JUDT, Tony. *Pós-guerra: história da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2014.

KITCHEN, Martin. *História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo: Cultrix, 2013.

MEDEIROS, Débora Araujo. *Tempos sombrios*. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

VOEGELIN, Eric. *Hitler e os alemães*. São Paulo: Realizações Editora, 2009.

## **DISSERTAÇÕES E TESES**

MEDEIROS, Débora Araujo. *Tempos sombrios: Karl Jaspers, Norbert Elias e a culpa alemã*. Dissertação (mestrado). UnB – Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10248/1/2011\\_D%C3%A9boraAra%C3%BAjoMedeiros.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10248/1/2011_D%C3%A9boraAra%C3%BAjoMedeiros.pdf)> Acesso em: 08 jan. 2016.

SERRA, Maria Olívia. *Dos tempos sombrios aos cuidados com o mundo: a banalidade do mal e a vida do espírito em Hannah Arendt*. Dissertação (mestrado). USP-Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-15012015-192120/pt-br.php>> Acesso em: 12 mar. 2016.

TIZZO, Fabiano. *Hannah Arendt: política e responsabilidade no julgamento de Eichmann*. Dissertação (mestrado). PUC – SP, 2015. Disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=18741](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=18741)> Acesso em: 12 mar. 2016.

## **ARTIGOS ACADÊMICOS**

MEDEIROS, Débora Araujo. *Tempos sombrios: Karl Jaspers e a culpa alemã*. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/7240/6442>> Acesso em: 22 dez. 2015.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. *O julgamento de Nuremberg e de Eichmann em Jerusalém: o cinema como fonte, prova documental e estratégia pedagógica*. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/eichmann\\_nuremberg\\_israel.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/nuremberg/eichmann_nuremberg_israel.pdf)> Acesso em: 22 dez. 2014.

GROPPO, Bruno. *Reflexões sobre os conceitos de responsabilidade e culpa na obra de Karl Jaspers e sobre sua aplicabilidade à ditadura de 1976-1983 na Argentina*. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/33387/24254>> Acesso em: 12 mar. 2016.

## SITES CONSULTADOS

Diversitas – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da USP. Holocausto e Antissemitismo. Disponível em: <<http://diversitas.fflch.usp.br/node/5>> Acesso em: 30 dez. 2014.

Centro de Estudos Hannah Arendt. Disponível em: <<http://www.hannaharendt.org.br/>> Acesso em: 20 fev. 2016.

## JORNAIS

DONCEL, Luis. Merkel: o holocausto foi responsabilidade da Alemanha. *Jornal El País*. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/21/internacional/1445452767\\_258305.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/21/internacional/1445452767_258305.html)>. Acesso em: 22 dez. 2015.

DA REDAÇÃO. Chanceler pede desculpas pelo holocausto no Knesset. *Jornal Repórter Diário*. Disponível em: <<http://www.reporterdiario.com.br/noticia/246334/chanceler-alema-pede-desculpas-pelo-holocausto-no-knesse/>>. Acesso em: 22 dez. 2015.

TELLES, Sérgio. Arendt e a maior das aventuras, a intelectual. Caderno 2, *O Estado de São Paulo*, SP, 24 ago. 2013.

# O AQUECIMENTO GLOBAL COMO NOVO FUNDAMENTALISMO ECONÔMICO: REFLEXÕES SOBRE O DISCURSO AQUECIMENTISTA

*Felipe Almeida dos Santos\**

*Clara Ribeiro Silva\*\**

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo debater os pressupostos econômicos existentes na hipótese do aquecimento global. Para tanto, o aquecimento global é considerado aqui não como consenso científico, mas um discurso político e econômico que busca (e tem obtido êxito significativo) se constituir em um novo fundamentalismo, expresso na consolidação de um “novo” mercado de consumo, de reprodução de capitais e de controle ao desenvolvimento de nações emergentes. Dessa forma, foram utilizados os pressupostos da climatologia geográfica a fim de caracterizar o clima global como sistema dinâmico, e da geografia política como meio de identificar os interesses do discurso aquecimentista como ideologia política e econômica, fundamentada no alarmismo ambiental de matriz neomalthusiana.

**Palavras-chave:** Aquecimento global; Fundamentalismo econômico; Climatologia; Geopolítica;

**Abstract:** This article aims to discuss the existing economic assumptions in the global warming hypothesis. Therefore, global warming is seen here not as a scientific consensus, but a political and economic discourse that seeks (and has achieved significant success) constitute a new fundamentalism, expressed in the consolidation of a "new" consumer market, reproduction capital and control the development of emerging nations. Thus, the assumptions of geographic climatology were used to characterize the global climate as a dynamic system, and political geography as a means of identifying the interests of aquecimentista speech as political and economic ideology, based on environmental alarmism neomalthusiana matrix.

**Keywords:** Global Warming; Economic Fundamentalism; Climatology; Geopolitics.

---

\* Licenciado, Bacharel pelo Centro Universitário Sant'Anna; Mestre em Geografia pela PUC/SP. Professor do curso de geografia do Centro Universitário Sant'Anna.

\*\* Graduanda do curso de bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-MG.

## Introdução

O aquecimento global está hoje dentre os temas ditos científicos mais repercutidos nos meios de comunicação, ocupando inclusive importante espaço em campanhas publicitárias e programas de reestruturação do mercado consumidor. De controvérsia científica até o final da década de 1990, o discurso aquecimentista foi transformado em verdade inquestionável e/ou consenso irrefutável a partir da publicação da 15ª sessão do IPCC (do inglês Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), na qual foram empregados os métodos para elaboração dos relatórios sobre mudanças do clima. Desde então, uma hipótese não consensual foi tornada cenário de alarmismo global, capaz de suscitar as mais mitológicas narrativas de fim dos tempos, sob o álibi do aumento das temperaturas globais que resultaria no derretimento de geleiras, glaciares e calotas polares, acarretando na elevação do nível dos mares, em secas, estiagens dentre outros cenários catastróficos que todos, direta e indiretamente, já ouviram dizer.

O discurso aquecimentista, transformado em verdade científica inabalável, possibilitou a formação de um fértil espaço de reorganização do capital, em especial da rearticulação de padrões de consumo e formação de novos mercados consumidores, a partir da criação de uma indústria do aquecimento global, da qual será tratada adiante.

Assim, este artigo busca discorrer sobre a influência do discurso aquecimentista na reorganização dos padrões de consumo, considerado aqui como estratégia de consolidação de um “novo” fundamentalismo econômico em que o *lobby* sustentável ocupa papel central não somente na formação de novos mercados, mas como estratégia de ocultar as consequências do capitalismo sobre o planeta, criando assim uma saída a tais consequências no interior do próprio capitalismo, como se fosse possível haver um capitalismo sustentável.

Como pressuposto teórico, o clima será tratado neste trabalho não de forma estático-estatística, mas como fenômeno dinâmico e variável, dotado de variabilidades que se manifestam no tempo e espaço, e que as ciências da atmosfera ainda pouco têm de respostas nesses pouco mais de cem anos de pesquisas sistemáticas de natureza teórico-quantitativas.

Desta forma, este artigo buscou realizar revisão bibliográfica sobre a temática do alarmismo instituído pelo discurso aquecimentista. Para tanto, foram utilizados os pressupostos da climatologia geográfica e da geografia política, respectivamente, a fim de caracterizar o clima global como sistema dinâmico e identificar os interesses do discurso aquecimentista como ideologia política e

econômica, fundamentada no alarmismo ambiental de matriz neomalthusiana, que se constitui hoje como um novo fundamentalismo.

### **Pressupostos da hipótese aquecimentista**

Os questionamentos acerca das consequências das relações sociedade e natureza na modernidade muito antecedem os argumentos que consideram a atmosfera como a primeira grande impactada pelo desenvolvimento da sociedade capitalista. Segundo Porto-Gonçalves (2011), o movimento ambientalista tem raízes na luta indigenista em defesa dos povos originários e seus territórios saqueados desde o período colonial e, posteriormente, no seio do movimento socialista do século XIX, ganhando novo peso ao final dos anos 1960 com o chamado movimento de “contracultura”, surgido como questionamento aos padrões de consumo e comportamento, do qual se destacam o movimento *hippie*, o feminista, o anarquista e também o ambientalista, já como caracterização moderna da luta contra as consequências ambientais da sociedade capitalista.

A força e o crescimento dos questionamentos quanto às consequências do capitalismo surgidos da “contracultura”, em especial do movimento ambientalista, exigiram das grandes corporações e das nações desenvolvidas representadas pela ONU (Organização das Nações Unidas) uma série de ações na tentativa de desmobilizar e descaracterizar tais movimentos. Vale lembrar que o movimento ambientalista foi capaz de consolidar uma importante frente de luta contra-hegemônica do qual se incorporavam as lutas ecológica, feminista, antirracista, pacifista e socialista.

A partir daí os questionamentos acerca da sociedade urbano-industrial e seu modelo de desenvolvimento são retomados em outros marcos por conferências e tratados internacionais, que surgem como estratégias para canalizar a crítica dos movimentos de “contracultura”, em especial o movimento ambientalista, já consolidado por sua oposição ao modelo predatório de produção capitalista.

Exemplo disso são as reuniões anteriores a esse período, como a Conferência das Nações Unidas sobre conservação dos recursos naturais, convocada em 1948, como proposta de intercâmbio de experiência de reconstrução de áreas devastadas pela Segunda Guerra. Tal fato explicita os diferentes interesses por trás do discurso de preservação do meio ambiente instituído

pelas nações desenvolvidas, nesse período, com objetivo específico de expandir o capital estadunidense na Europa pós-guerra, por meio da adoção do plano Marshall.

Em contraponto, já com outros interesses geopolíticos, o discurso de proteção ao meio repercute no interior da Organização das Nações Unidas no final da década de 1960 a partir do chamado Clube de Roma. Fundado em 1966 pela elite industrial e científica europeia estadunidense, esse grupo produziu documentos, entre eles o “Relatório do Clube de Roma”, que discursa sobre o futuro desenvolvimento das sociedades, a preocupação com o meio ambiente, crescimento populacional e recursos naturais. Entretanto, pode-se observar que esses argumentos a partir da publicação do relatório “Os Limites do Crescimento”, em 1972, não buscam substituir o atual modelo de desenvolvimento, mas sim dar-lhe uma nova “roupagem”, como os cinco eixos de uma suposta crise de esgotamento de recursos devido ao crescimento exponencial de população, produção de alimentos, industrialização e poluição pela interação do homem com a natureza, sendo assim mais um exemplo de neomalthusianismo.

Os relatórios e discursos constituídos pelos cientistas e industriais em torno de uma suposta preocupação com as questões do meio ambiente foram um dos fatores para a criação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada entre os dias 5 e 16 junho de 1972, em Estocolmo, capital da Suécia, considerada o primeiro encontro entre chefes de Estados que deu início às discussões sobre o meio ambiente em escala global. Nota-se que esta preocupação com o futuro está diretamente relacionada ao avanço do desenvolvimento tecnológico, a possível escassez dos recursos não renováveis e o aumento populacional no planeta. Esta conferência é um importante marco devido à produção da Declaração sobre Ambiente Humano, apresentando 29 princípios a serem seguidos, visando novos valores para preservação do meio ambiente. Neste documento, é possível analisar a separação entre os países chamados “desenvolvidos” e os “em desenvolvimento”, o “norte” e o “sul”.

Com forma de avaliar as ações definidas no relatório final da Conferência de Estocolmo, foi criada a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, entre 1983 e 1986. Esta comissão elaborou relatórios que culminaram nos apontamentos acerca do efeito estufa (aquecimento global) e o “buraco” na camada de ozônio, dando origem ao IPCC (Painel sobre Mudanças Climáticas, sigla do inglês).

Retomados posteriormente na chamada Cúpula da Terra, ou Rio-92 (Eco-92), realizada na cidade brasileira do Rio de Janeiro, os apontamentos acerca da chamada crise ambiental. Dentre os

inúmeros encaminhamentos ali consolidados está inserida a Convenção sobre mudança do Clima, discutida e ratificada em setembro de 1997 em Quioto, Japão, e intitulada “Protocolo de Quioto”.

Tal acordo, aberto para assinaturas a partir de dezembro de 1997 e ratificado em março de 1999, somente entrou em vigor em 2005, após a assinatura da Rússia no ano anterior, garantindo assim a participação de 55 países responsáveis pela produção de 55% das emissões de CO<sub>2</sub> em escala global. Assim, o protocolo passou a instituir um conjunto de metas de redução de emissões, levando em conta o estágio de desenvolvimento das nações. Tais metas poderiam ser negociadas em um mercado mundial de “carbono”, no qual capitais financeiros internacionais passariam a ocupar um importante papel de negociação para compra de títulos de projetos de energia limpa, de cotas de emissão, de projetos de sustentabilidade e principalmente, criação de um novo mercado consumidor a partir de investimentos em publicidade de empresas e Estados Nação, tendo como suposto objetivo reduzir a temperatura global entre 1,4°C e 5,8 °C até 2100.

Criada em 1988 pela Organização Mundial das Nações Unidas, a *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) apresenta-se com o objetivo de realizar estudos cientificamente comprovados acerca do aquecimento global. A principal afirmação dos cientistas é que o aumento da temperatura média global está relacionado diretamente com as emissões de gases poluentes na atmosfera lançados pela ação humana, havendo um aumento a partir da Revolução Industrial, e entre os principais gases estaria o vilão dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>).

Mesmo com pouco aprofundamento nos conceitos da climatologia geográfica e um consenso científico entre a relação dos gases e o comportamento climático, criou-se um alarde midiático que prevê mudanças climáticas e situações catastróficas do planeta Terra caso os países industrializados e principalmente as nações em desenvolvimento não diminuam ou cessem a utilização de combustíveis fósseis e a emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera. A ideia é que passem, assim, a adotar alternativas de cotas de emissão do dióxido de carbono e de energia limpa, como a energia solar, eólica e hidroeletricidade. Seu fácil convencimento está relacionado aos sumários escritos pelo IPCC (Sumário para os Formuladores de Política), de linguagens menos complexas, apresentando relatórios avaliativos que caracterizam os impactos sobre o clima:

As concentrações atmosféricas globais de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso aumentaram bastante em consequência das atividades humanas desde 1750 e agora ultrapassam em muito os valores pré-industriais determinados com base em testemunhos de gelo de milhares de anos. Os aumentos globais da concentração de dióxido de carbono se devem principalmente ao uso de combustíveis fósseis e à mudança no uso da terra. Já os aumentos da concentração de metano e óxido nitroso são devidos principalmente à agricultura. (IPCC, 2007: p. 03).

A partir das discussões aquecimentistas surgem personalidades e políticos motivados pela preocupação com futuro e conservação do planeta. Entre eles, destaca-se o vice-presidente norte americano Al Gore, durante a presidência de Bill Clinton entre os anos de 1999 e 2003 e derrotado na disputa presidencial em 2000 por George W. Bush. Sua imagem apelativa em torno dos discursos aquecimentistas tomou grande repercussão midiática a partir de palestras em diversos países e pelo documentário “Uma Verdade Inconveniente” (em inglês, *An Inconvenient Truth*, 2006) sobre as mudanças climáticas, que lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz, em 2007. O documentário é organizado pela exposição de gráficos e planilhas em “slides”, além de imagens e animações catastróficas e comoventes a fim de convencer e sensibilizar o mundo acerca do suposto consenso aquecimentista antrópico. Em seu documentário, Al Gore destaca que a emissão desenfreada de gases poluentes durante o século XX, como o CO<sub>2</sub>, é responsável pelo aumento da temperatura global, causando futuramente o derretimento de geleiras, tempestades, furacões, secas e aumento do nível do mar, criando-se assim uma “crise climática”. Como solução e reversão deste nefasto e assustador problema ambiental, o político induz novas práticas e hábitos de consumo mundial, tecnologia verde e sustentável, além de acordos políticos como o crédito de carbono e a não industrialização de países que buscam o desenvolvimento.

Em contrapartida, durante o ano de 2009, os principais noticiários do mundo publicaram reportagens sobre a possibilidade de fraude nos dados do IPCC em pesquisas que comprovariam o aumento da temperatura global. Esses indícios foram anunciados a partir do acesso de “hackers” no e-mail da Unidade de Pesquisa Climática da Universidade East Anglia, Inglaterra, onde o cientista Phil Jones demonstra sua atuação na manipulação dos dados climáticos em relatórios do IPCC e seus resultados nos modelos matemáticos induzidos a legitimar o pressuposto aquecimento (LINO, 2009).

### **O aquecimento global como falso consenso científico**

A hipótese aquecimentista, propagada como irrefutável consenso científico, do qual gigantesco aporte de recursos provenientes de Estados-Nação, organizações internacionais e empresas globais contratam, financiam e direcionam pesquisas e resultados, criou uma hegemonia no meio científico capaz de isolar, reprimir e perseguir todos os cientistas que a ela se contrapõem. A hegemonia aquecimentista se consolida não só na excessiva veiculação midiática, mas também no

direcionamento do financiamento científico, restrito e até mesmo inexistente para aqueles que se contrapõem ao aquecimento global. Assim, publicar trabalhos e pesquisas contrárias à hipótese aquecimentista é tarefa árdua, quase impossível (MARUYAMA, 2009). Ainda assim, tem crescido significativamente o grupo de pesquisadores contrários ao aquecimento global, recorrentemente chamados de céticos.

Diversos são os questionamentos acerca da hipótese aquecimentista, sobretudo após a publicitação da manipulação de dados realizada em 2009 por pesquisadores do IPCC, a fim de direcionar os resultados das pesquisas que comprovariam a elevação das temperaturas em escala global. Tal fato intensificou as críticas ao IPCC, já realizadas anteriormente no ano de 2007, quando um grupo de pesquisadores manipulou dados utilizados em 2001, a fim de corrigir uma curva de variação das temperaturas globais registradas em um gráfico climático, dando origem ao episódio intitulado de “taco de hóquei” (LINO, 2009).

Tais evidências de manipulação se somam às críticas referentes à ausência de séries climáticas confiáveis que antecedam os últimos 150 anos, uma vez que as pesquisas sobre a atmosfera anteriores ao começo do século XX eram restritas a poucos países, dentre eles França, Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha. Assim, as séries temporais sobre o clima são reduzidas e fragmentadas, o que inviabiliza qualquer tentativa de apontar projeções que antecedam uma centena de anos (BAPTISTA, 2009). É somado ainda o fato de essas séries climáticas serem compostas por estações meteorológicas localizadas anteriormente em áreas rurais e, hoje, estarem no centro de grandes áreas urbanas, constituídas por superfícies que elevam a temperatura da atmosfera devido ao efeito das ilhas de calor, alterando assim significativamente as médias de temperatura, que devido ao crescimento das cidades, são registradas muito mais elevadas desde o começo da segunda metade do século XX (BAPTISTA, 2009).

Shigenori Maruyama, destacado paleoclimatologista japonês, questiona os métodos empregados pelo IPCC, em especial pela forma com que os dados meteorológicos de diferentes latitudes, hemisférios, continentes e regiões do globo são empregados, padronizados e embutidos em um único método de análise matemática, os chamados modelos, desconsiderando as especificidades de cada local onde esses dados foram registrados:

[...]as temperaturas dos últimos mil anos não devem ter sido medidas com as mesmas técnicas em todos os países. Correspondem a valores estimados por diferentes pesquisadores que utilizam diferentes metodologias, como anéis de crescimento das árvores; características da sedimentação; razões isotópicas de oxigênio ou outros isótopos

estáveis de carbono, cujas idades são medidas por radiocarbono, pois as paleotemperaturas são estimadas por isótopos de elementos químicos; análise de palinomorfos (pólen + esporo). (MARUYAMA, 2009 p.23)

Luis Carlos Molion, um dos mais respeitados climatologistas do Brasil, ex-membro do IPCC, representante dos países da América do Sul na Comissão de Climatologia da Organização Meteorológica Mundial (OMM) e uma das mais conhecidas vozes contrárias à hipótese aquecimentista, questiona a tese de que o aumento aproximado de 0,7°C na temperatura média global seja decorrente da intensificação do efeito estufa, uma vez que a variabilidade natural do clima representa alterações cíclicas muito superiores a esses valores (MOLION, 2007).

Para ele, não há fundamento no argumento de que o CO<sub>2</sub> é o grande regulador do clima global. Segundo Molion (2008), o Sol é o grande regulador do clima global, e as atividades solares apresentam um ciclo de aproximadamente 90 anos entre a máxima e mínima intensidade.

Por fim, Molion (2007) questiona a forma como as séries históricas dos últimos 150 anos são interpretadas pelos pesquisadores do IPCC:

Na realidade, as características desses registros históricos conflitam com a hipótese do efeito-estufa intensificado. O Planeta se aqueceu mais rapidamente entre 1925- 1946, quando a quantidade de CO<sub>2</sub> lançada na atmosfera era inferior a 10% da atual, e se resfriou entre 1947-1976, quando ocorreu o desenvolvimento econômico acelerado após a Segunda Guerra Mundial. (MOLION, 2007, p.9)

Assim, em dezembro de 2007, um grupo de mais de 100 cientistas, dentre físicos, climatologistas, meteorologistas, geógrafos, geólogos, entre outros, redigiu uma carta aberta ao Secretário-Geral das Nações Unidas, sob o título “Conferência climática da ONU conduz o mundo a uma direção inteiramente errada”. A referida carta buscou contra-argumentar os apontamentos publicados no sumário de 2007 do IPCC a partir dos seguintes aspectos:

- (1) Recentes observações de fenômenos como diminuição de glaciares, aumento do nível do mar e a migração de espécies sensíveis à temperatura não são provas de mudanças climáticas anormais, não tendo sido demonstrado que qualquer mudança tenha ocorrido fora dos limites da variabilidade natural.
- (2) A média de aquecimento de 0,1 a 0,2°C por década registrada por satélites durante o final do século XX se enquadra numa taxa natural de resfriamento e aquecimento observada ao longo dos últimos dez mil anos.
- (3) Cientistas proeminentes, incluindo alguns dos mais importantes pesquisadores do IPCC, reconhecem que hoje os modelos climáticos computadorizados não conseguem prever o clima. Com base nisso, e apesar das projeções de aumento da temperatura, não houve aumento bruto da temperatura do planeta desde 1998. A estabilização da temperatura segue um período de aquecimento registrado no final do século XX que é consistente com os

ciclos naturais multidecadais e milenares do clima. (4) Em contraste com a afirmação feita repetidamente de que a ciência do clima é hoje incontroversa, importantes trabalhos peer-reviewed trouxeram ainda mais dúvidas quanto à hipótese de um perigoso aquecimento induzido pelo homem. Mas porque os grupos de trabalho do IPCC foram induzidos a considerar trabalhos publicados apenas até maio de 2005, estas revelações importantes não estão incluídas nos relatórios e, assim, as conclusões do IPCC já estão desatualizadas. (LINO, 2009, p.125)

O referido documento tem como signatários de destaque os cientistas Ernst-Georg Beck, Freeman J. Dyson, Vicente Gray, Craig D. Idso, Sherwood B. Idso, Zbigniew Jawarowski, Marcel Leroux, Richard Lindzen, Ross McKittrick, Gert W. Paltridge, S. Fred Singer, Edward J. Wegman, além dos renomados brasileiros Luiz Carlos Molion, Kenitiro Suguio, José Bueno Conti, Fernando de Mello Gomide, dentre outros.

O discurso aquecimentista, mediante inúmeros questionamentos e refutações, ainda assim se constituiu como pressuposto hegemônico sobre o clima, e se materializa nas ações políticas e econômicas como uma espécie de inquisição, como bem define Baptista (2009), uma vez que os interesses por trás dessa concepção assumem uma radicalidade que rompe a premissa científica, se fazendo dogma, a exemplo dos fundamentalismos que veem na diferença o inimigo a ser combatido, a fim de manter sua hegemonia discursiva e existencial.

### **O aquecimento global como “novo” fundamentalismo econômico**

O discurso aquecimentista, antes de se consolidar como uma nova indústria econômica de reprodução do capital, é instituído como argumento ecológico de legitimação da intervenção dos Estados Nacionais e do poder econômico-financeiro ao movimento de contracultura, em especial aos grupos que a partir da década de 1960 se organizavam em questionamento à ausência de liberdades individuais, a questões de gênero, ao consumismo, à guerra, ao racismo e, principalmente, à chamada crise ambiental, fundamentada na exploração predatória dos recursos da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2011).

Sem generalizações acerca da essência dos diversos movimentos surgidos na chamada contracultura, principalmente nas nações desenvolvidas da Europa e nos EUA, o movimento ambientalista foi certamente o que mais gerou algum tipo de preocupação direta à hegemonia capitalista, em especial à sua capacidade de articulação de diferentes frentes de luta. Assim, sob a

tutela da ONU, diversas reuniões de chefes de Estado foram realizadas a fim de criar meios para canalizar os discursos consolidados pelo movimento ambientalista, do qual se destacam o chamado Clube de Roma e a proposta da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, Estocolmo 1972. A partir daí, a tentativa de direcionar as críticas dos movimentos sociais para um suposto discurso oficial de toda comunidade internacional representada pela ONU é somada a necessidade de consolidação de novos mercados de consumo em escala global, principalmente por ser esse período caracterizado como uma transição do capitalismo, conforme defendido por Harvey:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizando-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas[...]. (HARVEY, 2014, p.140)

Harvey (2014), ao caracterizar a perda de hegemonia do sistema de acumulação e regulação fordista (integralmente centralizado na indústria como produtora única de bens e serviços), especialmente a partir da saturação dos mercados internos centrais e a necessidade de novos mercados de exportação dos excedentes, propõe que a acumulação flexível, constituída como novo sistema de reprodução do capital no que se refere à acumulação e regulação, se materialize não apenas como uma ruptura da centralização fabril a partir do surgimento de uma imensa rede de serviços, mas também como nova forma de fragmentação do espaço no plano da individualidade, onde padrões de consumo são instituídos pelo desenvolvimento de um novo mercado estético-cultural.

Nesse novo padrão de consumo constituído pela condição pós-moderna (HARVEY, 2014) está situada a chamada sustentabilidade, que segundo Löwy (2014), é, na realidade, uma manifestação do ecocapitalismo, que busca se constituir enquanto uma “nova” forma de reprodução do capital em uma suposta versão humanizada e consciente, como se fosse possível um capitalismo não predatório.

Dentre todo o discurso ambientalista incorporado pelas nações desenvolvidas e grandes corporações internacionais representadas pela ONU, a hipótese do aquecimento global é

consensualmente a de maior destaque político e midiático, se constituindo assim como a maior estratégia para a consolidação dos interesses geopolíticos e econômicos descritos anteriormente.

De falso consenso científico, o discurso aquecimentista, considerado dogma e verdade irrefutável, uma nova inquisição, como afirma Baptista (2009), ou, como caracterizado aqui, um novo fundamentalismo, não apenas de caráter discursivo, mas de plano econômico de reprodução do capital, se institui como importante estratégia de consolidação de um novo mercado de consumo em escala global. Este é necessário para territorialização de grandes instituições econômicas em novos espaços, por meio de projetos de desenvolvimento sustentável, energias limpas, financiamento a corporações “ambientalmente corretas”, e principalmente, da consolidação de políticas que reduzam o crescimento das chamadas nações emergentes, a exemplo da China, Rússia, Índia e Brasil.

A existência de um mercado aquecimentista já não é novidade no espaço econômico internacional. Desde o final da década de 1980 existe um crescente processo de mercantilização da atmosfera em torno das patentes dos chamados gases CFC (clorofluorcarboneto). Somente após o fim dos chamados direitos de produção é que esse composto gasoso foi considerado um vilão para a atmosfera (LINO, 2009). A isso somam-se ainda os chamados créditos de carbono, pelos quais organismos de financiamento internacional, a exemplo do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional), seriam responsáveis pela criação de fundos para a comercialização de percentuais de redução de emissões, seja por meio da compra e venda, ou da abertura de crédito para o fomento de energias limpas. Lino (2009) aponta ainda que, até 2014, o mercado de carbono alcançaria o patamar de maior mercado de *commodities* do mundo, atingindo uma soma aproximada de 2 trilhões de dólares anuais.

Baptista (2009), ao caracterizar os reais beneficiados com a indústria aquecimentista, afirma:

Os beneficiados com a teoria do aquecimento global são os ricos e poderosos. Os perdedores são o resto do mundo. As soluções encontradas para minimizar os efeitos do aquecimento global apoiam-se conceitualmente numa corrente chamada de modernização ecológica, que, segundo Henri Acseraldo, se baseia na internacionalização das preocupações ambientais por parte de instituições políticas, que visam conciliá-las com o crescimento econômico. Isso é possível por meio da adoção de tecnologias ditas “limpas”. Mas elas normalmente são caras e inacessíveis aos pobres. Uma coisa é a Alemanha reunificada adotar tecnologias ambientalmente corretas, outra coisa é Moçambique adotá-las. (BAPTISTA, 2009, p.167)

Assim, o discurso sustentável ou a tese da sustentabilidade se constitui como estratégia de manutenção da hegemonia do capital, em relação à canalização dos movimentos divergentes, em especial ao ambientalista, e à possibilidade de consolidação de um novo mercado de produção e consumo em escala global, possibilitando a expansão geográfica do capital que, segundo Harvey (2014), é considerada um importante mecanismo de superação das crises do capitalismo geradas pela superacumulação. Desta forma, a chamada acumulação flexível altera o tempo de giro da produção, ao criar consumos de baixa duração que logo são substituídos, gerando assim mais produção e, em consequência, acumulação (HARVEY, 2014)

Esse novo mercado, constituído em sua gênese como descentralização do processo fabril, sobretudo a partir da expansão de uma imensa rede de serviços, constituídos em sua maioria da relação entre ciência e produção (os chamados avanços técnicos ou tecnológicos), se apresenta no discurso aquecimentista (e ambientalista) por meio das chamadas fontes energéticas e tecnologias limpas, dos produtos sustentáveis, da eficiência produtiva e principalmente do consumidor consciente. A partir daí é que o discurso aquecimentista (o mais radical no interior do movimento ambientalista ecocapitalista) se constitui como um novo fundamentalismo, uma vez que, caracterizado como dogma científico, é feito verdade inquestionável, capaz de direcionar todo o mercado produtivo e de consumo sob o álibi sustentável.

Esse processo, que nada tem a ver com o necessário questionamento ao capitalismo como modelo de sociedade insustentável, predatório e desigual, se materializa como um importante instrumento ideológico de alienação das massas que, pautado no catastrofismo, institui novos padrões de consumo e comportamento para os cidadãos, e novas condições de bloqueio ao crescimento e desenvolvimento das nações emergentes e subdesenvolvidas. Assim, esse discurso representa um fundamentalismo econômico, considerado condição imutável ou via única de superação da chamada crise ambiental.

Por fim, o discurso do aquecimento global pode ser caracterizado como ideologia hegemônica da atualidade, a partir de dois campos específicos do fundamentalismo.

O primeiro, mais visível, portanto, identificável, é formado pela criação de novos padrões de consumo, pela intensificação do consumismo em escala global (em especial a partir da estratégia de canalização da crítica ambientalista para um novo padrão de consumo). Este consumismo, apesar de nova roupagem, rotulada de sustentável e ecologicamente correta, se faz, na realidade, uma condição de alienação dos cidadãos, seja no que Milton Santos considerou como ópio moderno (ou

pós-moderno?), o consumismo como necessidades forjadas, resultado da despolitização do indivíduo e responsável pela máxima “do cidadão imperfeito ao consumidor mais que perfeito” (SANTOS, 2000). Assim, o capital se reproduz e se especializa nas mais diversas localidades do globo, a partir da expansão de um mercado consumidor forjado em uma concepção hegemônica de sociedade, aquela que vê na sustentabilidade ecocapitalista os meios de superação da crise ambiental criada no seio da própria sociedade capitalista.

O segundo, menos visível, mas ainda assim tão perigoso e expressivo, é o viés neomalthusiano do discurso aquecimentista.

Thomas Robert Malthus (1766-1834), economista britânico, considerado o pai da demografia, defendia que a miséria e a pobreza seriam condições necessárias ao pleno desenvolvimento social da humanidade, uma vez que o planeta não abrigaria recursos suficientes para suprir as necessidades de todos seus habitantes. Para Malthus, a população cresce em forma geométrica e a produção de alimentos, em forma aritmética. Assim, não haveria campos férteis suficientes para alimentação de toda a população mundial (DAMIANI, 2004). Mesmo considerados superados os postulados de Malthus e seus discípulos, é comum em momentos de crise do capitalismo a ascensão de discursos que exprimem o malthusianismo, chamados neomalthusianos, em especial a partir da Segunda Guerra Mundial.

Damiani (2004) entende como neomalthusianas as políticas instituídas por organismos internacionais, a exemplo da ONU, UNICEF, Banco Mundial e FMI, destinadas ao controle populacional dos países subdesenvolvidos. Segundo a autora, o problema da superpopulação retoma o debate da necessidade de garantir um controle do crescimento populacional dessas nações, a fim de manter a capacidade de oferta de recursos por parte do planeta. A partir daí surge o caráter neomalthusiano da concepção ambientalista pós Estocolmo 1972, do qual o discurso do aquecimento global é hoje o grande representante. As políticas de mitigação do crescimento das nações subdesenvolvidas e emergentes, seja na aplicação de metas de emissões de poluentes, a aquisição de empréstimos para a adoção de tecnologias limpas e todas as políticas e tratados de controle do crescimento urbano-industrial dos países em desenvolvimento, são nada mais do que tentativas de fazer das desigualdades, condições necessárias a manutenção do desenvolvimento do capitalismo.

Assim, o discurso aquecimentista legitima uma concepção de que as nações subdesenvolvidas, ao se desenvolverem, esgotariam os recursos do planeta, resultando em um

colapso ambiental de proporções globais. Note que a base discursiva não tem como objetivo o questionamento de todo padrão de desenvolvimento do capitalismo em escala planetária, mas sim o de desenvolvimento dos outros, em especial aqueles que de alguma forma possam ameaçar a hegemonia das nações desenvolvidas.

Nessa perspectiva, é mais que necessário desmistificar o aquecimento global como verdade científica, como se fosse um consenso da ciência, isenta e imparcial, criando assim uma falsa ideia de que todas suas afirmações não estão permeadas por interesses políticos, econômicos e geopolíticos. Dessa forma, será possível identificar o discurso aquecimentista como um novo fundamentalismo de base econômica, tornando assim possível representar os reais interesses por trás dessa premissa dita isenta e científica, mas que na realidade é mais uma das formas de manutenção da base hegemônica do capitalismo e seus mecanismos de reprodução das desigualdades.

### **Considerações finais**

Nascido no interior das lutas populares indígenas e socialistas, o movimento ambientalista, retomado na chamada “contracultura” dos anos 1960 e visto como um importante questionamento e disputa contra o capital, acabou sendo incorporado pelo discurso oficial dos organismos internacionais e nações desenvolvidas, não só como forma de desmobilização, mas como meio de consolidação de novos espaços e mercados para expansão do capital. Assim, a partir do Clube de Roma e da Conferência de Estocolmo 1972, o discurso ambientalista assume novo viés, tornando-se uma importante ferramenta de expansão do capital e de construção de novos mercados consumidores e principalmente, como ferramenta de controle ao crescimento das nações emergentes e subdesenvolvidas.

Nesse processo, a hipótese do aquecimento global, a mais destacada das teses do ambientalismo-ecocapitalista, é tornada verdade científica, seja por meio do financiamento de projetos de pesquisa por grandes grupos empresariais, pela manipulação de dados e utilização de métodos induzidos a legitimar as hipóteses apontadas e principalmente, pelo peso midiático que o tema ganhou, principalmente por sua abordagem alarmista e catastrófica a partir do documentário “Uma Verdade Inconveniente” de Al Gore.

Assim, no terreno fértil do chamado período de acumulação flexível do capitalismo, centrado principalmente em uma ampla rede de serviços e novos espaços produtivos, padrões de consumo são instituídos pelo surgimento de um novo mercado estético-cultural, do qual a hipótese do aquecimento global, estratégia de consolidação do chamado desenvolvimento sustentável, assume condição de novo fundamentalismo, seja por seu potencial de impor um novo modelo de consumo, o chamado consumo sustentável, seja no plano da aplicação de projetos tecnológicos, energéticos e de infraestrutura, ou no que se refere a bens de consumo mais gerais, tais como mercadorias e serviços e também, no estabelecimento de uma geopolítica global de controle ao crescimento das nações emergentes e subdesenvolvidas, numa nova manifestação do neomalthusianismo que busca legitimar as desigualdades globais sob o álibi da incapacidade do Planeta de prover recursos para o pleno desenvolvimento de todas as nações e seus habitantes.

Por fim, é necessário desconstruir os argumentos que tentam fazer da retórica científica uma espécie de verdade absoluta e inquestionável, principalmente os que se manifestam imparciais, mas que na realidade, assim como o discurso aquecimentista, assumem condição de manifestação fundamentalista dos interesses geopolíticos e econômicos de grupos empresariais internacionais e nações desenvolvidas.

### **Referências Bibliográficas**

BAPTISTA, G.M.M. *Aquecimento global: ciência ou religião?* Brasília: Hinterândia Editorial, 2009.

DAMIANI, A.L. *População e geografia*. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

IPCC. *Contribuição do Grupo de Trabalho I ao Quarto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima*, 2007. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg1-spm.pdf>> Acesso em 23/08/2016>

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 25.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LINO, G.L. *A fraude do aquecimento global: como um fenômeno natural foi convertido numa falsa emergência mundial*. 3º edição. Rio de Janeiro: Capax Dei editora, 2009

LÖWY, M. *O que é ecossocialismo?* 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARUYAMA, S. *Aquecimento Global?* Tradução de Kenitiro Suguio. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

MOLION, L.C.B. Desmistificando o aquecimento global. In: *Intergeo*, v. 5, p. 13-20, 2007.

MOLION, L.C.B. Aquecimento global: uma visão crítica. In: *Revista brasileira de climatologia*, v. 3/4, p. 7-24, 2008.

MONTEIRO, C.A.F. *Teoria e Clima Urbano*. São Paulo, Instituto de Geografia da USP, 1976. Série “Teses e Monografias” nº25.

PORTO-GONÇALVES, C.W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 15.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

RIBEIRO, W.C. *A ordem ambiental internacional*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

# O FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO: O USO DA INFORMAÇÃO E A CONTRAINFORMAÇÃO NUMA SOCIEDADE QUE VIVE EM REDES DE COMUNICAÇÃO

*Rogério Neves*

**Resumo:** A discussão sobre o fundamentalismo nos leva a pensar que existam uma infinidade de contornos para defini-lo. Neste texto, as reflexões partem do fundamentalismo religioso, consciente da complexidade e dificuldade da questão. A religião como um termo técnico sugere que é possível pensar em vários fatos de formas diferentes. O fundamentalismo religioso pode ter também distintos contornos e situações que nos fazem acreditar que há outros tantos fundamentalismos que precisamos descobrir, discutir e ponderar conforme se investigam as suas manifestações históricas. Entre a objetividade e a subjetividade da religião, discutir o fundamentalismo religioso em pleno século XXI é também pensar que a nossa incontestável situação de existência humana não esteja pautada simplesmente no plano físico, e que hoje enfrentamos uma realidade pautada em distâncias materiais estruturadas num mundo que vive em redes de comunicação.

**Palavras-chave:** Fundamentalismo, Religião, Informação, Comunicação.

**Abstract:** The discussion of fundamentalism lead us to think that there are innumerable contours to define it. In the text, the reflections depart from religious fundamentalism, aware of the complexity and difficulty of the issue. Religion as a technical term suggests that it is possible to think of several facts in different ways. Religious fundamentalism may also have different outlines and situations that make us believe that there are so many fundamentalisms that we need to discover, discuss and ponder as their historical manifestations investigated. Between the objectivity and the subjectivity of religion, to discuss religious fundamentalism en the twenty century is also to think that our incontestable situation of human existence is not simply based on the physical plane, today we face a reality based on material distance structured in a world that lives in communication networks.

**Keywords:** Fundamentalism, Religion, Information and Communication.

## Causas e efeitos históricos

No início do século XXI, com os atentados de 11 de setembro de 2001, todas as reflexões sobre medidas de segurança internacionais precisaram ser revistas, pois não era possível que os mais rigorosos protocolos de segurança em aeroportos e outros ambientes teriam sido inócuos.

Grupos de militantes religiosos passaram incólumes as fronteiras de proteção dos Estados Unidos da América - EUA, o país com os mais altos sistemas de segurança pública do mundo.

Entre as inúmeras discussões que se estenderam após aquele momento triste da história mundial, reflexões pontuais sobre o uso das tecnologias e principalmente sobre a informação e comunicação estiveram no centro dos debates em relação às ameaças que o fundamentalismo religioso poderia trazer com essas inovações.

Sabe-se, por exemplo, que uma das primeiras medidas tomadas após 11 de setembro foi a rigidez e acompanhamento nas pesquisas realizadas pelos usuários de bibliotecas, arquivos, centros de documentação e outros espaços públicos de pesquisas nos EUA, pois muitos dos militantes religiosos naquele momento utilizaram esses espaços como locais de reuniões, estudos e praticamente funcionaram como Quartéis Gerais para aplicar suas estratégias de ação “terrorista”.

Mas, antes de caminhar pelas reflexões mais pontuais sobre o uso da informação e o fundamentalismo religioso, vale voltar um pouco no século XX e compreender que essa realidade vivenciada no século XXI de alguma forma era projetada por vários historiadores. Eric Hobsbawn foi um deles, e apontava os desfechos do século XX indicando que o fundamentalismo religioso também traria impactos para o novo milênio.

O Breve Século XX foi uma era de guerras religiosas, embora os mais militantes e sanguinários de seus religiosos bebessem nas ideologias seculares da safra do século XIX, como o socialismo e o nacionalismo, cujos equivalentes divinos ou eram abstrações ou políticos venerados como divindades. É provável que os extremos dessa devoção secular já estivessem em declínio mesmo antes da Guerra Fria, incluindo os vários cultos de personalidade políticos: ou melhor, haviam sido reduzidos de igrejas universais a um punhado de seitas rivais. Apesar disso, sua força estava não tanto na capacidade de mobilizar emoções próximas da religião tradicional, mas na promessa de dar soluções duradouras aos problemas de um mundo em crise. (HOBSBAWN, 2003; p.541-542)

São muitas as variáveis que apontam essa guinada do fundamentalismo religioso no mundo que se tornou global pelos caminhos da tecnologia da informação e da comunicação; e que ao mesmo tempo ampliou suas fontes de tensão, ora envolvendo o mercado internacional global, ora atingindo a estabilidade social das nações. No continente europeu é possível afirmar que os erros cometidos no passado pelos colonizadores europeus e as inúmeras intervenções no Oriente Médio, assim como na África, repercutiram de maneira violenta como um todo na Europa e hoje as novas gerações sofrem com esses desdobramentos.

Há também a tese de que após 11/09 a declaração dos EUA na luta contra o terrorismo deu crédito a todas as nações que encontrassem terroristas, e isso significou de alguma forma uma

espécie de banalização do termo “terrorismo”. Amplificou a ideia apontada neste texto de movimento contrainformação, ou seja, do outro lado os “inimigos” dos terroristas virariam todos aqueles que não partilhassem dos mesmos preceitos religiosos.

Para Saint-Pierre,

O conceito de “terrorismo” é um dos mais usados por políticos, jornalistas e um dos menos refletidos. Na verdade, o escopo semântico desse conceito goza de uma elasticidade assombrosa que satisfaz as necessidades de todo o político para eliminar oponentes [...] o conceito de “terrorismo” desde muito antes do 11/09 funcionou como um imã para “especialistas” oportunistas. Ele foi usado amplamente durante ditaduras militares para se referir aos movimentos de resistência armada, antes disso foi empregado pelo governo francês para se referir ao movimento de libertação da Argélia. Depois de 11/09, quando os EUA facilitaram créditos para a luta contra o terrorismo, todos encontraram terroristas em seu próprio quintal. (SAINT-PIERRE, 2016; p.2)

Vale pensar que, homogeneizar como terroristas todos aqueles que se manifestam contra uma forma de governo ou lutam para manter sua ideologia seja ela religiosa ou não, acaba por enfraquecer o próprio combate contra de fato aqueles que agem estrategicamente, ou com o intuito de causar o terror. Pois nem sempre o terrorista quer o poder, e qualificar grupos políticos, oposição ou guerrilheiros com essa chancela parece ter sido um ato constante em diversos países, inclusive na América Latina.

Assim, o presidente da Colômbia, Uribe, mudou o apelativo de “narcoguerrilha” para “narcoterrorismo” para se referir às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército Popular. No Peru, o presidente Toledo marcou movimentos indígenas ambientalistas também como “terroristas”. No Brasil, o ministro da Reforma Agrária do governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, Raul Jungmann, tentou enquadrar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST como grupo “terrorista”.(p.2)

Outras discussões se desdobram a partir dessas reflexões e certamente é preciso ter clareza que ao definir determinadas lutas, de determinados grupos como “terroristas” é colocada em xeque toda a história de legitimidade desses grupos, o que enfraquece o diálogo nos países que se dizem democrático e respeitam a pluralidade de opiniões e manifestações.

### **O fundamentalismo religioso e a conectividade**

Quando a questão do terrorismo aproxima-se do mundo religioso, outras variáveis precisam ser colocadas em discussão, uma vez que, em meio ao mundo globalizado onde as consequências do desemprego se dão em alta escala e o reflexo desse infortúnio leva milhares de pessoas para o

trabalho informal ou a imigração contínua e desse modo os choques culturais acontecem sistematicamente, o resultado inicial é o crescimento da intolerância que pode vir como uma espécie de personificação manifestada na religião, no estrangeiro, na língua, nas características físicas, etc.

Juntamente com o crescimento da ansiedade, fruto da degradação crescente do mundo trabalho – aumento do desemprego e da informalidade, em conjunto com a queda da renda média –, o medo e a intolerância têm aumentado substancialmente neste início de século. O outro – personificado pelo diferente, pelo estrangeiro, ou pelo mulçumano – passa a ser potencialmente um inimigo que pode fazer mal, seja o vizinho estranho, ele pode ser um terrorista, seja o imigrante que fazia um trabalho que você não queria, mas que, agora, pode ser a sua alternativa de trabalho. (DUPAS, 2005; p.207)

Talvez o preceito da tolerância em tempos de muita impaciência reforce a tese de que aceitar o outro com suas diferenças, principalmente culturais, tenha levado e elevado o número de manifestações preconceituosas no mundo todo, assim como o racismo ou o preconceito religioso. O desdobramento desse quadro é uma sociedade que replica manifestações preconceituosas nos mais variados espaços e infelizmente temos visto o crescimento de atitudes preconceituosas em ambientes que deveriam ser locais para minimizar as diferenças, como é o caso das escolas e universidades que precisam discutir diariamente questões relacionadas ao bullying.

Esses espaços de formação e educação são muitas vezes utilizados pelos terroristas pela vulnerabilidade e facilidade com que esses grupos conseguem mostrar sua brutalidade como forma de atingir seus objetivos. Nos EUA principalmente, é muito recorrente esse tipo de situação. Nesse caso não são apenas os terroristas os principais agentes desses ataques. Há muitos simpatizantes que de alguma forma utilizam as falsas premissas religiosas para agir e causar o terror. Há inclusive interpretações equivocadas das religiões, como é o caso de atos em nome do Islamismo.

Todos utilizam apelo islâmico com interpretações distorcidas do Corão e as mídias sociais na internet para conseguir adeptos; todos pregam o objetivo final de mudar o estado das coisas criando uma nova sociedade (islâmica) devidamente protegida do modo de vida e dos valores “mundanos” e “infieis” dos ocidentais, mostrados como os grandes responsáveis pelos problemas existentes nas regiões em que atuam. Mas, principalmente, utilizam o radicalismo, apoiado numa causa ideológica e religiosa, por conta do qual os meios justificam os fins. Ou seja, não importa o grau de violência a ser utilizado desde que ataque os supostos “inimigos” onde quer que eles estejam. (AGUILLAR, 2016; p.35)

É possível constatar que os terroristas já compreenderam o poder da sociedade em rede. Ou seja, para ser visto não basta explodir carros e prédios, é preciso impressionar com a rapidez que a

informação circula nas redes sociais. Com isso, é possível cooptar admiradores, pois o efeito cirúrgico das informações em tempos de guerra já foi assimilado pelas Nações e também pelos fundamentalistas religiosos.

A informação e a contrainformação nesse caso surgem quase na mesma proporção, pois o acesso aos fatos independe do poder de comunicação, mas da rapidez e precisão com que se mostra um fato, um acontecimento. No caso de eventos com teor de destruição em massa, como guerras e atentados, o ideal é que seja instantâneo, como afirma Castells, ao discutir a sociedade em rede.

Uma vez que a luta armada e a provável ameaça de recorrer a ela continuam no centro do poder estatal, desde o fim da guerra do Vietnã, os estrategistas têm se esforçado para encontrar meios de ainda fazer guerra. Apenas nessas condições o poder econômico, tecnológico e demográfico pode ser transformado em dominação de outros Estados, o jogo mais antigo da humanidade. Os países democráticos desenvolvidos chegaram a três conclusões em relação às condições necessárias para tornar a guerra de certa forma aceitável à sociedade.

- Não deve envolver cidadãos comuns, portanto deve ser feita por um exército profissional, de modo que a convocação obrigatória fique reservada para circunstâncias realmente excepcionais, julgadas improváveis;

- Deve ser curta, até mesmo instantânea para que as consequências não subsistam, consumindo os recursos humanos e econômicos e suscitando questões e justificativas para a ação militar;

- Deve ser limpa, cirúrgica, com destruição até mesmo do inimigo, mantida dentro dos limites razoáveis e escondida ao máximo possível da visão pública, com a consequência de ligar intimamente manuseio da informação, formação de imagem e prática de guerra. (CASTELLS, 1999; p.481-482)

Grupos de militantes religiosos, ao compreenderem essa situação, começam a agir em oposição aos três preceitos apontados por Castells (1999), ou seja, suas estratégias estão pautadas em seguir justamente na direção contrária do anonimato e da instantaneidade: começam a envolver civis inocentes em suas ações. Cada atentado e manifestações são planejados a médio e longo prazo, tendo sempre a ideia de efeito surpresa. Por último, o que mais importa nessas ações é mostrar o poder de destruição, implementar a sensação de insegurança e medo, além de apontar para o mundo, ou para o maior número de pessoas, sua força e poder de informação.

### **Poder, religião e o crime organizado**

Ao considerar que o poder sempre esteve no centro das discussões sobre as manifestações terroristas de cunho religioso, a exemplo do que se tem visto no Estado Islâmico - EI, essas manifestações de rebeldia como determinação social têm sido uma espécie de chamariz para que

jovens do mundo todo se identifiquem com suas causas. Seguindo nessa direção, é possível afirmar que certamente seja uma das situações mais delicadas e que mais precisará ser combatida no contexto da guerra contra o fundamentalismo religioso.

Não se pode negar que há outros fatores que interferem diretamente nesse contexto e que precise de alguma ponderação nas reflexões apontadas aqui. Fala-se da facilidade com que esses terroristas conseguem adquirir seu armamento, explosivos e outros materiais bélicos em qualquer lugar do mundo. Pois há um crime organizado que mantém a venda de armas de alta destruição e isso também fomenta o poder bélico desses grupos, uma vez que os alvos mudaram.

Os atentados de grande proporção acontecem em locais onde há aglomeração de pessoas, como estações de trens e metrô, casas de shows, estádios e praças públicas. A equação é simples: armas de alta precisão e destruição são letais em grandes conglomerados humanos. Dessa forma a luta das nações é tentar desestabilizar um comércio ilegal de armas que só cresce e amplia o poder de destruição daqueles que acreditam apenas na sua verdade. Para muitos especialistas essas ações são simples e geram resultados catastróficos.

Esse tipo de atentado é muito mais simples de preparar e executar e mais difícil de ser descoberto pelos órgãos de inteligência, mas causa o mesmo impacto. Há uma enorme facilidade de se adquirir armas e explosivos no mercado negro operado pelo crime organizado e o poder destrutivo dos fuzis é grande quando empregados de surpresa contra pessoas reunidas em locais de trabalho, casas de espetáculos, estádios de futebol ou bares.

Os alvos também mudaram[...] O terrorismo do século XXI ataca locais com algum significado para os terroristas como símbolo do poder (World Trade Center, Pentágono) ou da vida infiel (bares e casas de show) ou que permitem atingir grande número de pessoas (meios de transporte Londres e Madrid) e, com isso, o impacto, a publicidade ajuda no objetivo maior que é espalhar o medo e o sentimento de insegurança. (AGUILAR, 2016; p.36)

O que se pode afirmar com essa nova realidade mediante aos muitos atentados é que as ações terroristas geram outros atos ainda mais perigosos. Uma espécie de contrarreação baseada em manifestações que estavam adormecidas, como o caso dos xenófobos que saem à rua com seus cartazes ofensivos, são o crescimento do preconceito em relação às comunidades islâmicas e o neonazismo, que têm encontrado força na Europa Ocidental.

Ao mesmo tempo há um aumento do uso da força por parte dos Estados, vigilância reforçada nas fronteiras, rigor em portos, aeroportos e outros locais por onde possam entrar imigrantes clandestinos. Crescem também outras manifestações políticas baseadas na intolerância, no preconceito, com representantes oficiais e partidos que defendem tais ideologias.

Parte desse problema enfrentado pelas nações pode ser creditada ao descumprimento de políticas internacionais pelos diversos grupos que não aceitam como valores e verdades convenções instituídas nos séculos XIX e XX, como as de Haia e Genebra. Os Estados não conseguem negociar com grupos como o Estado Islâmico, que não aceitam valores que são comuns entre os países.

### **Liberdade, religião e o mundo organizacional**

Outro ponto de destaque é a forma como a sociedade tem se organizado e construído seu espaço de participação e liberdade, que hoje tem encontrado vazão nos ambientes online de discussão. Esses ambientes são muitas vezes mediados por grandes corporações, que se apropriam do indivíduo e o torna um consumidor que doa seus direitos a um sistema que pode ser chamado de corporativo, circundado de anúncios e logomarcas, ou seja, grandes empresas com um simples objetivo: vender e transformar o cidadão num comprador de ilusões. Dessa forma a sociedade civil começa a perceber sua impotência em resolver problemas coletivos da humanidade, como a fome, o preconceito, a miséria, as questões relacionadas ao meio ambiente e também assuntos voltados ao respeito religioso ou sincretismo religioso, à mercê daquilo que Gilberto Dupas (2005) chamou de Sociedade Organizacional.

Na teoria política clássica, incorporada ao inconsciente coletivo das sociedades, o espaço público era equivalente ao espaço da liberdade dos cidadãos que exerciam sua participação crítica na gestão dos assuntos comuns, sob o princípio da deliberação; era um espaço que se opunha, portanto, ao espaço privado regido pela dominação do poder [...] Passamos de uma sociedade política a uma sociedade organizacional, entendida como uma sociedade sistêmica e tecnocrática que legitimaria os direitos da pessoa; a liberdade, portanto, passou a ser defendida de maneira totalmente privada. A identidade política universalista, à qual correspondia o conceito de cidadania, diluiu-se e fragmentou-se, permitindo a proliferação de identidades coletivas não somente particulares, mas parciais e truncadas. (DUPAS, 2005; p.175 – 176)

Ao se organizar para defender a liberdade de maneira privada, a sociedade civil encontra em muitos ambientes força para combater essa ideologia do mundo privado organizacional. Muitos são seduzidos pela coletividade da religião, de movimentos paramilitares, e nesses espaços é possível a ideia de uma discussão “pública” e supostamente de participação política, mesmo que no cerne desse cenário o que pode restar é uma espécie de exploração de poderes hegemônicos que se apropriam dos benefícios que vêm dessas novas percepções sociais.

Pode-se afirmar então que há uma desmobilização global em meio a tanta conectividade. A preocupação dos países está na luta pela integração econômica e desse modo as lutas sociais ou a possibilidade de interação e integração entre grupos sociais internacionalmente capazes de trabalhar em cooperação ficam fragilizadas pela falta de espaço e capacidade de se organizarem de forma global, numa economia que reduz os incentivos e conseqüentemente o engajamento cívico de grupos que poderiam mediar os muitos conflitos sociais, étnicos e religiosos. Isso pode ser entendido como uma desintegração social à custa da integração econômica, como discute RODRIK (2011)

Se não forem bem administradas, as pressões sociais desencadeadas pela integração econômica global provavelmente resultarão em uma má economia e em um mau governo. Não apenas porque a globalização destaca e exacerba as tensões entre os grupos, o que realmente ela faz, mas também porque reduz a disposição dos grupos internacionalmente móveis para cooperar com outros na resolução de desacordos e conflitos [...]

Portanto, a globalização desfere um duplo golpe na coesão social – primeiro, exacerbando o conflito sobre as crenças fundamentais relacionadas à organização social; depois, enfraquecendo as forças que normalmente militariam em prol da resolução desses conflitos mediante debates e deliberações nacionais. (p.108 – 109)

O resultado desse cenário mostra que existe um mercado internacional que exerce um poder, muitas vezes sem a devida legitimidade. Amplia as tensões sociais existentes na sociedade e dificulta o trabalho que poderia ser realizado junto às comunidades locais.

Vale acrescentar a esse panorama que a discussão sobre o fundamentalismo não significa que exista exclusivamente o fundamentalismo religioso; Ele pode ter distintos contornos e situações que nos faz acreditar que há outros tantos fundamentalismos que precisamos descobrir, discutir e se for possível, ponderar nosso posicionamento em relação às atribuições do fundamentalismo religioso associadas a posições radicais ou de violência. Pois é possível enxergar em nossa sociedade que há inúmeras formas de fundamentalismo.

De modo geral quando se fala em fundamentalismo, é no fundamentalismo religioso que se pensa. Há, porém, outras formas de fundamentalismo: o fundamentalismo político, o fundamentalismo cultural, o fundamentalismo econômico, por exemplo. Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel da Economia, referindo-se à política econômica seguida pelo FMI no quadro da Globalização, fala de “fundamentalismo Neoliberal”. (BORGES; 2010, p. 74)

Mediante essas afirmações pode-se caminhar para outros fundamentalismos a fim de compreender os aspectos de seu viés religioso no mundo. Essa expansão etimológica do pensamento para novas reflexões sobre o tema abre mais possibilidades para que nossa percepção

não fique apenas no contexto da religião, mas permeie outros campos do conhecimento ou que se relacione com outras temáticas que interferem de alguma forma nesse cenário. Uma delas, a cultura da contestação, teve sua explosão no final do século XX em decorrência das mudanças políticas internacionais, da influência do pensamento mais liberal sobre os costumes, dos modos de produção na indústria e também por influência da ampliação dos meios de comunicação e informação.

Nas últimas décadas do século XX, o mundo viveu uma descomunal crise em decorrência, sobretudo, dos efeitos colaterais da Guerra Fria. Nos quatro cantos do mundo, estabeleceu-se uma forte tensão entre aqueles que, de um lado, queriam mudar os rumos da política, das relações sociais, dos hábitos e costumes e pautavam tais mudanças pelo sentido político que elas adquiriam em contexto revolucionário, e os que se opunham a mudanças radicais por terem seus interesses diretamente ameaçados. (OLIVEIRA; 2004, p. 17)

Essa contestação em países como o Brasil veio dos problemas sociais, estampados nas desigualdades econômicas visíveis, seguidas de políticas pautadas na repressão somadas aos problemas de uma população muito grande de analfabetos. Como consequência desse panorama de disparidades, o aumento do uso de drogas, a violência urbana e a exclusão social resultaram num cenário catastrófico que de alguma forma teve impacto na macroeconomia do país.

Ao mesmo tempo em que o mundo clama por mudanças de natureza política e social é possível perceber historicamente que por trás dessa cultura da contestação o que surgiu como elementos profundos de discussão foram pensamentos pautados na formação de identidade de muitos países.

Em todas as culturas, o processo pelo qual a lei geral suplanta a lei particular faz-se acompanhar de crises mais ou menos graves e prolongadas, que podem afetar profundamente a estrutura da sociedade. O estudo dessas crises constitui um dos temas fundamentais da história social. Quem compara, por exemplo, o regime do trabalho das velhas corporações e grêmios de artesãos com a “escravidão dos salários” nas usinas modernas tem um elemento precioso para o julgamento da inquietação social de nossos dias. Nas velhas corporações o mestre e seus aprendizes e jornaleiros formavam como uma só família, cujos membros se sujeitam a uma hierarquia natural, mas que partilham das mesmas privações e confortos. Foi o moderno sistema industrial que, separando os empregadores e empregados nos processos de manufatura e diferenciando cada vez mais suas funções, suprimiu a atmosfera de intimidade que reinava entre uns e outros e estimulou os antagonismos de classe. O novo regime tornava mais fácil, além disso, ao capitalista, explorar o trabalho de seus empregados, a troco de salários ínfimos. (HOLLANDA; 1978, p. 102)

Essa realidade não é muito diferente nos dias de hoje em que o empregado continua sendo apenas um número, as relações humanas transformaram-se em relações virtuais, em que a luta de

classe ou as lutas de ordem social precisam existir, se reinventar, ou desaparecerão em pouco tempo.

Dessa maneira, a cultura da contestação e da rebeldia toma força em ambientes privados, que muitas vezes estão sobrepostos ao universo da religião, e tal condição limita o sentido da liberdade, uma vez que existem hierarquias a ser respeitadas nesses ambientes, e não permite questionar ou mesmo criticar as autoridades estabelecidas.

De modo global o que existe hoje são ideias centralizadas em países desenvolvidos, e o restante do mundo reproduz esses ideais como grandes filiais administradas por seus governantes. O que está em jogo na verdade é a possibilidade de lutar por uma nova forma de viver: um mundo com mais igualdade entre os povos, com uma lógica menos competitiva e mais colaborativa, mais solidária; nessa realidade, a possibilidade da conectividade como uma dessas pontes para recuperar a essência humana. A condição de existência é tornar o ser humano um ser político, ativo, que colabore com a sociedade pelo diálogo, e não pela força e violência.

### **A cultura da violência e a religiosidade**

Pautada na relação entre a obediência e a liberdade, o fundamentalismo religioso também tem suas raízes culturais na violência, como proposta de reorganização social condicionada a uma espécie de subversão da ordem na qual os princípios de uma autoridade religiosa estão à frente de preceitos ditos humanos, como o respeito às diferenças de qualquer natureza.

O ato de destruir tendo como objetivo a liberdade pode ser analisado como uma forma de rebeldia. Trata-se de uma obstinação em instituir valores pautados nas verdades que renascem de uma autoridade e supõem uma nova ordem instituída pela tradição e obediência aos códigos de conduta religiosos. Seu propósito é garantir a convivência e a tolerância entre os mais variados grupos.

Essa garantia não é certa, pois, de fato, o que se procura é um exercício de busca ao poder que se configura como uma identificação com o poder e por esse motivo tratar da questão entre religião e violência não é tarefa fácil e requer dos estudiosos cuidados mediante tamanha complexidade.

É demasiado complexa a relação entre a religião e a violência, referindo-se aqui apenas à dinâmica profunda que pode explicar a violência religiosa enquanto tal. Desde que toma consciência de si mesmo, o ser humano vive em sobressalto: independentemente da questão de saber se é mais dominado pela angústia ou pela esperança, está, de modo mais ou menos

consciente, pela morte, constitutivamente confrontado com a possibilidade do nada – nunca mais ser. A consciência da morte tem o condão de revelar ao Homem de modo brutal e sem apelo a sua radical impotência: não é o seu próprio fundamento, em última análise não pertence a si e está permanentemente sob a ameaça de deixar de ser. Esta consciência provoca angústia, pois o confronto com o nada é simplesmente horroroso e laminante. (BORGES; 2010, p.27)

A complexidade se explica nesse caso por uma de nossas maiores inquietações: a morte. A violência religiosa que aniquila o outro por suas verdades esbarra na luta pelo poder sobre as pessoas e as coisas. Quanto mais poder, maior a sensação de imortalidade e perenidade na terra.

A cultura da violência religiosa tem seus atributos na construção de um poder que eterniza seus seguidores, mesmo pela sua autodestruição. O que se quer é ampliar seu poder espiritual e contestar o inimigo com sua força e poder de destruição.

De dominado pela angústia da morte passa-se então a seu senhor. O poder pode aparecer como bênção de imortalidade: na embriaguez do poder aninha-se a ilusão de matar a morte. Aqui, essencialmente, radica o vínculo fundamental entre religião, poder e, conseqüentemente, violência. Observa-se, de fato, na história das religiões, uma luta permanente no sentido de saber qual delas tem o Deus mais poderoso. (BORGES; 2010, p.27)

A divindade entra nesse contexto como o elemento supremo de notável poder e superioridade terrena e etérea. Assim o fundamentalismo religioso consegue justificar suas ações mais agressivas pela universalidade da busca do eterno, do supremo e, conseqüentemente, impor a possibilidade de dissolução de uma ordem estabelecida.

Essa ordem é vista a partir de um sistema que dá embasamento na organização social entre os povos e as nações, entenda-se aqui o modelo de organização da sociedade, o modo de viver e as relações estabelecidas entre as pessoas, além da forma econômica como as organizações atuam sobre o Estado. Uma vez que esta ordem está sob suspeita, é preciso garantir sua proteção e segurança. Justifica-se a apropriação do poder utilizando todas as formas de domínio ou, como afirmam os religiosos, libertando os povos da dominação.

O caminho da violência religiosa é o extremo de uma ação que começa de outra forma, pela doutrinação, pela formação e “educação” religiosa, ou seja, para libertar é preciso conhecer os preceitos sagrados da religião como verdade. Para adquirir força necessária é preciso conhecer as mais variadas técnicas de luta que passam pelo corpo a corpo, pelo conhecimento histórico/organizacional/militar, pelo autoconhecimento e também pelo amadurecimento psicológico de seus seguidores.

Esse é um princípio de poder observável em diferentes lutas, das mais antigas às mais recentes, entre gerações diferentes ou mesmo profissões de fé políticas ou religiosas que se propõem antagônicas. Daí a universalidade e a relevância das descobertas psicanalíticas, não apenas como forma de tratamento de problemas emocionais, mas principalmente como ferramenta de compreensão do que há de irracional em algo racional no modo como o ser humano constrói e destrói valores, ora avançando, ora retrocedendo acerca de suas próprias concepções civilizatórias. (OLIVEIRA; 2005, p.32)<sup>30</sup>

Esta concepção serve para mostrar que os muitos caminhos a trilhar quando o tema circunda o fundamentalismo, a religião, ou a ambivalência existente entre o amor e o ódio, a paz e a guerra, no contexto do poder e o sagrado. Pois, do ponto de vista psicológico, o fundamentalismo religioso tangencia discussões em torno da angústia e da ansiedade, que de alguma forma ameaçam o equilíbrio e a vida em grupo e sua coletividade.

Entretanto, é preciso compreender o preceito de início: onde começa ou quando começa um pensamento pautado no fundamentalismo religioso? Essa pergunta tem resposta simples, mas que merece algumas considerações. O fundamentalismo começa quando há qualquer sinal de intransigência religiosa. Quando a concepção de verdade se confunde com o termo posse, vai afirmar BORGES (2010)

Há várias explicações para o fundamentalismo, que cultiva o pensamento único e a intolerância. Sublinham-se três. 1 - Quando se não suporta viver na perplexidade e na interrogação, surge a tentação de absolutizar as próprias crenças, excluindo e perseguindo quem as não partilha. 2 - Em toda a História foi permanente a utilização da religião para fins que não são os seus: alcançar o poder, servir os próprios interesses econômicos, políticos, culturais, impor hegemonicamente o próprio domínio. 3 - Em última análise, na base está uma determinada concepção de verdade, que se confunde com a posse do Fundamento. Mas, precisamente aqui, é preciso perguntar: quem é o Homem, um ser finito, para considerar-se senhor do Fundamento? Ele não possui o Fundamento ou o Absoluto, é o Fundamento que o possui a ele. Isto não é relativismo, mas perspectivismo: vamos ao encontro da realidade sempre numa determinada perspectiva. (p.29)

A perspectiva aqui é mostrar que em pleno século XXI o fundamentalismo religioso não mudou seus preceitos, continua a trazer na intolerância a base de suas ações, tem na verdade

---

<sup>30</sup>A professora Maria Lúcia de Oliveira em sua obra “A rebeldia e as tramas da desobediência”, no capítulo 3 intitulado: *Rebeldia, obediência e liberdade*, faz uma reflexão a partir da obra de Freud - *Totem e tabu* (1968) - quando Freud afirma que a história da organização social tem sua gênese num levante contestador e revolucionário. Justifica a origem da sociedade conforme registros em diferentes culturas. Nelas a origem da vida em comunidade está condicionada à subversão da ordem. Nesse texto, subverter a ordem significa rebelar-se a partir de uma verdade religiosa estabelecida. Poderíamos partir para outros caminhos a fim de compreender aonde pode chegar o fundamentalismo religioso considerando a base de organização social de povos primitivos em relação às superstições e o respeito entre si.

religiosa os princípios da posse e conseqüentemente a destruição do outro que não compreende ou não compactua com o seu pensamento.

O fundamentalismo enfrenta o mundo interpretativo do texto. Os livros sagrados são interpretados, analisados e conforme a interpretação as informações e modos de agir surgem como diagnósticos ou prognósticos para a sociedade.

A partir daí são informações, estratégias e interpretações para definir o que está sendo discutido no mundo e o que as escrituras sagradas têm a dizer sobre os mais variados assuntos. Nesse momento esgotam-se as experiências vindas da ciência, parte-se para a fé, talvez a metafísica consiga explicar tais fenômenos. Ação e discurso exigem compreensão nesse contexto.

### **Considerações finais**

Hoje se vive a revolução da comunicação pautada nas diversas formas de conectividade, seja pelas informações via satélite, pelas conexões via internet, pelas informações em tempo real, além da possibilidade de fazer e acontecer a história que se vive e se mostra instantaneamente.

Esta era da comunicação em rede e busca pelo poder faz surgir novos conflitos armados, pois há investimentos na tecnologia, inclusive na área militar que funcionam como estratégias de Estado; o conceito de tempo é outro e o impacto sobre esse conceito é inevitável. Há uma convergência para uso das tecnologias da informação e comunicação e essa realidade é percebida pelos pesquisadores há mais tempo ainda. No caso do fundamentalismo religioso esse impacto é visível nas ações de caráter terrorista e gera mudança de comportamento imediato tanto no Estado como nos militantes religiosos que se preparam em meio aos desequilíbrios sociais e tecnológicos.

Nessa dinâmica mundial, Marc Augè (1994) chamaria de “superabundância factual”, ou seja, é possível dizer que a rapidez da tecnologia alinhada ao universo da comunicação torna o mundo cada dia menor e a história terá o papel principal de dar conta dessa agilidade em que se vive no século XXI. O maior problema desse frenesi é como acompanhar essa massa de acontecimentos transformados em “informação” e tentar compreender a efetivação da condição humana, seus preceitos de liberdade, sua pluralidade sem esbarrar em coisas que seriam humanamente incompreensíveis em outras épocas.

A “aceleração” da história corresponde de fato a uma multiplicação de acontecimentos, na maioria das vezes previstos pelos economistas, historiadores ou sociólogos. A

superabundância factual é que constitui problema, e não tanto os horrores do século XX (inéditos por sua amplitude, mas possibilitados pela tecnologia), nem a mudança dos esquemas intelectuais ou as agitações políticas, dos quais a história nos oferece muitos outros exemplos. Essa superabundância, que só pode ser plenamente apreciada levando-se em conta, por um lado, a superabundância da nossa informação, e, por outro, as interdependências inéditas do que alguns chamam hoje de sistema-mundo, traz incontestavelmente um problema para os historiadores, principalmente os contemporâneos – denominação da qual a densidade factual das últimas décadas ameaça suprimir todo e qualquer significado. Mas esse problema é precisamente de natureza antropológica. (AUGÈ; 1994, p.31)

A exemplo dessa realidade apontada por Augè 20 anos atrás, hoje, as novas formas de conexões em tempos de comunicação móvel (mobile) permitem a criação de redes de comunicação praticamente em tempo real, e esse novo contexto de relação nos possibilita pensar que a busca pelo poder é constante e necessária. No fundamentalismo religioso, ela se torna ainda mais assertiva, potencializada e superabundante quando observada sob a ótica da possibilidade de conflito em qualquer lugar do planeta tendo as redes sociais, e suas formas instantâneas de comunicação, como maior aliada.

A simples possibilidade de tornar ações terroristas eventos midiáticos aumenta em proporção a cada dia, e dificulta o trabalho de segurança do Estado, pois o controle sobre essas redes é limitado. Essa fragilidade deixa a sociedade mais exposta, vulnerável a qualquer tipo de ataque.

Nesse início de século XXI pode-se afirmar que o ser humano está envolvido por um mundo físico, mas exposto a diversos canais de comunicação em suas redes interpessoais, o que vai determinar restrição ou ampliação no uso da informação que necessita.

As pessoas estão inseridas em campos de informação que determinam seu nível de consciência e conhecimento acerca de determinados assuntos. A natureza desses campos pode levá-las a encetar uma busca encadeada de informações e até mesmo determinar mudança de comportamento em certos aspectos. (JOHNSON; 2011, p. 169)

No caso do fundamentalismo religioso, isso tem acontecido, pois há interesse entre seus militantes de ampliar suas redes de comunicação e atuação, portanto, desencadear uma expansão em seu campo de informação.

O que significa isso? Aumentar o desejo das pessoas a procurar informação sobre seus preceitos, suas ações e ao mesmo tempo desenvolver novas interações para manter seus objetivos iniciais.

Isso acontece pelo compartilhamento de informações que amplifica o espaço de ação, algo que as empresas e grandes organizações já fazem há muito tempo. Como afirma Johnson, há uma distribuição espacial do conhecimento, e a comunicação é um conceito um tanto quanto intangível, mas que precisa de interlocutores para se desenvolver.

Por fim, compreender o fundamentalismo nesse contexto é tentar abarcar as diferentes formas de interpretar a dimensão das religiões e suas diferenças, considerando seus aspectos conceituais, antropológicos, suas extensões históricas, sem deixar de fazer as devidas aproximações com a ordem social estabelecida no mundo.

### **Referências Bibliográficas**

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Atentados de Paris. *Revista Unesp Ciência*. n.71, Fev. 2016 (Dossiê Paris)

AUGÈ, Marc. Não-lugares: introdução a uma Antropologia da Supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994 (Travessia do Século)

BORGES, Anselmo. Religião e diálogo inter-religioso. Coimbra – Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. (Estado da Arte)

———. Religião, religiões e diálogos inter-religiosos. *Revista Portuguesa de História*, n.40, 2008/2009. p. 07 – 44 Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/11961/3/01%20-%20Anselmo%20Borges.pdf?ln=pt-pt>

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. trad. Roneide Venancio Majer. v.1, 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUPAS, Gilberto. Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação, 2005.

———. Ética e poder na sociedade da informação. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

HOLLANDA. Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 12.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

HOBSBAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991). 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

JOHNSON, J. DAVID. Gestão de redes de conhecimento. Trad. Janaína Marcoantonio. São Paulo: Editora Senac. 2011.

OLIVEIRA, Maria Lúcia. A rebeldia e as tramas da desobediência. São Paulo: Editora Unesp, 2010. (Coleção paradidáticos)

RODRIK, Dani. A globalização foi longe demais? São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. O conceito de terrorismo. *Jornal da Unesp*, maio/2016. Caderno Fórum – O terrorismo e sua sombra.

# ARTIGOS LIVRES

# IMPORTÂNCIA DOS ESPECTADORES, COMO FORMADORES DE AUDIÊNCIA, EM RELAÇÃO ÀS SUAS EXPECTATIVAS

*Sidney Proetti\**

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo demonstrar a importância dos espectadores como formadores de opiniões, em relação às suas expectativas em um contexto de audiência nos meios de comunicação de massa. A abordagem se dá pela exposição, percepção e memorização seletiva em decorrência das atitudes comportamentais das pessoas. É um estudo de levantamento bibliográfico com análise da seguinte questão: “Como alcançar (ou ultrapassar) as expectativas dos receptores na comunicação?”.

**Abstract:** This article aims to demonstrate the importance of viewers as of opinion formers, with regard to their expectations in a context of audience in the mass media. The approach is by exposure, selective perception and memorization as a result of the behavioral attitudes of people. It is a literature study with analysis of the following question: “How to achieve (or exceed) the expectations of the receivers in communication?”.

## Introdução

Buscou-se estudar e demonstrar neste trabalho a importância dos espectadores, como formadores de audiência, em relação às suas expectativas. Para que se possa entender melhor a audiência, foram abordados subtemas como comunicação de massa, opinião pública, a influência dos meios de comunicação de massa, a influência dos líderes sobre a opinião pública, as fontes de resistência à mudança de opinião, os efeitos da comunicação de massa, abordagens sobre a persuasão, os fatores relativos à audiência quanto à exposição seletiva, a percepção seletiva, a memorização seletiva, a audiência e recepção com suas classificações de exposição, estrutural, usos e gratificações e perspectivas atitudinais, de persuasão, comportamentais, de condicionamento e da modelagem. Essas abordagens constam na primeira parte deste trabalho.

---

\* Sidney Proetti é Doutor em Comunicação Social, Mestre em Administração e autor de obras nas áreas de Administração, Marketing, Filosofia, Gestão Empresarial e Liderança.

O enfoque central desta monografia encontra-se na segunda parte e destacou-se pelo estudo do seguinte problema: “Como alcançar (ou ultrapassar) as expectativas dos receptores na comunicação?” Não se propôs estudar de forma profunda ou esgotar esse tema-problema, pois seriam necessárias muito mais dedicação e pesquisas bibliográficas. Mas pode-se observar a relevância do assunto em questão por se tratar da observação da resposta dos receptores nas comunicações de massa.

Optou-se por adotar a pesquisa bibliográfica para o presente estudo, que, segundo Proetti (2006) “(...) *faz-se uso dos materiais já publicados, escritos ou gravados mecânica ou eletronicamente, que contenham informações de diversas áreas (...)*”, buscando-se fundamentações para o problema em questão. Para a construção deste trabalho, foram pesquisadas obras clássicas de autores como Joseph Luytem, José Marques de Melo, Antonio Carlos Ruótulo, Robert E. Lane, David O. Sear, Richard Dimbleby, Graeme Burton, Mauro Wolf, David K. Berlo e uma obra do próprio autor desta monografia.

Certamente, a questão de audiência será ainda muito estudada pelos alunos de pós-graduação e observada de modo científico pelos pesquisadores da ciência da comunicação social. Ela é o objetivo das redes de comunicação de massa e um grande desafio para aqueles que se dedicam ao seu estudo de modo racional. O entendimento das respostas dos receptores é um princípio que se faz necessário para, principalmente, poder melhorar a comunicação de massa. A partir da existência de audiência é que se tem o verdadeiro sentido de melhorar os processos de comunicação social.

## **PARTE I**

### **O líder de opinião: referencial teórico**

Antigamente, pensava-se que, uma vez elaborada a mensagem para um determinado público visado, seria automática a sua recepção. Isso, no entanto, não se dá com tanta facilidade. Todo o ato comunicativo é, na realidade, uma tentativa de alguém atuar sobre um outro alguém, isto é, procurar modificar algo na estrutura mental da pessoa que recebe a mensagem... (LUYTEN, 1988, p. 10)

A citação acima expressa com clareza a preocupação do autor –Prof. Dr. Joseph M. Luyten – para que se possa desenvolver a comunicação com eficácia. Não haveria razão para a existência de mensagens se não houvesse a intenção de comunicar algo a alguém. A estrutura que forma uma

mensagem deve ser planejada de acordo com o que se deseja alcançar e, para isso, o raciocínio do emissor, na criação da mensagem, deverá ser percebido e entendido pelo receptor. Nesse contexto, é preciso que a fonte comunicadora encontre alguma forma de verificar se sua mensagem foi recebida e entendida pelo receptor e se a resposta –audiência – foi a esperada. Surge, então, uma terceira pessoa, a qual se denomina *líder de opinião*, que tem como função dar credibilidade ao comunicador e a sua mensagem.

É muito comum encontrar, nos grupos de pessoas, um indivíduo que se destaca e recebe crédito e apoio por sua opinião, que exerce influência nos demais membros do grupo, que o consultarão quando se fizer necessário para novas formações de opiniões. Para se entender melhor, pode-se pensar em um político, em um professor ou em um empresário de determinada cidade, alguém que tenha boa imagem pública, seja aceito como um líder de opinião para questões sociais e/ou locais e exerça influências sobre a formação da opinião da população local. Nesse sistema de comunicação popular, o líder de opinião é importante, pois há a interação dos grupos heterogêneos nas camadas sociais. O Prof. Dr. Joseph M. Luyten exemplifica isso da seguinte forma:

... nos lembramos da história da viagem do homem à Lua. No Nordeste brasileiro, muitas pessoas não acreditavam que isso fosse possível. No entanto, passaram a crer no fato somente depois que circularam alguns folhetos versando a respeito. Nesse caso, chamamos os poetas da literatura de cordel de opinião... (LUYTEN, 1998, p. 11)

O exemplo evidencia a posição dos poetas da literatura de cordel como líderes de opinião pública. Em qualquer área é possível encontrar líderes de opinião pública que se destacam pela facilidade de comunicação com grupos.

A comunicação de massa aproxima-se da comunicação popular relacionando-se pelos meios de comunicação pelas divulgações de assuntos de interesse do povo (LUYTEN, 1998, p. 40). Jornais, revistas, cinema, TV e rádio dedicam mais tempo à cultura popular, com participação sustentável, de forma econômica, dos anunciantes na comunicação de massa.

### **A elite e os meios de comunicação**

Os meios de comunicação social constituem, paradoxalmente, meios de elite e de massas. Como instrumentos mecânicos e eletrônicos que difundem mensagens de acesso potencial a todos os indivíduos da sociedade, eles são meios que atingem as massas, atuando como intermediários entre elas e o mundo. Na verdade, é através da imprensa, do rádio, da TV e do cinema que os indivíduos se informam, cotidianamente, sobre os fatos da atualidade, se

divertem, e se mantêm sintonizados com o meio-ambiente de que participam. (MELO, 1971, p. 11)

Os meios de comunicação são essenciais para a obtenção de audiência. Quanto maior acesso, de forma direta, a esses meios de comunicação, melhor será a capacidade de recepção da comunicação. Dessa forma, a sociedade está ao alcance dos meios de comunicação pelos meios informais – folk-comunicação – e pelos meios formais – eletrônicos e mecânicos – que atingem as massas e intermedeiam a sociedade com o mundo. Mesmo que os meios de comunicação atinjam as massas, formadas por público heterogêneo e anônimo, considerados como meios controlados pela elite<sup>31</sup>, é importante ressaltar que as elites dirigentes dos meios de comunicação são os grupos fortes economicamente, como as organizações industriais e a classe política – Estado – que detêm o poder.

### **A linguagem das massas**

*“Na verdade, toda a questão do crescimento da audiência de um canal de comunicação de massas reside na codificação das mensagens, ou melhor, na linguagem utilizada para transmitir as informações.”* (MELO, 1971, p. 22)

A citação acima fundamenta com exatidão a importância da codificação da(s) mensagem(s) a ser(em) enviada(s) para atender a intenção da fonte, pois todos os comportamentos racionais do emissor podem ser agregados para uma composição da mensagem de forma eficiente. Nesse contexto, existe a importância das experiências culturais, em especial a fala, do público receptor, ou seja, deve-se refletir sobre a condição de recepção de mensagens do receptor quando se elabora uma comunicação, obtendo-se, assim, mais fidelidade nesse processo.<sup>32</sup> É fundamental que o agente comunicador – meio – (jornalista, escritor, rádio, TV, etc.) se preocupe em planejar a linguagem – comportamentos do emissor – em relação à linguagem falada – forma de recebimento/percepção – das pessoas que vão receber a comunicação, pois proporcionará audiência.

Se o veículo de comunicação usa uma linguagem de difícil compreensão, mesmo que ele seja de fácil acesso, não permitirá o entendimento real e completo da mensagem e prejudicará a audiência esperada pelo emissor. Dessa forma, pode haver a retração do público e o consecutivo desinteresse, ocasionando a preferência por outros canais de comunicação e ocasionando a

---

<sup>31</sup> MELO, José Marques de. *Comunicação, opinião, desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Vozes, 1971. p.12.

<sup>32</sup> BERLO, David K. *O processo de comunicação: introdução à teoria e à prática*. Trad. Jorge Arnaldo Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 49.

insatisfação dos receptores por não atender às suas expectativas. Essa ideia é reforçada com a citação a seguir, retirada da obra do Prof. Dr. José Marques de Melo:

... Nos Estados Unidos e em outros países mais desenvolvidos, os jornais diários e as agências informativas limitam a redação das notícias, das reportagens, dos editoriais ao *idioma-básico* da população, ao universo vocabular do *leitor-médio*. Fora dessas listas mínimas de palavras, nenhuma outra se emprega, sob pena de dificultar a legibilidade, de causar transtornos aos leitores na assimilação daqueles conteúdos em que estão especialmente interessados. Esse fenômeno reflete a natureza das organizações jornalísticas nesses países, onde o jornal é um produto de consumo de massas. Como tal, ele deve ser produzido, satisfazendo todos os anseios das massas de leitores. (MELO, 1971, p. 23)

Pode-se perceber no trecho “*como tal, ele deve ser produzido, satisfazendo todos os anseios das massas de leitores*”, a preocupação do autor com a fidelidade da comunicação, pelo seu meio de transmissão, em relação à satisfação em decorrência do atendimento das expectativas dos leitores dos jornais, o que pode manter, aumentar ou até diminuir a audiência se a comunicação não for eficaz.

## Opinião pública

Opinião Pública é uma das expressões mais conhecidas na sociedade contemporânea. Todavia, não goza de homogeneidade conceitual. Tem sido usada em diversas acepções, muitas vezes contraditórias e divergentes. (...) a Opinião Pública está sendo invocada constantemente para justificar revoluções, movimentos democráticos, explicar golpes de Estado e até apoiar ditaduras. (MELO, 1971, p. 49)

O estudo da Opinião Pública permite entender as manifestações da sociedade e colabora para explicar suas causas, dimensões e efeitos. O professor Dr. José Marques de Melo adotou duas orientações (MELO, 1971, p. 50) para conceituar Opinião Pública, que serão expressas abaixo, de modo individual:

- **OPINIÃO:** *Juízo de valor, julgamento, tomada de posição, formulação de uma atitude;*

Nesse contexto, forma-se o julgamento pela comparação de fatos e ideias com objetivo de escolha (conveniências vs. inconveniências). Para reforçar o entendimento e esclarecer o conceito de Juízo, cita-se:

O Juízo representa o ato de afirmação ou negação e compara idéias e coisas para julgá-las convenientes ou inconvenientes. É o pronunciamento das conveniências ou inconveniência entre duas idéias, o que demonstra o valor desse ato de intelectualidade... (PROETTI, 2003, p. 37)

- **PÚBLICA:** *Da população, do povo, de modo geral.*

Nessa segunda orientação, deve-se pensar em grandes massas, em grande quantidade de pessoas com representatividade.

A Opinião Pública manifesta-se de forma objetiva, mas na sua essência ela é subjetiva, pois é formada a partir de situações objetivas, de fatos concretos com os quais os indivíduos se deparam com base na sua experiência perceptiva dentro do contexto social. A partir desse contexto, Marques de Melo expressa o conceito de Opinião Pública: “Opinião Pública – Juízo de valor formulado pelo povo em torno de um fato concreto”.

É importante comentar que a Opinião Pública se expressa quando as pessoas possuem suas opiniões autoconscientes e manifestam sua liberdade de expressão e pensamento. Ela pode ser vista como a expressão e pensamento de uma sociedade em relação a um fato ou fenômeno; e um choque entre opiniões divergentes em relação a um fato em que haverá o predomínio de uma delas pelas preferências da maioria dos indivíduos. A apresentação da Opinião Pública de maneira explícita, pelas opiniões individuais das pessoas, confere a ela o caráter científico, pois as opiniões individuais são quantificadas para que se possa definir a tendência majoritária, ou seja, a maior preferência e opinião sobre um determinado fato.

Existe um elemento eficaz utilizado como ferramenta para verificar a Opinião Pública: a *sondagem* ou *pesquisa científica*. A sondagem observa e capta as opiniões individuais de uma amostra que represente a totalidade de uma população e se utiliza da matemática e da estatística, selecionando uma determinada quantidade de pessoas, para definir as tendências majoritárias, que são os critérios objetivos para formar a Opinião Pública. O instituto Gallup, fundado em 1934 nos Estados Unidos da América, foi um dos pioneiros na pesquisa de Opinião Pública e demonstrava, desde a sua fundação, a identificação de seus fenômenos para orientar os trabalhos dos profissionais da comunicação de massa. Gallup criou procedimentos metodológicos operacionais para a pesquisa de opinião visando obter mensurações da Opinião Pública que ajudavam, e ajudam ainda na atualidade, a recolher opiniões que repercutem nas tendências predominantes.

### **A influência dos meios de comunicação de massa**

O ser humano transmite informações de geração a geração com a troca de experiências acumuladas empírica ou cientificamente. As informações que atingem a massa são difundidas pelos meios de comunicação e redifundidas/reenviadas pela própria massa. Começa-se, então, a concepção de opiniões predominantes – Opinião Pública – como produto de atividades sociais. A citação a seguir fundamenta essa ideia:

“...O processo de formação da Opinião Pública envolve todo um complexo de circulação das informações na comunidade...” (MELO, 1971, p. 58)

Dessa forma, a apreensão da ideia sobre um fato faz com que haja o juízo sobre o valor dela e desencadeie o raciocínio que levará à adoção, ou não, de opiniões individuais que, na somatória, formam a Opinião Pública.

Os meios de comunicação difundem os fatos que são objetos de verificação das pessoas que formam a massa crítica e sobre as quais vão formular juízos de valor para, conseqüentemente, expressar a opinião. A massa, por sua vez, forma grupos de valores familiares, intelectuais, empresariais e demais grupos da sociedade que tomam posições próprias e exercem pressões. Também difundem fatos para que as pessoas – massa – possam formular juízos de valor. Os grupos de pressão estimulam a atenção das pessoas – sociedade – e orientam a Opinião Pública em um determinado sentido. A propaganda tenta a persuasão das pessoas para que mudem de atitude ou conservem os padrões existentes. É nesse contexto que se insere o problema estudado neste trabalho, sendo ele: “como alcançar (ou ultrapassar) as expectativas dos receptores em uma comunicação?”. Como se têm esses diferentes fatores complementares da Opinião Pública, as expectativas podem ser alcançadas se os ouvintes – audiência – tiverem suas atenções presas – direcionadas – às mensagens, caso essas consigam por assim fazer. Tratar-se-á, na maioria dos casos, de fatos hipotéticos.

### **Influência dos líderes sobre a opinião pública**

“... Como audiência para as tentativas de persuasão, o público em geral distingue-se, na sua maior parte, por um interesse relativamente modesto em matérias políticas e por níveis relativamente baixos de informação. Além disso, muitas das tentativas persuasivas que nos interessam têm de ser realizadas a distância, através de mensagens pela televisão e rádio, ou de relatos na imprensa...” (SEARS e LANE, 1966, p. 77)

Fora dos meios de comunicação como o rádio, a TV e os jornais, há, ocasionalmente, a tentativa de influência de forma personalizada como, por exemplo, discurso em assembleia local, comício político e tentativas de influência pessoal por líderes de opinião. Qualquer que seja a situação de influência, uma determinada fonte procura persuadir – exercer influência – determinado público para que adote uma específica posição. Os influenciados poderão, ou não, aceitar essa posição. Quando há, em uma determinada situação, influência simples, existe nos influenciados três grupos básicos de cognição ou pensamentos: “sua avaliação da fonte, seu julgamento sobre a posição da fonte e sua própria opinião sobre o assunto ou problema em referência” (SEARS e LANE, 1966, p. 78).

### **Avaliação da fonte de influência**

Nessa avaliação, procura-se saber se a pessoa influenciada tem sentimento positivo ou negativo em relação à fonte e com que intensidade o manifesta e sente. Avaliam-se, também, a idoneidade e a credibilidade que a pessoa que sofre a influência sente na fonte.

### **Julgamento da posição da fonte**

Nesse caso, considera-se o julgamento que o influenciado formula a respeito da posição mantida pela fonte, ou seja, como a pessoa influenciada comporta-se em relação à posição da fonte sobre determinado fato.

### **A opinião própria do influenciado**

Aqui, faz-se um esforço para modificar todo um conjunto de opiniões que é mantido por uma influência.

### **Fontes de resistência à mudança de opinião**

Por que uma pessoa, sob tensões provocadas pela dissonância, não muda simplesmente de opinião sobre o assunto e dá o caso por encerrado? A razão é que existem preços ou resistências de várias espécies em tais mudanças de opinião... (SEARS e LANE, 1966, p. 93)

Várias razões podem levar uma pessoa a oferecer resistência em modificar sua opinião como, por exemplo: a opinião foi testada pela experiência da pessoa; há outra fonte com mais autoridade que a pessoa aprecia; a opinião está apoiada na filiação grupal apreciada pela pessoa; quando a reputação está em jogo; a opinião serve uma determinada função social e econômica para o indivíduo; a opinião oferece um alvo legítimo para a agressividade da pessoa; a opinião dá uma base ética e explica as suas dificuldades e denigre a imagem dos seus críticos. Essas razões fazem com que os poderes de persuasão da massa por um líder político ou jornal tornem-se pequenos. Esses fatores reduzem as possibilidades de controle de opinião numa sociedade livre.

### **Uma sociedade de comunicação de massa**

A vida em sociedade tornou-se dependente dos meios de comunicação de massa. A televisão, o rádio, o telefone são elementos naturais na vida cotidiana, assim como outros equipamentos de alta tecnologia como redes de computadores. Tudo isso modificou a vida no trabalho, nas escolas e no entretenimento.

### **O que se quer dizer com massa?**

Pode-se falar sobre sistemas ou produto ou audiência. Podemos definir “massa”, principalmente em termos de volume, escala e velocidade...(DIMBLEBY e BURTON, 1990, p. 161)

Entende-se por sistema a organização que gera a comunicação como, por exemplo, uma rede de rádio. O produto é o objeto transmitido pelo sistema como um jornal ou um programa de rádio e TV. Os produtos são manufaturados. A audiência pode atingir milhares ou milhões de pessoas que possuem pouco ou interesse comum apesar do fato de assistirem ao mesmo programa. A produção em massa de mensagens significa, também, a repetição em massa das próprias mensagens, pois tem como principal característica a operação em larga escala.

Richard Dimpleby e Graeme Burton (1990, p. 161) afirmam em sua obra que antes de se olhar para a sociedade de mídia e suas operações com maior detalhe, é preciso encará-las de forma crítica, pois dizem o mesmo tipo de coisas ao mesmo tempo com frequência – repetição da mensagem – além de verificar a questão de sua simultaneidade de penetração, por exemplo, como

as mensagens transmitidas por rádio penetram diretamente nos carros e nos lares. Dessa forma, é necessário que se dê atenção, por parte de quem envia uma mensagem, ao seu significado, porque a emitiu e com que objetivos.

A mídia – meio – ajuda a criar a realidade do mundo, pois o ser humano forma uma sociedade de comunicação de massa, e essa comunicação integra e ajuda nas suas atividades de trabalho e lazer. A força motora da comunicação de massa geralmente é comercial e ajuda as empresas a desempenharem suas tarefas de comunicação de forma mais eficaz e econômica. Os efeitos da comunicação de massa ultrapassam seus lucros. O negócio da comunicação, incluindo a propaganda, envolve altos investimentos financeiros e grande número de pessoas. Sem os cuidados e planejamentos adequados, poderia levar o processo ao caos e a economia entraria em colapso. Outro aspecto relevante é o de que a mídia modela a sociedade pela sua capacidade de reproduzir mensagens, pois se ela afirma que se vive, na atualidade, uma sociedade moderna, é exatamente isso que pensa seu público. Ela ajuda a criar uma visão do mundo – cognição – pela percepção da sociedade como um todo.

### **A mídia: poder e influência na sociedade**

A extensão das operações de comunicação da mídia exerce poder e influência que não são facilmente mensuráveis. Nas discussões sobre os efeitos/impactos da mídia, as principais questões referem-se à apresentação da violência e de tramas políticas. Na política, os líderes transformam-se em personalidades de mídia e representam atitudes específicas e crenças. Sua influência depende em grande parte do poder da mídia. A citação a seguir expõe interessantes informações:

Na Inglaterra, a televisão tem o poder de atingir 18 milhões de telespectadores no horário nobre. Cada um dos três mais populares jornais ingleses tem o poder de enviar 3 milhões e 500 mil mensagens idênticas todos os dias... (DIMBLEBY e BURTON, 1990, p.168)

Esses números impressionam, pois possibilitam imaginar a força da mídia num país com alto grau de importância na Europa. Esse fato permite refletir sobre o atingimento da mídia televisiva no Brasil, na atualidade, com uma população aproximada de 170 milhões de habitantes (conforme Censo Demográfico 2000 – IBGE). O efeito desse poder é difícil de ser mensurado, mas, provavelmente, deve ser bem maior em relação à Inglaterra. Isso prova que se vive hoje em uma sociedade de massa e esta se transforma de maneira contínua. A comunicação de massa é parte

essencial da sociedade e a ajuda a definir sua visão e entendimento do mundo. A figura a seguir demonstra o processo de comunicação de massa.



Figura 1 – O Processo de Comunicação de Massa

### Interpretando a mídia

(...) Muitos materiais da mídia de massas, especialmente os de diversão, tendem a comunicar um ponto de vista limitado das pessoas. Repetem certos tipos de programas e certos tipos de pessoas... (DIMBLEBY e BURTON, 1990, p. 171)

Por mais que se tente formular ideias claras, depara-se com os limites de interpretação das pessoas receptoras. É preciso perceber que as limitações existem de ambos os lados – mídia e receptores – e entender que a visão de mundo da massa é limitada e, até certo ponto, distorcida. Quando se reconhece a existência desse problema, abre-se caminho para estudá-lo, entendê-lo e corrigi-lo.

Não existe, nos meios de comunicação, o monopólio das generalizações sobre a massa, mas, sim, operações e repetições constantes para atingi-la, pois a audiência é limitada. Para se interpretar a mídia, é necessário conhecer alguns de seus termos/conceitos: a *edição*, que se refere ao fato de se trabalhar os materiais, fatos e acontecimentos, coletados pelos especialistas de mídia; a *seleção* e *construção*, que concluem que toda mídia é o resultado de um processo no qual se reúnem alguns itens e outros são deixados de fora. A ideia de *produto* é ligada ao fato de que se produz o material da mídia em massa. A *propriedade* e *dinheiro* originam-se dos empresários e financistas que pagam as mensagens que querem transmitir; pagam as operações de comunicação. No final das contas, o pagamento, em casos de publicidade, é feito pela audiência. Há, também, a ideia de *valores abertos*

e *encobertos* nas mensagens que se referem pelo fato de que, intencionalmente ou não, nenhuma mensagem chega ao público em primeira mão, possibilitando-se esconder o núcleo do fato. Esse fato pode ser sobre valores, crenças e opiniões. Tem-se, ainda, a ideia de *estereótipos* que são criados através de constante repetição. As pessoas, suas crenças e atitudes são apresentadas de forma simplificada e mistificada pela mídia, tornando-se fáceis de entender, mas podem encorajar preconceitos e falsos entendimentos. E, por último, tem-se a ideia de *gênero*, em que certos tipos de materiais de mídia já são convencionados por histórias de fácil reconhecimento por intermédio de tipos já convencionados que repetem os mesmos elementos e situações. É necessário que se olhe de forma crítica para esse tipo de comunicação, pois pode conter mensagens encobertas e que exercem grande influência. A figura nº 2 apresenta os elementos do processo da mídia:

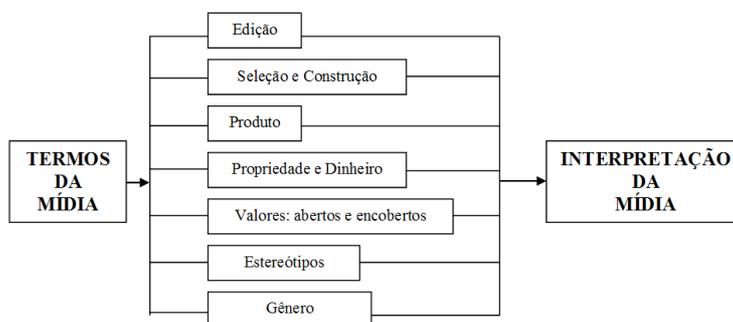


Figura nº 2 – Processo de interpretação da mídia

## Efeitos na comunicação de massa

As tecnologias modernas ampliaram o alcance dos meios de comunicação de massa e possibilitaram o envio de mensagens para qualquer parte do mundo. O desenvolvimento do sistema telefônico, que interliga satélites e cabos, possibilita o processo de conexão baseado em computadores com o uso de linguagem numérica, caracterizando a informação digital. Essa característica se estende para o serviço eletrônico, que liga os usuários de computadores de todo o planeta, permitindo que eles troquem cartas eletrônicas de forma instantânea. Isso mudou os métodos de produção dos meios de comunicação de massa, deixando-a mais barata e mais rápida, além de ampliar sua qualidade produtiva.

A transmissão dos jornais eletrônicos já se torna possível e atinge as pessoas com fotos coloridas e ilustrações que enriquecem as mensagens dos textos. Os jornais, por intermédio dos seus

agentes, colhem informações em qualquer parte dos continentes e as transmitem para suas redações para serem impressas.

As modernas tecnologias dos meios de comunicação de massa facilitam o alcance da audiência, pois fornecem mais informações de forma rápida e econômica. Quantidades maiores de informações podem ser transmitidas a grandes massas de receptores como se pode observar, a seguir, com a afirmação de Dimbleby e Burton:

A tecnologia moderna trouxe novos métodos de distribuição de materiais para a audiência em termos de produto, isso significa que é possível alcançar os maiores e mais distantes mercados. Por exemplo, filmes podem ser distribuídos por cabo, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos ou, ainda, através de novos aparelhos, como videocassetes, hoje implantados em todo o mundo. (...) A nova tecnologia alargou a audiência. Criou novos produtos que são produzidos em massa... (DIMBLEBY e BURTON, 1990, p. 202)

A velocidade e a quantidade de informações permitem que a mídia afete a massa, direta ou indiretamente, nos lares e ambientes de trabalho em qualquer localidade e momento. Entenda-se “afetar” como a influência exercida para a audiência conquistada. A atualidade global é de uma sociedade rodeada de informações, sejam elas científicas, publicitárias, políticas, econômicas, cotidianas ou para entretenimento. Nem sempre o que se espera – expectativa – é recebido pelo receptor. Em plena era da informação, o que se percebe é uma invasão domiciliar e do ambiente de trabalho de informações de todos os tipos. O tema-problema deste trabalho centra-se exatamente nesse contexto, pois muitas tentativas veem-se frustradas e o público não se sente satisfeito com o que tem recebido de informações. Por mais que se esforcem, os meios de comunicação não conseguem 100% de aceitação das mensagens transmitidas. Isso se dá por ineficácia do conteúdo da mensagem ou por parte do receptor, pela sua limitação em decodificar ou, até, pela sua insatisfação pela forma de transmissão e abordagem.

É muito comum, quando se fala de cinema ou filmes alugados em videolocadoras, ter a expectativa frustrada, pois o *trailer* demonstrava grande produção criativa e artística e quando o filme é visto, na íntegra, o receptor demonstra descontentamento e diz: “o anúncio – *trailer* – era melhor que o filme”. Essa expectativa frustrada estende-se, também, para outros produtos, como bens de consumo, cursos, políticos eleitos, empregos, professores, entre outros. Às vezes, empregam-se mensagens que vendem uma imagem, mas quando consumido o produto – bem ou serviço – ocorre o descontentamento por parte da audiência, ou seja, recebeu-se menos do que se esperava.

É indiscutível o poder de informação em decorrência da estruturação e desenvolvimento do sistema de comunicação de massa, da mídia e de seus produtos. A propaganda se utiliza de estereótipos que transmitem mensagens e valores abertamente, criando realidades alternativas para o consumo de bens e serviços. A comunicação visual é um meio com grande domínio nos meios de comunicação, significa a representação de imagens – fotografia e outras formas de exposição – que se mostra por meio de signos definidos de acordo com a posição da câmera em relação ao espectador. As imagens contribuem para socializar as crenças e os valores que norteiam a sociedade constituída pela massa. As imagens são importantes instrumentos que complementam as notícias que levam informações sobre os fatos e contribuem para a cognição das pessoas – como veem e conhecem o mundo em que vivem – e, consecutivamente, constroem a realidade desse mundo. Todos esses aspectos e produtos aumentam o raio de ação da mídia, assim como seus métodos de produção e distribuição de mensagens, possibilitando o aumento da audiência em relação às expectativas dos ouvintes. As novas tecnologias eletrônicas reforçam o poder da capacidade de trocar e estocar informações e, nesse contexto, permitem e beneficiam o atingimento de se alcançar as expectativas dos receptores da massa. A figura nº 3 a seguir contribui para a melhor visualização do uso das novas tecnologias eletrônicas para a comunicação de massa em relação à audiência.

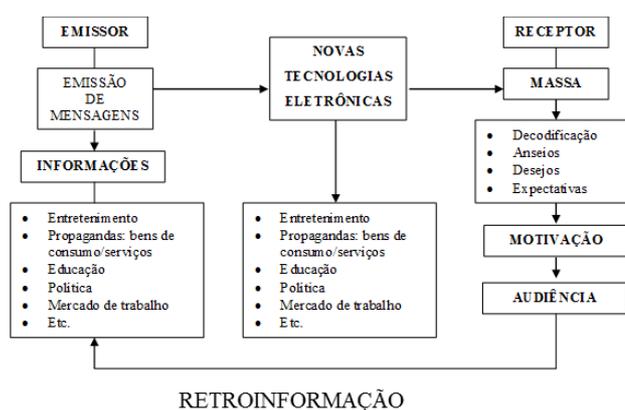


Figura nº 3 – Processo de comunicação pelas novas tecnologias eletrônicas em relação às expectativas do receptor (massa)

## Uma abordagem sobre persuasão

A <<teoria>> dos meios de comunicação resultante dos estudos psicológicos experimentais consiste, sobretudo, na revisão do processo comunicativo entendido como uma relação mecanicista e imediata entre estímulo e resposta, o que torna evidente, pela primeira vez na pesquisa sobre o *mass media*, a complexidade dos elementos que entram em jogo na relação entre emissor, mensagem e destinatário. A abordagem deixa de ser global, incidindo sobre todo o universo dos meios de comunicação e passa a <<apontar>>, por um lado, para o estudo da sua eficácia persuasiva ótima e, por outro lado, para a explicação do <<insucesso>> das tentativas de persuasão... (WOLF, 1985, p. 28)

Mauro Wolf, 1985, deixa clara a importância dos meios de comunicação em relação à eficácia das mensagens para se obter a persuasão. A adequação das mensagens para os objetivos que se desejam alcançar está diretamente relacionada à estrutura da mensagem formulada pelo emissor e ao uso dos meios de comunicação. É possível que haja persuasão dos destinatários – receptores – se a forma e a organização das mensagens forem adequadas às ideias pessoais que se deseja enviar. Assim, é essencial que o emissor interprete as próprias mensagens. Isso demonstra que essas mensagens contêm características particulares que fazem parte do estímulo que interage com a personalidade do emissor em relação à personalidade do público que vai receber as mensagens. Os efeitos são variáveis de indivíduo para indivíduo. Isso ocorre porque existem particularidades específicas. (Ver figura nº 4 a seguir)



Figura nº 4 – Estímulo e resposta no processo de persuasão: Teoria Hipodérmica

## Os fatores relativos à audiência

A partir deste item serão expostos e tratados temas que contribuirão para o entendimento do problema central deste trabalho, norteado pela pergunta: “Como alcançar (ou ultrapassar) as expectativas dos receptores numa comunicação?”.

A relação entre as informações apresentadas numa campanha informativa e a absorção por parte do público das mensagens dependem de algumas características psicológicas da própria audiência: o interesse em obter informação, a exposição seletiva provocada pelas atitudes já existentes, a interpretação seletiva e a memorização seletiva.

### **O interesse em obter informação**

O interesse e a motivação por parte de um público em obter informações sobre uma campanha estão relacionados com a falta de conhecimento sobre os assuntos tratados. Essa falta de conhecimento é exatamente o que torna difícil de atingir essa parcela de público não-informado. Existem alguns motivos que podem ser as causas da origem dessa situação como, por exemplo, a escassez de interesse e de motivação por determinados temas, dificuldade de acesso à informação e, também, pode-se considerar a apatia social. Esses fatores podem, ainda, estar relacionados entre si.

Quanto mais expostas as pessoas ficarem a um assunto, maior a possibilidade de seus interesses em relação a ele aumentarem; e quanto maior o interesse, mais motivadas se sentem para aumentar seus conhecimentos sobre ele.

### **A exposição seletiva**

As preferências das diferentes camadas da população em relação aos meios de comunicação são de fundamental importância para a obtenção de audiência. O público poderá se expor caso haja interesse pela campanha educacional ou qualquer exposição efetuada pelos meios de comunicação, pois grande parte do efeito de qualquer campanha informativa será predeterminado pela forma como se estruturará a audiência.

A massa poderá expor-se à informação se estiver de acordo, de modo individual, com as atitudes das mensagens; porém, a evitará se algo na estrutura das mensagens desagradá-la. Uma campanha de persuasão será acolhida pelos indivíduos se os mesmos já estiverem de acordo com as opiniões apresentadas e se sensibilizarem novamente.

### **A percepção seletiva**

Os elementos do público não se expõem ao rádio, à televisão ou ao jornal num estado de nudez psicológica; pelo contrário, apresentam-se revestidos e protegidos por predisposições já existentes, por processos seletivos e por outros fatores. (KLAPER, 1963, p. 247 *in* WOLF, 1985, p. 33)

Essa citação confirma a percepção seletiva humana que estabelece critérios de seleção do que lhe interessa e deseja obter. A interpretação de cada indivíduo pode transformar e adaptar as mensagens recebidas fixando-as aos seus valores em relação aos valores e atitudes do emissor. Outro mecanismo de percepção seletiva se dá pelos efeitos de assimilação ou contraste. A assimilação existirá quando o receptor considerar as opiniões expressas nas mensagens como semelhantes às suas, e o contraste ocorrerá se as opiniões não forem análogas.

### **A memorização seletiva**

A memorização das mensagens baseia-se em elementos de seletividade que se assemelham se houver aspectos semelhantes e que estejam de acordo com as atitudes e as opiniões próprias dos indivíduos – receptores. As mensagens serão memorizadas em um grau mais elevado do que outros assuntos e isso se acentuará à medida que aumentar o tempo de exposição dos indivíduos em relação às mensagens, pois a memorização seletiva se concretiza em relação ao tempo de contato com as mensagens mais significativas para o indivíduo em detrimento dos mais discordantes ou que culturalmente não interessam.

### **Audiência e recepção**

A comunicação social, de forma geral, estuda a audiência e recepção em suas pesquisas de cunho acadêmico. Assim também fazem os profissionais dos meios de comunicação que focam sua atenção para entender o comportamento dos receptores das mensagens transmitidas pelas novas tecnologias. O Prof. Dr. Antonio Carlos Ruótulo define a audiência como:

A audiência dentro do processo de comunicação pode ser definida como o conjunto de respostas dos receptores aos conteúdos dos meios de comunicação social. Essas respostas podem ser internas (como uma mudança de opinião) ou externas (como a compra de um produto). A audiência em si é um conjunto de pessoas anônimas, heterogêneas, distribuídas

com ampla dispersão geográfica em seu contato entre si ou com o comunicador. (RUÓTULO, 1998, p.159)

É importante ressaltar que os receptores não devem ter contato pessoal com o comunicador, pois poderia influenciar sua escolha e resposta à audiência. As respostas que os indivíduos fornecem aos conteúdos transmitidos em uma comunicação é que dão sentido para a análise dos estudos de audiência e são classificados como respostas de: exposição, recepção, atitudinais e comportamentais.

### **Perspectivas da exposição**

As perspectivas da exposição interessam-se na decisão do indivíduo pela sua escolha em consumir o conteúdo dos meios de comunicação podendo ser pela leitura de artigos, ida ao cinema ou a audiência a programas de rádio ou televisão. A exposição divide-se em “perspectiva estrutural” e os “usos e gratificações”.

### **Perspectiva estrutural**

Observa a audiência como um aglomerado de indivíduos que são entendidos como consumidores dos produtos dos meios de comunicação. O mapeamento da audiência é o foco central em termos de tamanho e composição sócio-demográfica.

### **Usos e gratificações**

O interesse dessa perspectiva está no entendimento da decisão do receptor na escolha do meio e no conteúdo da comunicação e tenta-se explicar por que um indivíduo passa horas vendo TV, ouvindo rádio e lendo algum jornal. Essa teoria tem os seguintes fundamentos:

- 1- O receptor é ativo e busca os meios de comunicação e os conteúdos que melhor atendam às suas necessidades e desejos.
- 2- Os motivos que levavam à escolha dos meios e conteúdos estão sujeitos a inúmeras influências psicológicas, sociais, ambientais e conjunturais.
- 3- A exposição aos meios compete com outras formas potencialmente capazes de satisfazer (gratificar) aos mesmos motivos. O indivíduo poderá escolher expor-se aos meios ou

procurar outras formas de gratificação não relacionadas aos meios de comunicação.  
(RUÓTULO, 1998, p. 162)

## Perspectivas da recepção

As perspectivas da recepção enfocam o entendimento das respostas da audiência após a exposição, pois elas consideram a audiência como uma rotina, quase automática, e prática social não estruturada e com baixo grau de envolvimento. Essas perspectivas visam também receber a construção subjetiva de significados decodificados pelos receptores. É a avaliação da interpretação dos conteúdos das mensagens enviadas.

As perspectivas da recepção utilizam os *estudos críticos*, que tomam como base os conteúdos da comunicação, para obter o entendimento das respostas dos receptores pelos sentidos/significados políticos pela extração que fazem dos meios de comunicação e a interpretação que fazem desses conteúdos.

Para estudar a recepção com base psicológica, utiliza-se o *interacionismo simbólico*, pois este verifica a ocorrência do conteúdo e da decodificação das mensagens, dentro do contexto interativo de comunidades interpretativas desestruturadas, pois não há composição familiar, ocupacional ou de classe social. Mas não se espera que ocorra similaridade de interpretação entre os indivíduos da mesma família ou classe social por não formarem comunidades interpretativas. O que existe é um nexos social individual que dá ponto de partida para a decodificação e formam os significados dos meios de comunicação. Cada indivíduo constrói seu entendimento de mundo como sua realidade simbólica.

Complementando as perspectivas da recepção, tem-se a perspectiva da *construção cultural*. É a mais moderna e tem base humanista. Ela reflete sobre a participação dos meios de comunicação, como esforço coletivo, para a interpretação da realidade social pelas manifestações simbólicas na arte, na literatura, no mito ou nos meios de comunicação, por formarem parte do processo cultural que influencia os indivíduos.

Ruótulo assim esclarece:

A comunicação humana é o processo básico vital através do qual os indivíduos constroem os significados culturais coordenando suas linguagens e concepções de mundo. A comunicação é vista como essencialmente dialógica; (...) Os meios de comunicação formam um fórum facilitador do diálogo, um espaço no qual a cultura é construída, modificada e reconstruída... (RUÓTULO, 1988, p. 165)

Na passagem citada, o autor descreve a comunicação como formadora de cultura. Na perspectiva da construção cultural, a comunicação é um elemento de formação de acordo com a realidade de cada grupo de indivíduos construída a partir do diálogo. E o seu papel fundamental é buscar as interpretações pela análise das ações dos indivíduos dos grupos. Mas é importante ressaltar que não existe interpretação única, pois cada receptor encontra significados próprios que podem diferir do significado do emissor. Assim, quanto mais conteúdos forem produzidos pela indústria cultural maior será a possibilidade de haver modificações de significados para que o receptor se aproxime mais da própria percepção.

### **Perspectivas atitudinais**

O objeto de observação das perspectivas atitudinais está na habilidade de influência dos meios de comunicação sobre a opinião dos receptores. A opinião traduz as atitudes do indivíduo em agir de uma determinada maneira, pois ela não é exatamente o comportamento, mas sim uma etapa anterior a ele. É uma predisposição ou propensão ao comportamento, pois, na maioria das vezes, poderá haver concordância entre a atitude e o comportamento, e isso pode estar relacionado com a influência sofrida pelos meios de comunicação.

A área principal de estudo e verificação das perspectivas atitudinais é a da Opinião Pública e do comportamento político, pois a difusão de meios eletrônicos com as novas tecnologias fez dos meios de comunicação o agente principal no qual se forma e se modifica a Opinião Pública. Para melhor verificar as perspectivas atitudinais, é importante que se conheça as *perspectivas de persuasão* e a *teoria da pauta*.

### **Perspectivas de persuasão**

Na década de 30, os teóricos da comunicação acreditavam que os meios de comunicação tinham o poder de mudar, de forma direta, as opiniões dos receptores. Já na década de 50, as concepções teóricas de persuasão voltaram-se para os efeitos indiretos dos meios e isso prevalece até a atualidade na tradição norte-americana, pois essas teorias buscam os fatores de credibilidade e

atratividade da mensagem em relação ao apelo emocional do receptor pelo seu nível de conhecimento prévio do assunto em questão, o que pode influenciar indiretamente sua opinião.

### **Teoria da pauta**

A Teoria da Pauta, também conhecida como *Agenda Setting*, surgiu em decorrência da falta das perspectivas de persuasão por não observarem as mudanças de opinião dos receptores. A pauta é uma teoria atitudinal e afirma que as opiniões dos receptores não mudam pelos meios de comunicação, pois acredita que o objetivo deles é o de colocar na pauta dos receptores as suas preocupações em relação aos assuntos sobre determinados temas. Os meios de comunicação influenciam na medida em que os temas de suas pautas fazem transparecer opiniões que existem na composição atitudinal dos receptores. Nesse contexto, ocorreria a estimulação de certas opiniões em relação à supressão de outras opiniões.

### **Perspectivas comportamentais**

A conduta do indivíduo após a exposição aos conteúdos da comunicação é o que motiva e origina a verificação das perspectivas comportamentais. Nesse enfoque, o receptor é tido como agente passivo e suas reações são interpretadas como evidência dos efeitos dos meios de comunicação. Nesse caso, os conteúdos dos meios de comunicação são tidos como as causas da mudança de opinião no comportamento em questão. As perspectivas comportamentais propõem a existência do *condicionamento* e da *modelagem*.

### **Perspectivas do condicionamento**

O condicionamento do comportamento do receptor trata da relação de causa e efeito, mas isso não afeta todos os receptores com a mesma intensidade. PROETTI (2003), autor deste artigo, define causa e efeito da seguinte forma:

**CAUSA:** é o fenômeno que, de forma suficiente, provoca o aparecimento de outro fenômeno e antecede o segundo fenômeno chamado *efeito*.

**EFEITO:** é o resultado do fenômeno *causa* e é o segundo fenômeno consequente do primeiro denominado *causa*, encontrando nele a sua razão de ser. (PROETTI, 2003, p. 97-98)

A Teoria do Condicionamento visa especificar os elementos essenciais como condições que devem se apresentar para que ocorra o efeito que, nesse caso, é o comportamento. Pode-se exemplificar como efeito a exposição do conteúdo de violência na televisão sobre o comportamento agressivo dos receptores.

### **Perspectivas da modelagem**

Focaliza-se na conduta do receptor e também é considerada como uma perspectiva comportamental, mas tem uma característica própria que a diferencia: propõe a existência de um estágio intermediário que se localiza entre a exposição aos meios de comunicação e a manifestação do comportamento, e tem como princípio fundamental o processo de aprendizagem observacional por meio de *modelos* (personagens e situações que os envolvem). Essa aprendizagem tornar-se-á parte dos conhecimentos e habilidades que serão usados quando surgir situações semelhantes para que se possam manifestar comportamentos resultantes.

Assim, quanto maior a qualidade e a capacidade dos meios de comunicação, maior será o seu poder de ensinar.

## **PARTE II**

### **O problema estudado na monografia**

Nesta parte, será abordado o problema do trabalho com fundamentações efetuadas a partir do referencial teórico (parte I).

Em primeiro plano, faz-se necessária a exposição do problema gerado para o estudo: “Como alcançar (ou ultrapassar) as expectativas dos receptores na comunicação?”

Discorreu-se neste trabalho acadêmico sobre vários aspectos importantes: o crescimento de audiência, a linguagem dos veículos de comunicação, a satisfação dos anseios dos receptores, juízos

de valores, a influência dos meios de comunicação, a sociedade de comunicação de massa, o poder de influência dos líderes de massa, os efeitos da tecnologia moderna na comunicação, os problemas que causam frustração nos receptores, a persuasão, o interesse em obter informação, a exposição seletiva e, por fim, as considerações dos estudos de audiência pelas suas perspectivas de recepção.

Alcançar as experiências dos receptores está nos objetivos de qualquer fonte emissora de comunicação, pois não haveria razão de ser se assim não o fosse: escrever por escrever, criar por criar, falar por falar e transmitir por transmitir não teriam coerência lógica.

O problema em questão foi gerado com o objetivo de estudar e entender as formas de recepção em relação à fidelidade da comunicação e o interesse que se pode conseguir dos receptores. O referencial teórico (parte I) reforça de forma significativa este estudo. Para se entender as expectativas do receptor deve-se pensar o que ele espera, o que ele deseja que aconteça ou, ainda, pode-se questionar: por que ele se expõe a uma ou mais comunicações e, se o emissor tem alguma noção do que o receptor espera para ver e ouvir. Inicialmente, é preciso rever alguns conceitos: a formação do juízo sobre o valor de uma ideia, pela sua comparação com juízos predefinidos pelo receptor. Isso facilita alcançar as expectativas quando se tem a aceitação da comunicação enviada. Outro aspecto importante, que deve ser levado em consideração, é a influência da mensagem comunicada pelo meio correto podendo-se obter maior qualidade na fonte. Isso permitirá obter um sentimento positivo do receptor em relação à mensagem transmitida e contribuir para que se possa alcançar a expectativa, tanto do receptor, quanto do próprio emissor.

A maior dificuldade, talvez, para que se possa alcançar a satisfação plena – expectativas – dos receptores, seja a mensuração, ou seja, a medição, a quantificação da expectativa dos receptores, o quanto cada indivíduo espera de uma comunicação. É essencial que se reflita sobre a formação do processo de produção dos meios de comunicação em relação às crenças e valores que são selecionados como produtores de informações aos efeitos de audiência pelo estudo das atitudes e comportamentos dos receptores.

Quando se trata de alcançar as expectativas dos telespectadores, por exemplo, os meios de comunicação têm canais com maior riqueza de transmissão de mensagens como a televisão e o cinema. No caso de filmes, os *trailers* contribuem para levar comunicação aos telespectadores com imagens e sons que estimulam a audiência; porém, se o filme não corresponder às expectativas, ou seja, o que os receptores esperavam do filme pelo que viram quando expostos ao *trailer*, poder-se-á obter menos do que eles tinham de crenças e valores, pelo que já tinham visto no *trailer*, causando

frustração como efeito. As formas como as pessoas veem e compreendem o mundo ajudam para a formação de seus conceitos próprios.

Dessa forma, seus conhecimentos prévios colaboram para a recepção da comunicação e facilitam a ação dos meios de comunicação. Essa ação pode ser considerada como a causadora do aumento da audiência. As novas tecnologias eletrônicas reforçam o poder de transmissão de mensagens e atingem a massa formada pelos indivíduos. Cada um deles tem seus anseios e desejos que formam suas expectativas; à medida que elas vão sendo alcançadas, surge o estado de estímulo – motivação – e enquanto esse estado emocional prevalecer, haverá o interesse em continuar a exposição para a recepção da comunicação e, consecutivamente, se obterá o aumento da audiência.

Mauro Wolf <sup>33</sup> (1985) enfocou a importância dos meios de comunicação em relação à eficácia das mensagens para se obter persuasão com a estrutura da mensagem em relação ao uso desses meios. Relacionando-se à afirmação de Wolf com o estímulo – causa – e o processo formado pela personalidade (processos psicológicos), obter-se-á a resposta (efeito). Se a mensagem foi formulada com eficácia e atingir/influenciar emocionalmente os indivíduos, alcançaram-se, assim, os objetivos da comunicação pelo ponto de vista do emissor persuadindo-se, então, os receptores.

A persuasão pode ter sido facilitada se o receptor se sentiu estimulado/motivado em receber a comunicação. A possibilidade de a expectativa ser atendida existe também e, nesse caso, houve a concordância do espectador, pois esperava, parcial ou integralmente, o teor do conteúdo. Nesse contexto, houve a exposição seletiva do receptor e o interesse em obter a informação.

Outros fatores se fazem importantes para se entender e completar algumas explicações sobre o alcance das expectativas; são eles: a *percepção* e a *memorização seletiva*. Só haverá memorização se houver interesse pela mensagem; o interesse pressupõe estímulo e este permite a continuidade da recepção e a fixação das mensagens aos valores individuais próprios. Consecutivamente, haverá a memorização dos elementos que se assemelhem às suas opiniões. Dessa forma, obter-se-á o alcance de expectativas. Quando os elementos da mensagem realmente motivam acima do esperado, ultrapassam-se as expectativas.

Ultrapassar as expectativas das pessoas não é uma tarefa fácil, pois elas são compostas por elementos introspectivos de difícil interpretação. Essas dificuldades surgem à medida que o emissor não conhece os receptores. Para exemplificar melhor, pode-se pensar na transmissão de um programa de rádio em que o locutor não conhece e nem tem contato com os ouvintes.

---

<sup>33</sup> WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1987. p. 28

Se houver qualidade de transmissão das mensagens, capacidade técnica – equipamentos – clareza oral, precisão das palavras e assuntos importantes, certamente haverá audiência; e se esses assuntos fizerem com que os ouvintes se exponham com atenção, se interessem e gostem da transmissão, percebendo que são importantes, agradáveis e úteis, sentirão motivação por terem suas expectativas atendidas, ou até ultrapassadas, e decidirão por permanecerem ouvintes diários da programação da rádio, ou só naquele horário.

Dessa forma, as necessidades dos ouvintes podem ser satisfeitas gerando motivação, pois eles decidiram que o emissor – rádio – transmitia o que lhes traziam (mensagens) com conteúdos úteis (usos e gratificações). Nota-se, então, a consonância cognitiva pela coerência lógica em relação ao que eles acreditam, entendem e percebem como conhecimento de mundo. Observe a citação a seguir:

...O foco central da teoria de usos e gratificações é o conjunto de motivações que levam o telespectador a expor-se à televisão. Não se pergunta o que a televisão está fazendo às pessoas, mas sim o que as pessoas estão fazendo com a televisão. ( ) A formulação da teoria de usos e gratificações afirma que as condições sociais e psicológicas do indivíduo dão origem à sua motivação de ver televisão para preencher determinadas necessidades. Essas necessidades aparecem a partir das situações vividas pelos indivíduos na sua experiência diária. As situações do cotidiano são, portanto, a gênese das gratificações na medida em que facilitam o maior ou menor envolvimento com os meios de comunicação ou que geram necessidades não plenamente satisfeitas na vida real e que são compensadas pelo uso dos meios de comunicação... (RUÓTULO, 1993, p.65)

Outro fator que ajuda a esclarecer o atendimento das expectativas dos receptores para a formação de audiência é o entendimento, aceitação das mensagens como fator de construção cultural. Mas é preciso ressaltar que a interpretação é individual, pois cada receptor encontra significados próprios e os utiliza conforme suas necessidades. Isso se explica pelas perspectivas da recepção.

O problema em questão pode ser enfocado como um caso de competição entre diferentes emissores como, por exemplo, redes de televisões e difusoras de rádio. Para se conquistar a audiência, tanto nas TVs como nas Rádios, podem-se perceber, na atualidade, ofertas de diferentes temas e tipos de programações que buscam entreter, informar e, até, chocar as pessoas das maneiras mais criativas e apelativas possíveis. A violência, a apelação religiosa, moral e sexual são elementos que preenchem as programações televisivas e radiofônicas, na tentativa de chamar a atenção, mesmo que por impulso ou curiosidade, e manter a exposição dos espectadores e ouvintes para conseguir motivá-los e fazer com que se decidam e escolham a programação total ou parcial em

exibição. Esses meios de comunicação de massa têm conseguido, na maioria das vezes, alcançar as expectativas dos receptores, pois nota-se que algumas programações brasileiras são mantidas por longo tempo em exibição. Pode-se exemplificar isso com os programas dominicais do apresentador Silvio Santos, do apresentador Fausto Silva, com o programa Fantástico, entre outros. Conclui-se, então, que as audiências, nesses casos, são mantidas e podem-se explicá-las e fundamentá-las de forma consoante pela Teoria de Usos e Gratificações, pois o receptor vê alguma vantagem em expor-se à programação e se satisfaz de alguma forma.

### **Considerações finais**

Após as exposições formuladas e fundamentadas neste trabalho, faz-se necessário relembrar algumas passagens que ajudaram na reflexão do problema estudado. Mesmo que os meios de comunicação influenciem os receptores, pode-se pensar e entender que não há influências que consigam manter opiniões de modo contínuo e imutável. O ser humano pode modificar sua opinião e buscar outras fontes se assim achar necessário, ou até interessante, para sua informação, conforto, segurança e preferência.

A fidelidade pode ser parcial e durará enquanto suas necessidades e curiosidades estiverem sendo satisfeitas. Se o uso e gratificação estiverem momentaneamente contemplados, ter-se-ão alcançadas ou até ultrapassadas as expectativas, mantendo-se, também, a audiência.

Sem dúvida, cada vez mais, tem-se uma sociedade de comunicação de massa que cresce e se informa com velocidade impressionante, ocasionada pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação como a Internet e as redes de televisão abertas e a cabo.

Outro enfoque de importância deste trabalho se deu na passagem sobre os fatores relativos à audiência, os fatores que se referem ao interesse do receptor em obter informação na exposição seletiva, na percepção e na memorização seletiva, os quais colaboraram para se estudar e entender o comportamento e escolha dos receptores, pela visão de Mauro Wolf. Essa exposição delineou o caminho para utilizar os estudos do Prof. Dr. Antônio Carlos Ruótulo (PhD), que escreveu importante artigo sobre audiência e recepção, o qual foi de muito valor e proveito para o fechamento deste trabalho.

As fundamentações do problema aqui apresentado: “Como alcançar (ou ultrapassar) as expectativas dos receptores na comunicação?” foram beneficiadas pelas passagens de texto

literalmente retiradas, citadas e referenciadas do artigo de RUÓTULO, publicado na Revista *Comunicação e Sociedade* do curso de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

O estudo aqui apresentado não teve objetivo de tratar o assunto com demasiada profundidade nem esgotá-lo, pois se sabe que todo estudo, sobre qualquer tema, é um início de abertura científica que dá condições para que outros pesquisadores deem continuidade em outros estudos e contribuam com suas descobertas. Esse é um dos postulados da ciência. Espera-se, inicialmente, que o presente trabalho permita essa iniciação científica e contribua, mesmo que de forma humilde, com os futuros pesquisadores e estudantes de comunicação.

Este autor pôde perceber que o assunto é relevante para os estudos de audiência e que, se levado adiante, poderá ser pesquisado de forma mais detalhada. O estudo também contribuiu para se entender algumas teorias e permitiu a adequação do tema para estudos de audiência para as novas necessidades de comunicação e tecnologias de informação na comunicação social.

### **Referências bibliográficas**

- BERLO, David K. *O processo de comunicação: introdução à teoria e à prática*. Trad. Jorge Arnaldo Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 330 p.
- DIMBLEBY, Richard; BURTON, Graeme. *Mais do que palavras: uma introdução à teoria da comunicação*. 3.ed. São Paulo: Summus Editorial, 1990. 215 p.
- Dicionário completo da Língua Portuguesa – Folha da Tarde. 3. Ed. Coord. Flávio Bonfim Pestana. São Paulo: Melhoramentos, 1994.
- LANE, Robert E.; SEARS, David O. *A opinião pública*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1996. 200 p.
- LUYTEN, Joseph M. *Sistemas de comunicação popular*. São Paulo: Ática, 1988. 64 p.
- MELO, José Marques. *Comunicação, opinião, desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971. 114 p.
- PROETTI, Sidney. *Simplificando a lógica*. São Paulo: Mil Folhas, 2003. 132 p.
- \_\_\_\_\_. *Metodologia do trabalho científico: abordagens para a construção de trabalhos acadêmicos*. 5. ed. São Paulo: Edicon, 2006. 190 p.

RUÓTULO, Antônio Carlos Filippi. *Audiência e recepção: perspectivas*. Comunicação e sociedade. São Paulo: n. 30, p. 157-170, 1998.

\_\_\_\_\_. “*Tipologia dos telespectadores do ABC Paulista*”. Comunicação e sociedade. São Paulo: n. 20, p. 61-71, 1993.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1987. 249 p.

# DADAÍSMO E SURREALISMO: UMA EXPERIÊNCIA NO CINEMA

Antonio Ruzza\*

**Resumo:** Dadaísmo e Surrealismo são duas correntes que revolucionaram a concepção de arte e cultura nas primeiras décadas do século XX, apresentando uma nova visão do mundo, inclusive por meio de manifestos literários e de envolvimento em atividades políticas. Os seus mais significativos representantes (Duchamp, Dalí, Ernst) são mais conhecidos na área das artes visuais. Entretanto, as duas correntes deram uma importante contribuição no campo da literatura, do teatro, da fotografia e do cinema, merecendo a atenção de filósofos, em particular, Benjamin. O cinema é o destaque deste artigo, por meio de uma abordagem filosófica.

**Palavras-chave:** dadaísmo, surrealismo, cinema, arte, revolução.

**Abstract:** Dadaism and Surrealism are two currents that revolutionized the culture and art conception in the first decades of 20th century, showing a new world vision, even through literacy manifests and political activities commitment. Its most significant representatives (Duchamp, Dalí and Ernst) are more known in the visual art field. However, these two currents left an important contribution on the fields of literature, theater, photography and cinema, catching the attention of philosophers, in particular, Benjamin. The cinema field is the focus of this article through a philosophical approach.

**Keywords:** Dadaism, Surrealism, cinema, art, revolution.

---

\* Graduado em Engenharia pelo Politécnico de Torino (Itália) e em Filosofia pela USJT. Pós-graduado em “Docência para o ensino superior” pelo UNIFAI. Mestre em Filosofia (Epistemologia da Política e do Direito) pela USJT. Doutorando em Filosofia pela PUC. Docente de Filosofia no UNIFAI e na UNI-ÍTALO. Organizou vários grupos de estudo pelo UNIFAI. Publicou *Rousseau e a moralidade republicana no Contrato Social* (2010) e *Em nome das luzes: um desafio à religião* (2012), ambas pela Annablume. Publicou o artigo *A solução para o problema do absurdo em Albert Camus* no livro *Deus entre a Filosofia e a Teologia Contemporânea*, de 2014, editado pela Appris

## Introdução

Dadaísmo e Surrealismo são dois movimentos das primeiras décadas do século XX, que influenciaram vários aspectos do campo artístico e cultural na Europa, no turbilhão das novas ideias e ações que se desenvolveram neste continente e, em particular na França, a mãe de muitas inovações e revoluções. Eles apresentaram um componente altamente crítico e revolucionário com relação aos valores artísticos e culturais vigentes. Marcaram época, junto ao Cubismo, Expressionismo e Futurismo.

Iniciaremos este trabalho destacando alguns pontos que caracterizam os dois movimentos, que apresentam realizações importantes e mais conhecidas no campo da pintura e literatura. Depois discutiremos um aspecto talvez menos conhecido: o cinema.

## Dadaísmo

O movimento *dada*<sup>34</sup> surgiu oficialmente em 1916, por iniciativa de Tristan Tzara,<sup>35</sup> em um café de Zurique, cidade que, por estar em um país neutro, havia se convertido em refúgio para políticos e artistas que não queriam envolver-se na primeira guerra mundial.

O dadaísmo não é propriamente um movimento de recusa de uma escola anterior específica, mas se propõe a questionar o conceito de arte, aliás, a destruir todos os sistemas e códigos estabelecidos no mundo da arte. Trata-se de um movimento de rebeldia. Afirma a absoluta rejeição de todo e qualquer tipo de tradição ou esquema anterior, quer libertar a produção artística de qualquer respeito pelo passado ou de qualquer finalidade estética. É contra a beleza eterna, contra as leis da lógica, contra a eternidade dos princípios, contra a imobilidade do pensamento e contra o universal. Valoriza a mudança, a espontaneidade, a liberdade da pessoa, o imediato, o aleatório, a contradição.

---

<sup>34</sup>

Não se sabe ao certo a origem do termo dadaísmo, mas existem várias versões: o falar confuso de uma criança, um brinquedo, um passatempo ocioso dos aristocratas ingleses. Podemos destacar que se trata, voluntariamente, de um termo sem sentido. O movimento nasceu na Suíça e teve a sua maior influência na Alemanha.

<sup>35</sup> Nascido na Romênia em 1896, emigrou para Zurique e, depois, Paris, entrando em contato com vários intelectuais: André Breton (diretor da revista *Literature*), Philippe Soupault, Louis Aragon. No círculo de Zurique entraram Jean Arp, Marcel Janko, Hans Richter e Richard Huelsenbeck, entre outros. O dadaísmo foi difundido graças ao *Manifesto Dadaísta* de 1918 e à revista *Dadá*. As suas ideias chegaram a New York, Berlin e sobretudo Paris. Sucessivamente, Tzara se aproximou do Surrealismo, que tentou conciliar com o marxismo. Fiel a esta ideia, entrou no Partido Comunista Francês e lutou na Espanha contra o franquismo e, na Resistência francesa, contra os nazistas. Morreu em 1963.

No campo da literatura, poesia e linguagem, o dadaísmo se caracteriza contra o tradicionalismo, pela agressividade verbalizada, a desordem das palavras, a incoerência, a recusa da lógica e do raciocínio, a contradição. Faz uso da falta de sentido da linguagem; as palavras são dispostas conforme surgem no pensamento. Não importa o significado, mas a sonoridade. No *Manifesto* de Tzara, encontramos frases do tipo: "Eu escrevo um manifesto e não quero nada, eu digo, portanto, certas coisas e sou por princípio contra os manifestos, como sou também contra os princípios." Ou: "Que cada homem grite: há um grande trabalho destrutivo, negativo, a executar. Varrer, limpar. A propriedade do indivíduo se afirma após o estado de loucura, de loucura agressiva, completa, de um mundo abandonado entre as mãos dos bandidos que rasgam e destroem os séculos." Ou: "o verdadeiro dadá é contra o dadaísmo".

No campo das artes visuais (a pintura, em particular), o movimento defende o caos perante a ordem e a imperfeição frente à perfeição. Afirma a antiarte de protesto, do escândalo, do choque, da provocação, com o auxílio dos meios de expressão oníricos, sarcásticos e satíricos. Baseia-se no absurdo, nas coisas carentes de valor. Quer chocar o público. A arte deve evitar as amarras da razão e ser apenas o resultado de um automatismo psíquico, selecionando e combinando elementos por acaso, valorizando o instinto e o subconsciente. Nas palavras de Marcel Duchamp, uma obra de arte pode ser um objeto comum, retirado do seu contexto ordinário e colocado em uma galeria de arte.

A fotografia foi também campo da experimentação inovadora (assim como o cinema, do qual trataremos), sendo o norte-americano Man Ray o seu representante mais conhecido.<sup>36</sup>

Walter Benjamin dedicou algumas páginas ao dadaísmo. Observando que uma tarefa da arte consiste em gerar uma demanda que só pode ser satisfeita mais tarde (por isso é correto falar de vanguarda), ele afirma que...

"o dadaísmo tentou produzir através da pintura (ou da literatura) os efeitos que o público procura hoje no cinema(...) O comportamento social provocado pelo dadaísmo foi o escândalo. Na realidade, as manifestações dadaístas asseguravam uma distração intensa ... Com isso, favoreceu a demanda pelo cinema, cujo valor de distração é fundamentalmente de ordem tátil."<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Fundador com Duchamp do grupo dadá novayorquino, operou também no campo da pintura, atividade que considerava bem diferente da fotografia: "Pinto o que não pode ser fotografado, algo surgido da imaginação, ou um sonho, ou um impulso do subconsciente. Fotografo as coisas que não quero pintar, coisas que já existem". Trabalhou na França. Como cineasta, produziu um filme surrealista, *L'Étoile de Mer* (1928), com o auxílio de uma técnica chamada solarização, pela qual inverte parcialmente os tons da fotografia. No filme, atrás de uma porta com vidro está acontecendo algo, mas por causa do vidro opaco, o espectador não sabe exatamente o quê. Será um convite a refletir como o conhecimento do mundo é difícil ou impossível?

<sup>37</sup> Benjamin, W. *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*, p. 192-194. O filósofo alemão opõe a distração ao recolhimento, que é mais apropriado para uma galeria de arte frequentada por um público mais culto. O cinema quebrou este esquema, fazendo com que um filme de Chaplin distraia mais que um quadro.

Os dadaístas estabelecem também uma forma de viver baseada na liberdade absoluta, tanto que politicamente defendem ideias anarquistas, comunistas e niilistas. Eles se posicionam contra o capitalismo burguês e a guerra promovida com motivação capitalista.

Por tudo isto, o dadaísmo quer estabelecer-se e realmente se estabelece, como vanguarda. Mas o seu objetivo era unicamente destrutivo, pelo menos na opinião de Breton. Não apresentando nenhum projeto concretamente alternativo, o movimento acabou perdendo força por volta de 1923, e muitos dos seus seguidores aderiram ao Surrealismo, mais construtivo. Mas é inquestionável que ele deixou marcas em movimentos posteriores e tem o seu lugar na História.<sup>38</sup>

## Duchamp

Pode ser considerado o representante mais expressivo do Dadaísmo, mas a sua obra ultrapassa os limites deste movimento.<sup>39</sup>

Graças a ele, objetos do cotidiano passaram a ser considerados como obras de arte: são os chamados “ready-mades”, conceito introduzido com o famoso *A Fonte* (um urinol que causou polêmica quando exibido em Nova York em 1917). “Ready-made” significa confeccionado, pronto: pode ser qualquer objeto feito para consumo popular, mas tratado como objeto de arte por opção do artista, utilizado pela e para a arte. Expressa uma crítica do gosto, anula a distinção belo/feio. Quebra a ideia de unicidade da obra, que pode ser reproduzida graças às modernas técnicas. Nas palavras do filósofo analítico Danto:

Duchamp, sozinho, demonstrou que é inteiramente possível algo ser arte sem ter qualquer relação com o gosto, bom ou ruim. Assim ele pôs um fim naquele período do pensamento e da prática estéticos comprometidos, para usar um dos títulos de David Hume, com o “Padrão do Gosto” (*The Standard of Taste*). Isso não significa que a era do gosto (*goût*) tenha sido sucedida pela era do mau gosto (*degoût*). Significa antes que a era do gosto tem sido sucedida pela era do sentido, e a questão central não é se algo é de bom ou mau gosto, mas sim o que significa. É verdade que Duchamp tornou possível usar formas e substâncias que realmente induzem ao repulso, que agora passou a ser uma opção.”<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Um seu possível herdeiro é o letrismo, movimento fundado por outro romeno emigrado na França, Isidore Isou (1925-2007), que se opõe à palavra e à sua significação conhecida, buscando o onomatopáico e o fonético. Acabou atuando também nas artes visuais, com obras experimentais feitas de letras (de forma exclusiva ou misturadas com outras imagens) e para o cinema. Gabriel Pomerand, François Dufrière, Maurice Lemaître, são alguns representantes, além do eclético Guy Debord. Na década de 50, nos EUA, surgiu um movimento “neodadá”, com Robert Rauschenberg, Jasper Johns e Louise Nevelson.

<sup>39</sup> Nascido na França em 1887, iniciou a sua atividade de pintor como fauvista e cubista. Instalado em Paris, fez amizade com Apollinaire e Picabia, se entusiasmou pelo teatro de Roussel (que desenvolveu um novo tipo de linguagem na peça *Impressions d’Afrique* de 1910). Morou muito tempo nos EUA, onde influenciou a *pop art*, a *beat generation*, etc. Morreu em 1968.

<sup>40</sup> Artigo de Danto, *Marcel Duchamp e o fim do gosto*, in: ARS vol.6 no.12 São Paulo July/Dec. 2008, Consulte [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-53202008000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202008000200002). Trata-se de uma resposta a Jean Clair, diretor do Museu Picasso em Paris, que definiu Duchamp o culpado da condição deplorável da arte

No campo da pintura, Duchamp é conhecido por duas obras famosas.<sup>41</sup> A primeira é “*Nu descendant un escalier*”, baseada na decomposição do movimento. Na tela, o artista apresenta uma sobreposição de figuras humanas, ou parecidas com seres humanos, descendo uma escada, sugerindo a ideia de um movimento contínuo, uma violação da concepção tradicional da imagem. Este trabalho de 1912 lhe valeu a ruptura com o movimento cubista, que o acusou de apresentar elementos futuristas, por causa das ideias de movimento, desintegração do espaço, maquinismo.

A segunda obra, uma tentativa mais clara de reinventar a pintura, é “*Le grande verre*”, ou “*La mariée mise à nu par ses célibataires, même*”, iniciada em 1912 e interrompida propositalmente em 1923. É composta de dois grandes painéis de vidro duplo, de 2,70m de altura e 1,70m de largura. Realizada por meio de várias técnicas, na parte superior há a noiva virgem, na inferior, os solteiros pretendentes (existem outros elementos acessórios que dificultam uma única interpretação ou decodificação da mensagem do artista<sup>42</sup>). Christian Schmitt observa que

En effet grâce à ce nouveau module binaire et antithétique appelé *refus/réhabilitation*, Duchamp installe définitivement sa suprématie parmi les artistes de l’art contemporain. Le *Grand Verre* n’est que la consécration la plus visible de ce paradoxe. Ainsi la mariée elle-même qui par son attitude va refuser d’abord l’offre des célibataires pour être finalement acceptée. Selon cette même logique il faut donc toujours passer par un refus pour être accepté. Duchamp nous signifie une autre réalité.<sup>43</sup>

Na avaliação de Cécile Debray, trata-se de

(...) uma criação erótica, geométrica, física, fisiológica e espiritual. Tudo isso e também uma negação da pintura: Duchamp fez uma obra que pudesse reunir todos os registros possíveis, fosse uma projeção geométrica de quarta dimensão, elementos psicológicos, matemáticos, e onde se recria a técnica.<sup>44</sup>

---

contemporânea.

<sup>41</sup> Outras obras inovadoras são *Rodas de Bicicletas* e uma *Mona Lisa* com barba e bigode.

<sup>42</sup> Duchamp deixou centenas de anotações provisórias, antes do início e depois que deixou a obra inacabada. Estão reunidas em várias caixas, entre as quais a mais conhecida é a *Caixa Verde*. Elas não são explicativas da obra; talvez façam parte dela.

<sup>43</sup> Em <http://lenouveaucenacle.fr/le-grand-verre-de-marcel-duchamp>. Tradução: “Realmente, por meio desse novo módulo binário e antitético chamado ‘recusa/reabilitação’, Duchamp instala definitivamente a sua primazia entre os artistas contemporâneos. O *Grande Vidro* é a consagração mais visível desse paradoxo. Assim, é a esposa que, por meio da atitude de recusar inicialmente a oferta dos solteiros, será finalmente aceita. Segundo esta lógica, precisa sempre passar por uma recusa para depois ser aceita. Duchamp dá significado a uma outra realidade”.

<sup>44</sup> Em <http://oglobo.globo.com/cultura/artes-visuais/marcel-duchamp-visto-em-tracos-cores-para-alem-do-ready-made-14143769>. A Debray foi a curadora da exposição em Paris até Janeiro de 2015 (a obra pertence a um museu de Filadélfia).

Muito discutida e comentada, com diferentes interpretações,<sup>45</sup> a obra mereceu um estudo aprofundado de cunho filosófico por parte de Octavio Paz.

O escritor mexicano afirma que Duchamp defende o conceito de olhar não retiniano, o único que traz significações, porque ele nega que a pintura seja uma arte puramente manual e visual, tanto que até o título do quadro é importante. Ele não quer fazer um quadro para agradar aos olhos, que servem só como trampolim para saltar mais longe e ver uma outra realidade. Ele não quer converter a sensação estética em um fim, porque é um meio. A sua pintura é signo, é ideia: ela não tem significado em si, mas permite que lhe seja dado pelo observador. Neste sentido, Duchamp supera o dadaísmo ortodoxo, por ele julgado privado do humor que permitirá desembocar no surrealismo onírico.<sup>46</sup> A partir da afirmação do artista, de que “o espectador faz o quadro”, Paz entende que

(...) o artista nunca tem plena consciência da sua obra: entre as suas intenções e a sua realização, entre o que ele quer dizer e o que a obra diz, há uma diferença. Esta diferença é realmente a obra. Pois bem, o espectador não julga o quadro pelas intenções de seu autor, mas pelo que realmente vê.<sup>47</sup>

É a partir do que o espectador acredita ver<sup>48</sup> que acontece a recriação da obra, que assim é uma “máquina de significar” posta em movimento pelo observador, obrigado a sair de si e modificar-se, mesmo que momentaneamente, a converter-se em um artista (ou um poeta), a operar a passagem entre o mostrado e o escondido.<sup>49</sup> Paz conclui que, para Duchamp, a obra não é só uma peça de museu, mas um objeto de criação e recriação. A arte é um meio de liberação, contemplação e conhecimento.

Na eterna relação epistemológica entre sensibilidade e razão, o comentador Campos observa que:

(...) pôde o delineamento dos problemas artísticos abrir espaço para uma problemática extrartística que apontasse para a consciência (ideia), ou seja, voltar-se antes para o contexto (reflexão) do que para o apelo fenomênico do objeto (percepção). Sob este aspecto, *Le grand verre* remeteria, como nenhuma outra obra de seu tempo (melhor até que

---

<sup>45</sup> Claudia Duarte trata do assunto no ensaio *Olhando o Grande Vidro como interface*. Destaca (p. 29) a visão dos católicos (uma elevação espiritual, mesmo sendo Duchamp ateu), psicanalítica (a pretensa personalidade obsessiva do artista, a impossibilidade de se comunicar, o tabu do incesto), surrealista (para Breton, é “uma interpretação mecanicista, cínica, do fenômeno amoroso”; um misto de erotismo, especulação filosófica, competição, lirismo, humor).

<sup>46</sup> Paz, O. *Marcel Duchamp ou o castelo da pureza*, p. 48-49.

<sup>47</sup> Paz, O. *Marcel Duchamp ou o castelo da pureza*, p. 60.

<sup>48</sup> Na mesma linha, Claudia Duarte observa que há um encontro da obra com o espectador, mas não pela imagem (que nada mostra), nem pelo texto (que nada diz). Pelo olhar não retiniano, a primeira atua sobre o segundo e vice-versa, permitindo significações. Entretanto, a relação deve excluir (ou superar) o olhar instantâneo, que se limita à forma. In: *Olhando o Grande Vidro como interface*, p. 31.

<sup>49</sup> Por esta concepção, para o espectador, tem importância a vida do autor com os dramas pessoais, que determinam as suas intenções em fazer um quadro? Pensemos em Van Gogh ou Munch.

os próprios ready-mades, em função de sua complexidade programada), a alguém que aspirou ser mais um filósofo (ou um especulador) do que um artista propriamente dito.<sup>50</sup>

## Surrealismo

Este movimento (cujo nome foi inspirado por um termo usado por Apollinaire para indicar algo acima da realidade) apresenta mais consistência e duração que o dadaísmo, porque é mais construtivo e busca uma nova concepção de arte e de vida. Surgiu na França<sup>51</sup> no período entre as duas guerras mundiais. Começou como um movimento literário,<sup>52</sup> que se baseava na associação livre de ideias e na liberdade da linguagem, como forma a libertar o subconsciente do realismo e do naturalismo, num automatismo psíquico que, de forma espontânea, trouxesse à tona um tipo de imaginação que não fosse limitada pelo racional e pelo experimental, dando a conhecer os processos primários pelos quais o pensamento humano acontece. Estruturado por André Breton,<sup>53</sup> que publica o *Manifesto do Surrealismo* em 1924 “contra o império da lógica, o racionalismo absoluto e os limites da experiência”, o movimento insere-se num conjunto de novas linguagens e técnicas trazidas para a pintura (chamadas de *avant-garde*, dentro do termo genérico de “modernismo”), que incluíam o expressionismo, o dadaísmo, o cubismo, o futurismo.<sup>54</sup> De maneira diferente, todos estes movimentos questionavam a visão tradicional da estética e da função da arte, e queriam intervir ou até transformar o mundo. Aos poucos, o ideário surrealista penetrou nos campos da música, dramaturgia<sup>55</sup> e cinema. Muitos surrealistas se exercitavam contemporaneamente em vários campos, tendo uma visão totalizante de todas as formas culturais.

Os surrealistas encontram inspiração no pensamento de Freud, que pretende aceder a zonas da mente humana habitualmente bloqueadas pela educação, pela repressão sexual e pelas inibições

<sup>50</sup> Campos, J. L. *Duchamp e o sentido enviesado*, p. 10. O comentador cita o trabalho de Uwe Schneede (*René Magritte*).

<sup>51</sup> Nas primeiras décadas do século XX, Paris era o paraíso e refúgio de intelectuais e artistas de todo tipo e de toda nacionalidade: de Modigliani a Picasso, Chagall, Gershwin, Antheil, Cole Porter, Strawinski, Hemingway, Beckett, Hammett, Scott Fitzgerald, Wilde, Dos Passos, Eliot, Joyce. Entre as mulheres, Edith Warton, Katherine Mansfield, Gertrude Stein, Alice Toklas, Isadora Duncan. Interessante a este respeito o ensaio de William Wiser, *Os anos loucos*, Olympio Editora.

<sup>52</sup> Os poetas Louis Aragon, Paul Éluard e Philippe Soupault. Mas Benjamin considera que existem precursores no final do século XIX: Rimbaud e Lautréamont, além do contemporâneo Apollinaire (todos mais ou menos “malditos”). Franco Fortini acrescenta os “rebeldes” da primeira década do século XX: Alfred Jarry (o mestre do dandismo, na linha de Oscar Wilde), Pierre Reverdy e Jacques Vaché.

<sup>53</sup> Nascido em 1896, se aproxima ao mundo literário por meio da revista de Pierre Reverdy. Com a chegada de Tzara a Paris, organiza manifestações dadá com Picabia, mas logo se afasta deste movimento, considerado pessimista e puramente destrutivo. Após o *Manifesto*, radicaliza as suas posições políticas de esquerda, mas entra (como Éluard) em dissidência com o Partido Comunista, considerado dogmático. Escreve ensaios e poemas, além do romance *Nadja*, que não tem um desenvolvimento linear, mas consiste em eventos isolados e justapostos, que permitem relacionar o amor surrealista com o amor cortês dos provençais medievais. Nas décadas de 40-50, Breton oscilou entre anarquismo e trotskismo. Morreu em 1966.

<sup>54</sup> Os pintores surrealistas mais conhecidos são Ernst, Masson, Magritte, Miró, Dalí, Tanguy. Confluíram no movimento os dadaístas (Duchamp, Man Ray, Picabia). Também De Chirico e Picasso mantiveram afinidades e influências. O mesmo podemos dizer do casal Frida Kahlo / Diego de Rivera, que misturaram elementos surrealistas ao folclore mexicano.

<sup>55</sup> Na música, citaremos Eric Satie; na dramaturgia, Antonin Artaud (com o teatro da crueldade) e Jean Cocteau.

sociais. O psicanalista austríaco mostra o desejo como motor das aspirações humanas e o sonho como símbolo de desejos inconscientes e não confessados. O objetivo que Freud procura através da hipnose e estudo dos sonhos, os surrealistas o tentam ao criar imagens surpreendentes, bizarras e chocantes, desprovidas de racionalidade e de lógica, inexistentes no mundo do consciente, distorcidas e ilusórias, justapostas com outras imagens com as quais não existe relação alguma. Propondo-se eliminar o limite entre sonho e vigília (este limite que tanto preocupou Descartes na busca de algo seguro que permitisse construir o edifício do conhecimento), eles valorizam o resgate das emoções,<sup>56</sup> o jogo desinteressado e automático do pensamento, as sensações fortes, o estado de alucinação, a ausência da lógica e da ordem discursiva - racional, a beleza compulsiva e o amor louco, o conflito erótico, a exaltação da liberdade de criação fora de qualquer esquema padronizado, o impulso humano, a adoção de uma realidade superior maravilhosa (mas não sobrenatural ou mística), o acesso ao subconsciente. Um particular destaque é dado ao humor negro, que tem como alvo os pilares da tradição: igreja, família, Estado.

Na produção artística, a técnica mais usada é a da montagem. Como exemplos destas características, podemos citar os pintores Dalí e Max Ernst. Num quadro de Dalí (*Sonho Causado Pelo Voo de uma Abelha ao Redor de Uma Romã um Segundo Antes de Acordar*), temos uma mulher nua deitada, tigres que saem da boca de um peixe, uma romã, um elefante suspenso, um rifle apontado sem que ninguém o segure... Ele usou imagens bizarras e oníricas, e na vida privada assumiu posições extravagantes. O seu quadro mais famoso talvez seja a *Persistência da memória*, de 1931, com os relógios derretidos, segundo o seu princípio de “paranoia crítica”.<sup>57</sup>

Uma das características das obras de Ernst<sup>58</sup> são as cores fortes e brilhantes. Em seus quadros (como *L'Ange du Foyer ou Le Triomphe du surréalisme*, de 1937), ele associa imagens de elementos demoníacos e absurdos com outros eróticos e fabulosos.

O movimento recebeu a adesão ou simpatia de intelectuais comprometidos com a causa política da esquerda, que eram críticos dos valores defendidos pela burguesia (inclusive na estética, pela concepção de arte pela arte). Muitos se assumiram como intelectuais “engagés” e tentaram estabelecer uma ligação entre cultura (incluindo aqui a liberdade de criação artística) e a política revolucionária.

---

<sup>56</sup> Nesta atitude e na crítica geral à sociedade, alguns críticos detectam uma ligação com o romantismo do século anterior. Discordamos desta visão, pois o romantismo se apresenta antimoderno, religioso e saudosista de um passado como aquele do *ancien régime*.

<sup>57</sup> Salvador Dalí nasceu em 1904 na Catalunha, e foi para Paris em 1924, entrando no grupo surrealista. Afastou-se do grupo na década de 1940, inclusive por motivos políticos, pois abandonou as ideias de esquerda (até denunciou o cineasta Buñuel para as autoridades dos EUA, onde os dois moravam) e passou a apoiar discretamente o regime do ditador espanhol Franco. Faleceu em 1989.

<sup>58</sup> Nascido em 1891 na Alemanha, fundou em Colônia o grupo dadá em 1919. Emigrado na França, se uniu ao grupo de Breton. Os nazistas incluíram as suas obras na “arte degenerada”. Após um longo período nos EUA, voltou para Paris, onde faleceu em 1976.

Resumindo, nas palavras do comentador Fortini, três elementos caracterizam o surrealismo: um conjunto de ideias sobre a natureza, as possibilidades e o futuro do homem; um método para investigar certas experiências psicológicas; um complexo de comportamentos práticos, morais e políticos.<sup>59</sup> O objetivo geral não seria substituir a realidade, mas unificá-la com o surreal: afinal, um sonho pode ser transcrito somente por quem estiver acordado; a revolta contra a razão deve usar “martelos reais”.

Walter Benjamin, em *O surrealismo: o último instantâneo da inteligência europeia*, observa que não é um simples movimento artístico, e que os seus seguidores desenvolvem um conceito radical de liberdade, e

(...) são os primeiros a liquidar o fossilizado ideal dos moralistas e dos humanistas, porque sabem que a liberdade, que só pode ser adquirida neste mundo com mil sacrifícios, quer ser desfrutada, enquanto dure, em toda a sua plenitude e sem qualquer cálculo pragmático.<sup>60</sup>

No seu entender, o movimento “mobiliza para a revolução as energias da embriaguez”, mas este momento não é suficiente, porque é anárquico, de pura provocação e negação, sem a disciplina comunista que transforma a revolta em revolução social, caracterizando um segundo momento. Para superar tal insuficiência, o grupo passa por uma radicalização política, teorizada por Pierre Naville.<sup>61</sup> Entretanto, para Breton e Benjamin, este segundo momento não elimina (ou melhor, não deveria eliminar) o primeiro, mas o complementa. É o que o filósofo alemão chama de “iluminação profana”, que faz encontrar elementos não percebidos no primeiro momento, aquele em que tudo era automático. Sabemos que no “mundo real” isto não aconteceu.

O comentador Gatti explica o conceito de iluminação profana introduzido por Benjamin:

Durante os primeiros anos, a experiência surrealista se caracteriza por transfigurar a realidade cotidiana com o fascínio do misterioso, do desconhecido, do maravilhoso. Nos momentos de embriaguez artística produzidos pela experiência com a escrita automática,<sup>62</sup> que vence a censura da consciência, e pelas montagens de fragmentos desconexos da realidade, o mundo se revela numa iluminação que dissolve suas contradições entre interior e exterior, entre sonho e vigília, entre individual e coletivo. Como diz Aragon no *Camponês de Paris*, a realidade é a ausência aparente de contradição. O maravilhoso é a contradição que aparece no real. Mas, diferentemente da iluminação religiosa, a iluminação profana não remete a uma ordem transcendente. Ao contrário, a sobre-realidade – a *surrealité* – nasce da

---

<sup>59</sup> Fortini, F. *O movimento surrealista*, p. 10.

<sup>60</sup> Benjamin, W. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*, volume I, p. 32. Este ensaio é de 1929.

<sup>61</sup> Naville (1903-1993) é autor de *La Révolution et les intellectuels*, de 1926. Afastou-se do movimento por volta de 1929, divergindo de Breton por motivos políticos (julgava impossível a integração entre surrealismo e comunismo) e filosóficos (entre outros pontos, defendia o materialismo mecânico dos iluministas, condenado por Marx). Desenvolveu a teoria do “pessimismo revolucionário” em oposição ao otimismo sobre a vitória previsível e certa do comunismo mundial.

<sup>62</sup> Escrita automática é aquela que produz imagens sem intenção, ao acaso. Num segundo momento, são entendidas como parte de uma *surrealité*.

crença de que a realidade mais concreta é formada por essa convivência de opostos. Os objetos oníricos são o domínio da realidade mais concreta, em oposição àquela apontada pelo pensamento lógico ou abstrato. O fantástico, o além, o sonho, a sobrevida, o paraíso, o inferno, a poesia, tantas palavras para significar o concreto.<sup>63</sup>

Contra Naville, Breton insiste que o irracional pode conviver com o racional, sem descartá-lo; o sonho pode ser mantido mesmo na vigília; o maravilhoso pode realizar-se na revolução social, numa espécie de marxismo libertário.<sup>64</sup>

Esta expressão é usada por Michael Lowy, autor de *A estrela da manhã: surrealismo e marxismo*, no qual fala também de “encantamento revolucionário” de Benjamin com Breton, e de “marxismo gótico” comum aos dois: um materialismo histórico sensível à dimensão mágica das culturas do passado. Lowy explica também que a embriaguez surrealista definida por Benjamin é diferente dos êxtases religiosos ou daquela provocada pelas drogas; é materialista e antropológica. Isso evitaria a instrumentalização da arte por parte da política.<sup>65</sup>

Num *Segundo Manifesto* de 1930, escrito também para defender a adesão, sem reservas, do movimento ao comunismo (conforme a evolução intuída por Benjamin, com resultados históricos não propriamente satisfatórios), Breton critica os que buscam transformar o desconhecido em conhecido, e os que acreditam que são possíveis só as coisas que “existem”. Afirma também que “nós combatemos sob todas as formas a indiferença poética, a distração artística, a pesquisa erudita, a especulação pura, e não queremos ter nada em comum com os economizadores de espírito.”

Após a segunda guerra mundial, o movimento surrealista continuou existindo oficialmente, apesar de ter perdido a força da novidade, fato que justificou a tentativa de dissolução proposta por Jean Schuster. A causa foi uma maior aceitação do existencialismo no mundo intelectual francês de esquerda. Filósofos desta tendência (Sartre) ou próximos (Camus) se debruçaram sobre o surrealismo, com avaliação negativa.<sup>66</sup>

Sartre, em *Qu'est-ce que c'est la littérature?*, de 1948, define o surrealismo como uma corrente que, querendo eliminar a distinção entre consciente e inconsciente, acaba destruindo a subjetividade, que consiste em saber que pensamentos e sensações vêm de nós mesmos; e também a objetividade, porque produz objetos imaginários. Na crítica radical à burguesia, os surrealistas

---

<sup>63</sup> Gatti, L. *Walter Benjamin e o Surrealismo: Escrita e Iluminação profana*. In: *Artefilosofia*, Ouro Preto, n. 6, p. 82.

<sup>64</sup> Este modelo uniria anarquismo e comunismo. Uma união impossível, devida à incompatibilidade entre o centralismo controlador do segundo, e o desejo de livre pensamento do primeiro, insoferente ao controle e à subordinação cultural. Isso foi bem demonstrado pelos trágicos fatos durante a guerra civil espanhola. Quase todos os surrealistas acabaram saindo do Partido Comunista na década de 1930, inclusive Breton, Éluard, Aragon e Naville, preferindo a dissidência trotskista ou outras escolhas individuais.

<sup>65</sup> Este objetivo está no *Manifesto para uma arte revolucionária independente*, escrito por Breton com a colaboração de Trotsky, por ocasião do encontro dos dois no México em 1938.

<sup>66</sup> Extraído de Fortini, *O movimento surrealista*, p. 226-234.

tornaram-se os parasitas dela, numa atitude falsamente revolucionária, puramente destrutiva, distante do proletariado. Um fracasso: quando a negação é total, ela não sabe intervir na realidade que se quer destruir.

No *Homme revolté*, de 1951, Camus considera o surrealismo ser um componente do niilismo. Os seus traços são a não-culpabilidade absoluta do homem, que pode cometer qualquer coisa, do crime ao suicídio, seguindo o seu desejo. Para isso, era necessário subverter a sociedade e o uso da razão, fazer uma revolução qualquer, sem objetivo declarado. O paradoxo é ter aderido ao comunismo apesar daquilo que mais detestam nele: o planejamento racional e a ordem. Tentando unir as duas correntes, somente Naville chegou à única conclusão coerente: o pessimismo, que é um traço do niilismo, quando o espírito não consegue fixar-se nem nesta vida, nem no além.

No pós-guerra, uma liderança importante foi Vincent Bounoure, que em *La civilisation surréaliste*, afirma:

Qualquer exteriorização surrealista é, ao longo de meio século de existência, testemunha de oposição, ou pelo menos para retomar a fórmula de Charles Fourier, declaração de afastamento absoluto. A história do Surrealismo é a história deste protesto.<sup>67</sup>

Trata-se da recusa do mundo industrial-capitalista e da sua lógica racional-positivista. Para Lowy, o surrealismo não é eterno, nem historicamente acabado; é atual, porque não é uma simples vanguarda artística destinada a terminar; ele é destinado a inovar.<sup>68</sup> Ele é o que será!

Neste sentido, uma atitude surrealista poderá continuar a ter sentido porque

(...) a despolitização cada vez mais acentuadas das massas, estendida mesmo a um país como a França de tradicional vivacidade política; as formidáveis novas armas do conformismo que a técnica moderna pôs à disposição das burocracias para criar e satisfazer as necessidades culturais da massa, mantêm viva e renovam de decénio em decénio a exigência da revolta permanente.<sup>69</sup>

E talvez o seu grande mérito histórico é ter posto em destaque uma parte do homem injustamente condenada ou esquecida: desejo, eros, sonho, delírio.

Entre outros movimentos que partiram de uma concepção surrealista e tentaram superá-la ou completá-la, gostaríamos de lembrar a chamada Internacional Situacionista (1957-1972) animada

---

<sup>67</sup> Lowy, M. *A estrela da manhã: surrealismo e marxismo*, p. 93.

<sup>68</sup> Lowy, M. *A estrela da manhã: surrealismo e marxismo*, p. 103-104.

<sup>69</sup> Fortini, F. *O movimento surrealista*, p. 55.

por Guy Debord, cineasta e escritor.<sup>70</sup> Ela assume a tarefa de "superar" a arte, abolindo a noção de arte como uma atividade especializada e separada, e transformando-a naquilo que seria parte da construção da vida cotidiana. Para os situacionistas, a arte ou é revolucionária ou não é nada.

Agora, passaremos a comentar brevemente a presença e a influência dos dois movimentos no cinema.

### Cinema dadaísta

O melhor exemplo desta atividade é *Anémic Cinéma*, filme experimental de Duchamp sob o pseudônimo de Rose Sélavy (o seu alter ego feminino), feito em 1926, em colaboração com Man Ray. No filme, não há trama; somente uma série de imagens hipnóticas, concêntricas ou em espiral, discos rotativos em cortes rápidos e abstratos, que evoluem para formas tridimensionais, criando uma falsa ilusão da realidade.

Ao mesmo tempo, aparecem no filme as seguintes frases, também em espiral sobre os discos:

1. Bains de gros thé pour grains de beauté sans trop de Bengué. 2. L'enfant qui tète est un souffleur de chair chaude et n'aime pas le chou-fleur de serre chaude. 3. Si je te donne un sou me donneras tu une paire de ciseaux? 4. On demande des moustiques domestiques (demi-stock) pour la cure d'azote sur la Côte d'Azur. 5. Inceste ou passion de famille, à coups trop tirés. 6. Esquivons les ecchymoses des esquimaux aux mots exquis. 7. Avez vous déjà mis la moëlle de l'épée dans le poêle de l'aimée? 8. Parmi nos articles de quincaillerie paresseuse, nous recommandons le robinet qui s'arrête de couler quand on ne l'écoute pas. 9. L'aspirant habite Javel et moi j'avais l'habite en spirale.<sup>71</sup>

Esta mistura de imagens e palavras é consequência da importância que Duchamp dá à linguagem e à sua função transgressora, marcada pela provocação e pela ironia. A uma palavra ele quer dar um valor semântico arbitrário, que separa o termo do seu conteúdo expressivo, com humor e malícia. Cria trocadilhos que quebram a lógica do discurso, o significado objetivo, por meio de enunciados aparentemente ilógicos e sem sentido. A linguagem perde a referência com o real, em total oposição à filosofia analítica. Assim, a palavra “anémic” não revela somente o caráter fraco da

---

<sup>70</sup> Debord (1931-1994) é autor de *A Sociedade do espetáculo* (1967), obra muito popular durante a revolta estudantil do “Maio francês” de 1968.

<sup>71</sup> Extraído de: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Cinema\\_An%C3%AAmico](http://pt.wikipedia.org/wiki/Cinema_An%C3%AAmico). Tradução: 1. Banho de chá forte, para grãos de beleza, sem muita Bengué (Bengué ou BenGay era um analgésico inventado pelo médico francês Jules Bengué). 2. A criança cuja cabeça é um soprador de cadeiras quente e não ama couve-flor de estufa quente. 3. Se eu te der um centavo, tu me darás um par de tesouras? 4. Exigimos mosquitos domésticos (meia estoque) para cura de azoto, na Côte d'Azur. 5. Incesto ou paixão de família, a golpes fortes. 6. Esquivamo-nos de contusões dos esquimós com requintadas palavras. 7. Você já foi a medula da espada na panela do amado? 8. Entre nossas ferramentas preguiçosas, recomendamos a torneira que para de fluir quando não se ouve. 9. O aspirante vive na água sanitária e eu tive que habitar a espiral.

nova forma artística, mas é um seu anagrama. O que interessa é a subversão dos sentidos e não a comunicação (que poderia ser impossível). O cinema se apresenta útil a este objetivo.<sup>72</sup>

O objetivo de Duchamp é testar as percepções humanas através dessas espirais e frases. Ele nos faz perceber coisas que não perceberíamos normalmente,<sup>73</sup> em sua tentativa de negar a visão da arte como contemplação retinária. A alternância de "disco-figura" e "disco-palavra", com velocidade aumentada, nos deixa intrigados ou encantados com o que (não) significam as imagens e frases que aparecem. E com uma pergunta: qual o sentido de tudo isso? Filosoficamente, podemos dizer que é uma tentativa de mostrar a dificuldade de penetrar na realidade? Mas é possível pensar que a projeção em duas dimensões esconde uma terceira dimensão, que pode tornar-se visível quando os discos rodam. A ilusão de sentido transforma-se na realidade de sentido.

Concluindo, *Anémic Cinéma* contém elementos dadaístas (rejeição das regras lógicas, falta de acontecimentos, desejo de surpreender e talvez de confundir) e surrealistas (desvelamento de uma realidade escondida).

## Cinema surrealista

A valorização da imagem, unida à técnica cubista de colagem, faz do cinema (que usa montagem e corte) um meio eficaz para os surrealistas difundir as suas ideias, como mostrar um sonho através da imagem visual e sonora, ou reproduzir o curso direto do pensamento. A chamada sétima arte, mostrando o sonho e o impossível, podia muito bem escapar das amarras do realismo.

Já foi comentado que os trabalhos pioneiros de Duchamp, Man Ray e René Clair são uma ponte entre dadaísmo e surrealismo. Apesar de que muitos críticos se perguntam se existe uma definição de filme completamente surrealista, temos elementos típicos que justificam esta definição: artifícios narrativos desconcertantes, simbologia freudiana, exploração de desejos reprimidos e uso constante de uma ironia subversiva e humor negro, para confundir e provocar os espectadores. O que vemos na tela, inquestionavelmente algo captado da realidade, não tem um significado conhecido e definitivo. Os objetos e os personagens não são estranhos, dada a nossa experiência com eles, mas a câmera e a montagem criam um significado dialético ou ideológico para aquele objeto ou para aquela situação: no mínimo, dois significados, um metafórico e um formal. É

---

<sup>72</sup> Artigo de Márcia Arbex: *Anémic Cinéma, uma experiência do avesso da linguagem*. A autora destaca a influência de Roussel e Brisset. Infelizmente, a tradução em português faz perder a força dos trocadilhos.

<sup>73</sup> Seria uma surrealidade. Por causa disso, alguns críticos consideram que este filme é uma ponte entre dadaísmo e surrealismo. Nesta mesma linha deve ser considerado o filme de 1924, *Entr'acte*, de René Clair (que depois teve uma bem-sucedida carreira no cinema falado), auxiliado por Francis Picabia: é um conjunto de imagens que não precisam ter uma história com sentido, mas compõem uma espécie de balé visual.

impossível entender o filme como uma “história no tempo”; ele é uma experiência condenada à dúvida, a múltiplas interpretações.

Artaud foi o primeiro surrealista a escrever para o cinema um argumento completo, realizado pela diretora Germaine Dulac<sup>74</sup> em *La coquille et le clergyman*, de 1928. O tema é um amor louco entre uma moça e um padre, dividido entre o desejo ardente e o senso de culpa: é claro o objetivo de chocar a opinião pública e de fazer largo uso do simbólico, pois a concha seria o órgão sexual feminino.

Mas o mais conhecido representante desta fase inicial é Luis Buñuel. Em parceria com Salvador Dalí, ele dirige *Un chien andalou* (1929) e *L'âge d'or* (1930), trabalhos que não têm uma história linear, mas saltos no tempo e dificuldade de definir o que é sonho e o que não é. São trabalhos feitos com poucos recursos, sem compromissos com o convencionalismo e o mercado (que não era tão importante como hoje). O roteiro não deve permitir explicações racionais ou psicológicas.

O primeiro filme inicia com uma cena chocante: uma navalha corta o olho (a janela freudiana da alma, que permite o contato imediato com o mundo) de uma mulher. A mensagem parece clara: o sujeito precisa, mesmo à custa de um grande sofrimento, livrar-se do instrumento que lhe faz ver uma realidade, para poder ver uma “surrealidade” que nunca viu ou não quis ver. Na sequência, um homem, no auge de seus impulsos sexuais, é impedido de realizá-los. Ele se abaixa e agarra duas cordas, e quando ele as puxa, percebe o peso daquilo. Quando ele finalmente consegue puxá-las, vê um piano, um burro morto e dois padres enforcados. Também vemos nas costas do homem reprimido duas tábuas que lembram as dos dez mandamentos. Enfim, o homem impossibilitado de concretizar seus desejos sexuais, seus instintos, carrega nas costas todas as regras e valores da sociedade, todo o mal-estar da civilização, como disse Freud. A oposição entre razão e instinto, entre liberdade e censura, encontra espaço em *Un chien andalou*, ao lado da hipocrisia dos religiosos, como em todas as futuras obras de Buñuel. Para satisfazer seus desejos mais íntimos e incontroláveis, muitas vezes de origem sexual, o homem tem de se livrar das amarras da sociedade para que consiga olhar a realidade com outros olhos.

*L'âge d'or* parece mais provocatório, e o título é sarcástico, porque é mostrado um mundo de crimes e de violência. Um casal passa por um conjunto de privações. O filme foi acusado de blasfêmia por identificar Jesus com uma personagem de Sade.

---

<sup>74</sup> Dulac, talvez a primeira diretora europeia (1882-1942), havia antes realizado cerca de vinte curtas metragens mais convencionais, sendo o mais conhecido *La souriante Madame Beudet*, de 1922.

Na década de 1930, após a ruptura com Dalí, o cineasta espanhol se afasta do movimento, passando por uma segunda fase nos EUA e México, na qual trata de temas sociais (*Nazarin*, *Los Olvidados*, da década de 1950); e por uma terceira fase na sua volta à França.<sup>75</sup> Mas a influência do ideário surrealista continua muito presente na sua obra.

Após a segunda guerra mundial, não podemos falar de cinema puramente surrealista, mas da presença de fortes elementos entre cineastas de tendências mais variadas. Afinal, o sonho, o inconsciente, o pesadelo, as proibições, os amores impossíveis, a falta de lógica nos pensamentos e nas ações, a não distinção entre sonho e vigília, os desejos mais indizíveis, os finais surpreendentes ou inexplicáveis, são partes essenciais da realidade humana, que o cinema sabe explorar muito bem.<sup>76</sup>

### Considerações finais

Dadaísmo e, sobretudo, surrealismo são movimentos bem característicos do clima agitado e até revolucionário que existia na Europa nas primeiras décadas do século XX. Estruturados em movimentos, buscaram dar uma nova interpretação da arte, legando-a a outros aspectos da atividade humana: cultural (literatura, pintura, teatro, cinema) e política, com o objetivo de superar a dicotomia entre arte e vida e apresentar uma nova visão do mundo, que não fosse apenas do “real”. A dificuldade da empresa explica porque, sobretudo os surrealistas, passaram por mudanças e rupturas entre os seus adeptos. Mas é inquestionável a sua importância como momento específico da história da arte e do pensamento humano.

No caso do cinema,<sup>77</sup> a contribuição pode parecer menos importante (talvez porque menos conhecida) do que na pintura e literatura;<sup>78</sup> na realidade, ela é mais indireta, porque é pontual entre cineastas que são considerados clássicos.

---

<sup>75</sup> Na década de 1960/70 temos *Viridiana*, *O anjo exterminador*, *Bela da tarde*, *A via Láctea*, *Tristana*, *O discreto charme da burguesia*, *O fantasma da liberdade*, *Este obscuro objeto do desejo*, nos quais trata, sempre de modo polêmico, da complexidade das relações humanas, dos seus aspectos irracionais e de seus enlaces desconcertantes. Buñuel nasceu em 1900 no Aragão e mudou-se em 1925 para Paris. Faleceu no México em 1983.

<sup>76</sup> Podemos citar Hitchcock (*Quando fala o coração*, com a colaboração de Dalí; *Os pássaros*), Bergman (*O sétimo selo*), Fellini (*Julieta dos espíritos*; *Satyricon*), Cronenberg (*A hora da zona morta*), Lynch (*Veludo azul*), Scorsese (*A ilha do medo*).

<sup>77</sup> No Brasil, somente em 1954 Paulo Emílio Salles Gomes organiza a primeira Mostra do Cinema de São Paulo, na qual são projetados os filmes antes citados de Clair, Man Ray, Dulac, Buñuel. Foi dado espaço a filmes brasileiros pouco conhecidos que apresentam traços surrealistas, como *Limite*, de Mário Peixoto; *Canga bruta*, de Humberto Mauro; e *O canto do mar*, de Alberto Cavalcanti.

<sup>78</sup> No Brasil, vários artistas e intelectuais, pela relação com os surrealistas franceses (inclusive Benjamin Péret, que aqui viveu vários anos), realizaram obras de claros traços surrealistas e criaram grupos, mostras e revistas: na década de 1930 e 1940, o grupo antropofágico, Mário Pedrosa, Patrícia Galvão (a Pagú), Ismael Nery, Maria Martins, Cícero Dias, Flávio de Carvalho; a partir da década de 1950, Murilo Mendes, Claudio Willer, Clarice Lispector, e outros, além de Michael Lowy, que mora na França. Em 1967, o grupo surrealista brasileiro, liderado por Sergio Lima, organizou em São Paulo uma Exposição Internacional do Surrealismo intitulada *A mão mágica e o andrógino primordial*.

### Referências Bibliográficas

- BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Brasília: Brasiliense Editora, 2010.
- DUARTE, C. *Marcel Duchamp: olhando o Grande Vidro como interface*. São Paulo; N. Imagem, 2010.
- FORTINI, F. *O movimento surrealista*. Lisboa: Editorial Presença, 1965.
- LOWY, M. *A estrela da manhã: surrealismo e marxismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- PAZ, O. *Marcel Duchamp, ou o castelo da pureza*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

## ALFABETIZAÇÃO NO MÉTODO SOCIOLINGÜÍSTICO: UMA PROPOSTA PARA O EXERCÍCIO DA CONSCIÊNCIA SOCIAL, SILÁBICA E ALFABÉTICA<sup>79</sup>

*Valéria Batista\**  
*Mônica Bruna Forte\*\**

**Resumo:** O presente trabalho trata do tema da alfabetização numa perspectiva crítica e reflexiva do sujeito, sem desconsiderar a importância de princípios linguísticos básicos da fala, da escrita e da leitura como base para uma alfabetização. Tem como objetivo geral analisar o Método de Paulo Freire associado com as aplicações linguísticas das autoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky. O presente estudo trata de uma pesquisa teórico-bibliográfica. Seus resultados indicam que para atingir esse modelo de alfabetização devemos reinventar o processo de ensino da leitura e da escrita a partir de uma perspectiva social. Nossa defesa é de que o ensino possibilita a inserção do sujeito no seu contexto social e político, na sua realidade e pode promover o despertar para a cidadania, encaminhando-o para a sua transformação social e consciência crítica, além de valorizar o domínio das correspondências entre grafemas e fonemas, para a exercitação da consciência silábica e alfabética.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Método Sociolinguístico, Paulo Freire.

**Abstract:** This work deals with the literacy theme in a critical and reflexive perspective of the subject, without ignoring the importance of basic linguistic principles of speaking, writing and reading as a basis for literacy. It has the general objective to analyze the Paulo Freire method associated with language applications of the authors Emilia Ferreiro and Ana Teberosky. Este study is a theoretical and bibliographical research. The survey results indicate that to achieve the literacy model must reinvent the process of teaching reading and writing from a social perspective. We

---

<sup>79</sup>\* Artigo de Iniciação Científica apresentado ao Programa de Iniciação Científica da Universidade Camilo Castelo Branco, como produto final de pesquisa teórico-bibliográfica sobre o tema abordado.

\* Orientadora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC 2015/2016. Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUCSP, Mestra em Educação, Pós-graduada em Gestão e Organização Escolar, Pedagoga pela Universidade Cidade de São Paulo –UNICID. Coordenadora e professora de Pós-graduação nos cursos de Alfabetização e Letramento e na Educação Infantil e Cultura, professora de graduação nos cursos de Pedagogia e Filosofia no Centro Universitário Assunção-UNIFAI e Coordenadora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I no Colégio São José do Maranhão.

\*\*\* Graduanda do Curso de Pedagogia/SP pela Universidade Camilo Castelo Branco e aluna do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC 2015/2016.

conclude that allows the inclusion of the subject in its social and political context in its reality and can promote the awakening of this subject for citizenship forwarding it to your social transformation and critical awareness, and enhance the field of correspondences between graphemes and phonemes, for the drilling of syllabic and alphabetic awareness.

**Keywords:** Literacy, Sociolinguistic method, Paulo Freire.

## **Introdução**

Os inúmeros debates em torno do tema da alfabetização apontam a grande preocupação das políticas públicas em nosso país desde o final do século XIX. Esse tema também foi palco de acirradas disputas a respeito do melhor método de alfabetização a criança. Na Proclamação da República temos o marco de um momento em que a educação ganha destaque, por conta dos ideais do Estado republicano, que traz a proposta de uma nova ordem política e social e, com isso, a universalização de ensino, a escola obrigatória, leiga e gratuita passando a estender o acesso do ensino da leitura e da escrita para todos trazendo a necessidade de termos profissionais especializados para atuar na educação. Esta, sem dúvida, foi uma revolução dos processos de ensinar na fase inicial para um novo mundo obtendo diferentes formas de relação com a natureza, com a história, ou seja, com novos modos de como pensar e agir. A escola, historicamente, sempre apresentou dificuldades de sanar os problemas de alfabetização decorrentes dos métodos de ensino, do aluno ausente, do professor sem especialização e do sistema escolar com pouca estrutura, e pensar como se dá o processo de alfabetização passa a ter um grau de importância, na medida em que se pretende compreender a história da alfabetização, suas influências e sentidos (MORTATTI, 2006).

Cagliari (1999) afirma que a alfabetização se baseia em três grandes aspectos da linguagem: a fala, a escrita e a leitura e a proposta do Método sociolinguístico; na medida em que se baseia no método de alfabetização de Paulo Freire, contempla todos esses aspectos, pois propõem passos, ‘codificação’ e ‘decodificação’, e busca transformar a consciência ingênua do alfabetizando em consciência crítica.

A questão que se pretende responder aqui: De que maneira o método de Paulo Freire, associado com as aplicações linguísticas da Psicogênese da Língua Escrita de Emília Ferreiro e Ana

Teberosky para o processo de alfabetização, se identificam com o Método Sociolinguístico, que considera a escrita uma análise de consciência social, silábica e alfabética e pode encaminhar o sujeito à transformação social?

Os objetivos específicos desta pesquisa são: conhecer o Método de alfabetização de Paulo Freire e seus princípios; conhecer os pressupostos teóricos que dão embasamento à Psicogênese da Língua Escrita das autoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky; associar as implicações linguísticas da Psicogênese da Língua Escrita com o Método Paulo Freire; identificar em que medida a alfabetização como um processo metacognitivo torna possível outros processos cognitivos e sociais que podem encaminhar o sujeito às transformações sociais a partir do conhecimento.

Este estudo trata de uma pesquisa teórico-bibliográfica, numa perspectiva qualitativa que possibilita a leitura da realidade. Os materiais utilizados foram livros, artigos, pesquisas acadêmicas, tendo como principais autores Paulo Freire, Onaide Schwartz Mendonça e Olympio Correa Mendonça, Ana Maria Saul, Magda Soares, Miriam Lemle, Emilia Ferreiro e Ana Teberosky.

O trabalho é composto por três seções. Na primeira, apresentaremos um estudo das publicações sobre a alfabetização, com ênfase na alfabetização sociolinguística; na segunda, abordaremos o Método Paulo Freire, e na última e terceira seção, a compreensão do método sociolinguístico que encaminha o sujeito a uma consciência silábica, alfabética, mas também social.

### **Produções acadêmicas na alfabetização sociolinguística**

Magda Soares e Francisca Maciel têm se debruçado nos estudos sobre a produção acadêmica no que diz respeito à alfabetização. Ambas se referem ao termo alfabetização como ‘estado do conhecimento. Com início nos anos de 1980 e com foco no período de 1961-1989, Soares e Maciel apresentaram três décadas de produção acadêmica entre teses e dissertações sobre o tema alfabetização. Elas organizam a publicação em quatro tópicos: no primeiro, apresentam um panorama geral da produção de teses e dissertações; no segundo, analisam as produções segundo os temas privilegiados; no terceiro, identificam e confirmam os diferentes pressupostos teóricos em que se fundamentam as dissertações e teses, e no quarto e último tópico, categorizam as dissertações e teses segundo os tipos de pesquisa escolhidos pelos autores para o desenvolvimento da investigação.

Soares & Maciel (2000) evidenciam um aumento significativo de pesquisas por conta do crescimento expressivo do número de Programas de Pós-graduação na década de 80. No período que compreende os anos de 1961-1989, foi um total de 219 produções acadêmicas, sendo que na década dos anos de 1960, tínhamos duas produções, que representam 5% das pesquisas realizadas no período; na década de 1970, ocorre um pequeno aumento, totalizando 37 produções, que representam 17%; e na década de 1980, um total de 177 trabalhos, que representam 81% nas produções das três décadas. As autoras destacam que nas décadas de 1960 e 1970 os estudos e as pesquisas apresentam uma perspectiva positivista e uma análise mais ampla da alfabetização. Já na década de 1980, o crescimento e a diversificação nas produções acadêmicas sobre alfabetização se dão em várias modalidades de pesquisa, exceto a Pesquisa Histórica, fruto de apenas um trabalho realizado na década de 1970; mas as demais modalidades crescem mais de 50% (SOARES; MACIEL, 2000, p. 61).

Para este artigo destacamos, no documento produzido pelas autoras Soares & Maciel (2000), destacamos quatro dissertações na área do mestrado sob perspectiva sociolinguística das seguintes autoras: Guimarães (1979) - “A validade da mensagem nas classes de alfabetização”; Nozaki (1986): “Código e desigualdade: estudo experimental de sociolinguística aplicado à tecnologia educacional”; Balarini (1987) - “Alfabetização: uma interpretação sociolinguística”; e Silva (1987) - “Para repensar a alfabetização: um estudo introdutório”.

Guimarães (1979) verificou as relações entre a linguagem da escola e a de alunos culturalmente diversificados e a existência de diferenças que possam constituir obstáculo à eficácia do desempenho escolar em leitura e escrita. Na dissertação, a autora trabalhou com os pressupostos e conceitos a respeito do processo de comunicação, da teoria do sinal linguístico e do conhecimento já construído sobre as variáveis que interferem no desempenho do usuário do código linguístico. E concluiu que a escola entende a iniciação à escrita como aquisição da mecânica associativa entre sons da língua e grafias; faltam informações suficientes sobre a competência comunicativa das crianças, sobretudo as das camadas populares.

Nozaki (1986) identificou os efeitos de um programa de treinamento de linguagem no desempenho de alunos de 1ª série, socialmente desfavorecidos, e detectou, na aplicação desse programa, elementos diferenciais no uso da linguagem determinados pelo contexto. Os sujeitos da pesquisa foram dois grupos de crianças (grupo experimental e grupo controle) em fase de alfabetização de uma escola municipal do Rio de Janeiro situada em área de favela. Os grupos

foram submetidos a pré e pós-teste. As análises dos resultados indicaram a eficácia do programa e a possibilidade de seu uso na construção de um programa tecnológico curricular para o ensino no pré-escolar, o que implica na necessidade de elaboração de um projeto de treinamento técnico para professores.

Balarini (1987) trabalhou com a distância entre a variedade linguística utilizada pela escola para ensinar a língua escrita e a variedade linguística utilizada pelo aluno, objetivando estudar o processo de alfabetização, do ponto de vista da Sociolinguística. Desenvolvida numa escola estadual de Vitória com alto índice de reprovação, a pesquisa buscou compreender como se relacionavam as características linguísticas do dialeto do aluno com as características linguísticas do material didático usado na alfabetização, sob o ponto de vista sintático, verificando se ocorriam bloqueios na interação criança/texto escrito. A autora concluiu que a escrita infantil não reproduz a fala, mas reflete a cartilha; a escola inibe e desestimula a criança no sentido de que esta se aproprie da escrita para dela fazer outros usos além do escolar; o bloqueio entre a criança e a escrita é resultado do controle da linguagem e de formas de comportamento social; a alfabetização fundamenta-se numa concepção mecanicista de língua; o *continuum* fala/escrita é interrompido pela ação alfabetizadora, e a língua escrita é artificializada; o processo leva a criança ao sentimento de que é desagradável escrever. A autora afirma que o modelo de língua escrita oferecido pela escola tem papel decisivo na produção escrita infantil.

Silva (1987) teve como objetivo analisar como é encarada, na escola, a maneira de falar da criança de camadas populares e suas implicações para a aprendizagem da leitura e da escrita. Também buscou verificar a utilização ou não das experiências da criança pela escola e descrever como ocorre, em sala de aula, o ensino da leitura e da escrita. Constatou, nas professoras, a presença de preconceitos em relação à fala das crianças e as interações linguísticas escolares funcionando como forma de dominação, o que reforça as diferenças sociais; nas crianças, a utilização da linguagem como forma de resistência, de manutenção de sua identificação cultural com o seu meio; nas atividades de ensino-aprendizagem, uma desarticulação entre as experiências de vida das crianças e o conteúdo que a escola lhes impõe, e um ensino da leitura e da escrita restrito a exercícios mecânicos de repetição e cópia. Concluindo, a autora sugere alternativas para o processo de alfabetização na escola.

Soares & Maciel (2000) nos mostram a partir dos resumos dessas pesquisas que a escola deve mudar, principalmente ao acolher os diversos modos linguísticos dos falantes que chegam à escola. Essa realidade de acolhimento se agrava quando o foco são as escolas públicas periféricas.

A proposta do método sociolinguístico baseado na alfabetização de Paulo Freire culmina com uma alfabetização que acolhe as diferenças linguísticas e trabalha a partir delas, valorizando o sujeito nas suas diferentes dimensões. Enquanto cidadão, dentro do seu contexto político e social e a partir da sua realidade, ele pode, assim, despertar para a cidadania plena e para a transformação social.

### **Método de alfabetização de Paulo Freire**

O “Método de Alfabetização” proposto por Paulo Freire é fruto de uma prática que se iniciou nos anos de 1960, no Nordeste brasileiro, com analfabetos rurais que estavam expostos a uma realidade opressora, com muitas limitações sociais e econômicas e diante de muitas necessidades.

Primeiro foi feita uma pequena experiência na casa que o MCP conseguiu arrumar numa periferia de Recife. Foram 5 alfabetizando. Dois saíram, ficaram 3. De lá a equipe realizou as primeiras experiências mais amplas em Angicos e Mossoró, no Rio Grande do Norte, e em João Pessoa, na Paraíba, com o pessoal da CEPLAR. Lavradores do Nordeste foram os primeiros homens a viverem a experiência nova do “círculo de cultura”. Foram os primeiros a serem alfabetizados de dentro para fora, através de seu próprio trabalho (BRANDÃO, 2008, p.18).

Neste momento nascia o Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP), que tinha como objetivo discutir os problemas cotidianos na comunidade de “Poço de Panela”; os três alunos que ficaram aprenderam a ler e a escrever em 30 horas. Num processo em que a proposta é estimular o sujeito a pensar sobre a sua realidade, mas a pensar sobre as normas linguísticas e metodológicas, como a articular sílabas, formando palavras e a composição fonética dessas palavras, o método encaminha o sujeito a ter uma visão de totalidade da linguagem e do mundo.

Brandão (2008) aponta que era tempo da criação dos diversos movimentos. Além do MCP, foram criados os Centros de Cultura Popular do Movimento Estudantil (CPC), do Movimento de Educação de Base da Igreja Católica (MEB), da campanha De Pé no Chão também se Aprende a

Ler, da Prefeitura de Natal, entre tantos outros. De movimentos semelhantes também em tantos outros lugares do Brasil, surge o sentido das palavras educação popular e cultura popular.

A proposta do Método de Paulo Freire é justamente valorizar a cultura popular e oferecer uma educação que encaminhe o sujeito para a autonomia e para a cidadania, saindo de sua condição de submissão social e política.

Um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário — um ato de amor, dá pra pensar sem susto —, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a autoeducação é um diálogo a distância), não pode ser também o resultado do desejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum. “Não há educadores puros”, pensou Paulo Freire. “Nem educandos.” De um lado e do outro do trabalho em que se ensina-e-aprende, há sempre educadores-educandos e educandos-educadores. De lado a lado se ensina. De lado a lado se aprende (BRANDÃO, 2008, p.21).

Freire (1983) estrutura seu método em cinco fases: Levantamento do universo vocabular; Escolha das palavras selecionadas do universo vocabular pesquisado; Criação de situações existenciais; Elaboração de fichas-roteiro; e Elaboração de fichas para a decomposição das famílias fonéticas.

Brandão (2008) destaca: “por acreditar que os materiais prontos, tais como as cartilhas, cartazes e cadernos de exercícios, não faziam parte do mundo vocabular do aluno nem representavam o mundo no qual estava inserido, Paulo Freire pensou num método que fosse construído a partir da sua realidade, por meio do diálogo e do seu saber, portanto um material que retratasse a fala dele”. Esse pensamento é determinante para organizar o primeiro momento do método.

Freire (1983) aponta que na primeira fase a proposta é que o professor trabalhe com o levantamento do universo vocabular dos alunos com quem trabalhará. Essa fase constitui num importante momento de pesquisa e de conhecimento da realidade dos alunos, aproximando educador e educando numa relação mais informal e, portanto, mais carregada de sentimentos e emoções. É extremamente importante a anotação das palavras pronunciadas neste momento e de como falam e pronunciam de forma típica algumas palavras – nada pode ser modificado.

Brandão (2008) chama a atenção para o fato de que mesmo sofrendo algumas mudanças no nome da fase, a proposta nunca foi alterada, ou seja, se manteve firme no propósito de valorizar o universo vocabular das pessoas que fariam a formação.

Esta primeira etapa pedagógica de construção do método foi chamada por Paulo Freire de vários nomes semelhantes: “levantamento do universo vocabular” (em *Educação como Prática da Liberdade*), “descoberta do universo vocabular” (em *Conscientização*), “pesquisa do universo vocabular” (em *Conscientização e Alfabetização*), “investigação do universo temático” (em *Pedagogia do Oprimido*). De livro para livro algumas palavras mudaram, mas sempre permaneceu viva a mesma ideia: a ideia de que há um *universo de fala* da cultura da gente do lugar, que deve ser: investigado, pesquisado, levantado, descoberto (BRANDÃO, 2008, p.22).

Nesta primeira fase sugere-se que não se façam questionários nem roteiros. Este é momento da fala do sujeito. Assim, a ideia é ter apenas um caderno de campo em mãos, olhos e ouvidos bem atentos e se possível um aparelho para gravar o que os participantes dizem a respeito de sua vida, casos acontecidos, sobre o trabalho e os modos de ver e compreender o mundo, enfim tudo que acontece no local que vivem, afirma Brandão (2008), sempre buscando diminuir a distância entre o educador e o educando.

Na segunda fase, trabalha-se a fala do sujeito, com a escolha das palavras geradoras, a seleção dos termos do universo vocabular pesquisado, tendo em vista alguns critérios: a) sua riqueza fonética; b) dificuldades fonéticas, numa sequência gradativa das menores para as maiores dificuldades; c) teor pragmático da palavra, ou seja, na pluralidade de engajamento da palavra numa dada realidade social, cultural, política.

A respeito da cartilha, Brandão (2008) destaca a incongruência entre as palavras da cartilha e os alunos.

Quando o solitário criador de uma cartilha de alfabetização escolhe as palavras-guia para o ensino da leitura, ele lança mão de critérios puramente linguísticos que submete aos pedagógicos. Pode até ser que use critérios afetivos, mas sempre eles serão os seus, pessoais e, para os alunos-alfabetizandos, arbitrários. Por isso, palavras como: Eva, Ivo, ovo, ave, sapato são tão universais quanto vazias. E, na verdade, elas nada precisam dizer nem evocar, porque tradicionalmente *alfabetizar* tem sido considerado como um trabalho mecânico de ensino de uma habilidade necessária, mas neutra. Uma espécie de mágica que vira mania, ato coletivo compulsivo com que se aprende pelo esforço do simples repetir sem refletir (BRANDÃO, 2008, p. 24).

Nesta segunda fase, e de acordo com os critérios, o professor precisa selecionar umas 15 a 25 palavras, lembrando-se de incluir todos os fonemas da Língua Portuguesa, além de incluir as dificuldades de pronúncia e escrita, como *s*, *ss*, *ch*, *x*, *lh*, e outras dificuldades ortográficas. Oferecer sempre na ordem crescente de dificuldade de leitura e de escrita e da lógica de linguagem na explicação progressiva destas dificuldades. O importante é que as palavras tenham sentido explícito

e direto com os sujeitos, que estejam carregadas de carga afetiva e de memória crítica, que sejam sentidas e vividas por quem fala e quer aprender a escrevê-la (Brandão, 2008).

Na terceira fase de criação de situações existenciais, isto é, fase de codificação da descoberta, se continua na escolha dos temas geradores. São situações desafiadoras, codificadas e carregadas dos elementos que serão decodificados pelo grupo com a mediação do educador. São situações locais que, discutidas, abrem perspectivas para a análise de problemas locais, regionais e nacionais.

Cada palavra tem o seu uso semântico próprio. Serve para introduzir os fonemas cuja recombinação, feita pelo exercício coletivo de educador e educandos, alfabetiza. Em ordem crescente de dificuldade, cada palavra ajuda a que estes resolvam, com a contribuição daquele, as questões que aos poucos esclarecem os mistérios do ler e escrever.

Mas cada palavra tem também a sua carga pragmática que, vimos, é uma combinação de teor afetivo com peso crítico. “Trabalho”, “roçado”, “farinha” são palavras carregadas da memória da vida de quem vive no campo, do seu trabalho. Cada palavra esconde muitas falas porque está carregada dos sinais da dor, luta e esperança de quem vive do seu trabalho, passa fome e luta por não perder a pouca terra que lhe resta (Brandão, 2008, p. 26).

Na quarta fase, de elaboração de fichas-roteiro, a proposta é auxiliar os coordenadores de debate no seu trabalho. São fichas que deverão servir como subsídios, mas sem uma prescrição rígida a seguir.

Brandão (2008) afirma que nas experiências pioneiras, no Brasil e no Chile, de Paulo Freire em relação ao Método, o processo de alfabetização não se iniciava com o trabalho de decodificar as palavras geradoras nos círculos de cultura, mas com o pensar juntos a partir de *fichas de cultura*. As fichas, geralmente desenhos feitos em cartazes - trazidos prontos ou construídos pelas pessoas - eram expostas de maneira a provocar os primeiros debates e trocas de ideias sobre o assunto. E juntos passavam a discutir e a introduzir as ideias-base encaminhando-se para as situações existenciais que possibilitassem a apreensão coletiva do conceito de cultura e pudessem conduzir a outros conceitos fundamentais que muitas vezes surgiam e seriam rediscutidos durante todo o trabalho de alfabetização.

Na quinta fase - de elaboração de ficha para a decomposição das famílias fonéticas - destacam-se, na forma de slides ou cartazes, as sílabas dos vocábulos geradores, apresentando a palavra inteira e mais algumas repetições desdobrando os fonemas em pedaços de sílabas. Freire (1983) exemplifica: “Olha aí, gente. Uma casa não tem as suas partes: quarto, cozinha; sala, varanda? Tudo no mundo não tem os seus pedaços? Pois uma palavra também. Tão vendo?”

*Benedito* tem esses pedaços aí, assim: Be - ne . di - to, Be - ne - di - to, Be - ne - di -to.” A proposta é que o professor leia os fonemas em todas as direções possíveis: horizontal, vertical, salteado, ao acaso, e se algum aluno se sentir à vontade para ler também, devemos deixá-lo seguir no seu ritmo e no seu tempo. Se quiserem criar alguma palavra misturando as sílabas, os fonemas, podemos deixar o grupo livre para que isso ocorra, inclusive incentivando-os a criar novas palavras a partir dos fonemas apresentados.

Só assim a alfabetização cobra sentido. É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências. Reflexão sobre a própria alfabetização, que deixa de ser assim algo externo ao homem, para ser dele mesmo. Para sair de dentro de si, em relação com o mundo, como uma criação (FREIRE, 1983).

Nestas fases estão contidos momentos de investigação com o levantamento do universo vocabular do sujeito, um momento de tematização capaz de dar sentido e significado às palavras e temas geradores, buscar o significado social para que ele tome consciência do mundo e um terceiro momento de problematização em que aluno e professor buscam superar uma primeira visão ingênua para uma visão crítica do mundo.

### **Método sociolinguístico: alfabetizar para a consciência social e política**

Mendonça e Mendonça (2006) propõem um método chamado sociolinguístico, em que associam as propostas decorrentes da Psicogênese da Língua escrita, de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, com a inclusão das atividades, respeitando os níveis de escrita, que são pré-silábicos, silábicos e alfabéticos, com a proposta de Paulo Freire. Tal proposta surgiu a partir de relatórios de alunos de graduação a respeito de como ocorria – ou não – a aprendizagem dos alunos no período de alfabetização.

As pesquisas de Mendonça e Mendonça (2006) comprovam que, ao sistematizar o ensino, a alfabetização sociolinguística facilita a elaboração e fixação das hipóteses de escrita pelas quais passam até evoluir para a hipótese alfabética. Sendo assim, este método apresenta a possibilidade de alfabetização a partir da possibilidade de reflexão do aprendiz sobre o seu contexto social, suas experiências escolares e seu cotidiano, ou seja, de um ensino capaz de inseri-lo no mundo.

Outra perspectiva que os autores apontam para o método é que a alfabetização em aproximadamente seis meses permite aos professores trabalharem com as crianças a produção textual, interpretação e leitura, de forma a inseri-los maneira mais eficiente no mundo letrado.

Esses mesmos autores destacam que a eficiência do método se encontra no trabalho específico de ensinar as letras (forma, nome e som) e na combinação das letras para a composição das sílabas e, depois, em como unir sílabas para formar palavras, e também, o que são textos e sua função social, isso porque todo o trabalho é desenvolvido a partir de textos reais e extremamente contextualizado, tendo em vista a manutenção das fases iniciais do Método do Paulo Freire.

Afirmam, ainda, que os professores foram levados a pensar que não havia necessidade de ensinar sistematicamente e nem corrigir os alunos. Essa maneira de lidar com o ensino provém de uma possível interpretação equivocada da Psicogênese da Língua escrita, de Ferreiro e Teberosky. Outra crítica é limitar o ensino à prática de apresentação de textos sem a decodificação, forçando os alunos a uma leitura memorizada (ler para eles, pedir que recontem as histórias, apontem palavras e perguntem "o que eles acham" que está escrito, ignorando a necessidade de sistematização do ensino.

Ferreiro e Teberosky (1986) defendem que a aprendizagem da leitura e da escrita não pode se reduzir a um conjunto de técnicas perceptomotoras, nem à vontade ou à motivação, mas que deveria se tratar de uma aquisição conceitual. Esta aquisição conceitual significa a aquisição de conhecimentos baseada na atividade do sujeito em interação com o objeto do conhecimento e no estudo da criança confrontada com esse objeto cultural que constitui a escrita. Dentre os princípios básicos das autoras estaria a criança não identificar a leitura como decifrado; não identificar escrita como cópia de um modelo externo; e não identificar progressos na conceitualização com avanços no decifrado ou na exatidão da cópia gráfica.

Desta forma, Ferreiro e Teberosky (1986) propõem como trajetória na construção do Sistema de Escrita os seguintes níveis: distinção entre o modo de representação nos níveis icônico e não icônico; construção das formas de diferenciação da escrita, considerado como nível pré-silábico; e a fonetização da escrita, entendido como o nível silábico até o nível alfabético.

Mendonça e Mendonça (2006) propõem para o método sociolinguístico algumas fases da alfabetização: 1ª: codificação da palavra geradora (leitura de mundo); 2ª: decodificação da palavra geradora, que seria uma releitura da realidade expressa, por meio da crítica e discussão, com subsídios de textos escritos sobre o conhecimento universal acumulado. Neste momento, sugerem atividades didáticas do nível pré-silábico, em diferentes suportes de textos (parlendas, música, poesia, rótulos); 3ª: análise e síntese das palavras inteiras e de suas letras iniciais, mediais e finais e

no domínio da associação entre letras e imagens e localização de palavra geradora escrita no texto gerador. Ainda nesta fase, faz-se a apresentação da família silábica e apresenta atividades do nível silábico, com exercícios que explorem sílabas iniciais, mediais e finais na composição de palavras; e uso de dominós silábicos para formar palavras; 4ª: fixação da leitura e da escrita com atividades didáticas do nível alfabético: Leitura e escrita das palavras compostas na síntese das sílabas; ditado de palavras e frases; caça-palavras; palavras cruzadas; transposição oral e escrita do dialeto do aluno para o dialeto padrão; interpretação, produção de frases e textos com significado.

Enfim, apresentamos o método sociolinguístico como uma possibilidade de alfabetizar as crianças de maneira contextualizada, de forma sistematizada com o ensino das letras, sílabas e palavras, para, então, trabalhar interpretação e produção de textos.

### **Considerações finais**

Os resultados da pesquisa indicam que para atingir o modelo sociolinguístico de alfabetização deve-se reinventar o processo de ensino da leitura e da escrita a partir de uma perspectiva social. Só assim, serão possíveis intercâmbios interacionais do sujeito com o seu contexto social e político, sem deixar de trabalhar o específico da língua: a codificação e a decodificação das letras, sílabas, palavras, etc. O método propõe entender a aprendizagem como um construto permeado de valores histórico-sociais capaz de encaminhar o sujeito à apreensão de conceitos e interpretações a partir da própria realidade, influenciando sua percepção e compreensão de mundo, como nos aponta Paulo Freire.

Depreende-se deste trabalho que as teorias linguísticas e psicológicas sozinhas não conseguiriam explicar as condições sociais e ambientais para o aprendizado das habilidades específicas de ler e escrever. O ler e o escrever têm como base o domínio das correspondências entre grafemas e fonemas, para a exercitação da consciência silábica e alfabética, indispensável para a aprendizagem da leitura e da escrita, mas deve ter como proposta levar o sujeito para além de sua realidade. A alfabetização, ao integrar os fundamentos sociológicos a partir da análise discursiva, dos aspectos dialógicos e da interação verbal, o encaminha para uma leitura do mundo, transformando sua consciência ingênua em consciência crítica.

Esta pesquisa quis ampliar o debate sobre a alfabetização e apresentar a possibilidade de um ensino que está para além da simples alfabetização, ou seja, um ensino capaz de promover a inserção do sujeito no seu contexto social e político, na sua realidade, despertando-o para a

cidadania e, conseqüentemente, para sua transformação social. O que se procurou defender aqui, com base nos autores citados, é uma alfabetização conscientizadora, numa perspectiva crítica e reflexiva do sujeito, sem desconsiderar a importância de princípios linguísticos básicos da fala, da escrita e da leitura como base para uma alfabetização de fato.

### **Referências bibliográficas**

BALARINI, M. de M.. *Alfabetização: uma interpretação sociolingüística*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 1987. 278 p.

BRANDÃO, C. R.. *O que é método Paulo Freire*. 29<sup>a</sup>.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetização e Lingüística*. São Paulo: Scipione, 1999.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FREIRE, P.. *Educação como prática da liberdade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GUIMARÃES, M. I. de O. *A validade da mensagem nas classes de alfabetização*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 1979. 321 p.

MENDONÇA, O.S.; MENDONÇA, O.C. *Alfabetização reinventada: o método sociolingüístico – consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire*. Revista ACOALFAP: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 1, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87910106> . Acesso em 15.06.2015.

\_\_\_\_\_. *Alfabetização método sociolingüístico: Consciência social, silábica e alfabética em Paulo Freire*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Tradução de Eloá Jacobina. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *História dos métodos de alfabetização no Brasil*. Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, realizado em Brasília, em 27/04/2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf\\_mortattihisttextalfbbr.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf). Acesso em: 16. junho..2015.

NOZAKI, I.. *Código e desigualdade: estudo experimental de sociolingüística aplicado à tecnologia educacional*. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1986. 292 p.

SILVA, M. de N. da C.. *Para repensar a alfabetização: um estudo introdutório*. Campinas, 1987. 109 p. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

SOARES, M.B. ; MACIEL, F.(orgs.). *Alfabetização*. MEC/Inep. Comped, 2000.

# ENSAIOS

# GETÚLIO VARGAS: AS VELHAS PRÁTICAS DE UM ESTADO NOVO

*Sidnei Ferreira de Vares\**

Neste ano de 2016, completam-se 52 anos do suicídio de Getúlio Vargas. Visto como um político controverso, Vargas tem lugar assegurado entre os grandes nomes da política nacional do século XX. Conhecido como “pai dos pobres”, o estadista nascido na cidade de São Borja, Rio Grande do Sul, foi um dos líderes da Revolução de 1930, ascendendo à presidência da República naquele mesmo ano, e dando início à chamada “Era Vargas”.

Para muitos intérpretes, esse período foi marcado por avanços econômicos e sociais, embora tutelados por práticas autoritárias, das quais, em grande medida, ainda somos herdeiros. De tal modo, é mister perguntar à guisa de provocação: por que Getúlio Vargas se tornou imprescindível para os estudos do Brasil contemporâneo? Em outros termos, por que, ainda hoje, se fala dele?

Vargas foi, indubitavelmente, um homem “acima da média”, em que pesem todos os riscos que tal expressão comporta. De certo, nosso personagem reúne qualidades e defeitos, como qualquer outro ser humano. Mas o fato de ter vivido sempre no limite desses extremos, o torna um personagem “paradoxal” e, por este prisma, talvez o adjetivo “fascinante” não seja de mal empregado.

E o que se pretende demonstrar aqui? Bem, como sugere o título deste ensaio, intentamos salientar as continuidades entre as velhas práticas políticas, inerentes ao período que antecede à Revolução de 1930, no qual vigorou uma forma de “liberalismo oligárquico” assentado na força do coronelismo, e as práticas políticas levadas a cabo por Getúlio no período pós-30.

Com isso, não estamos negando as descontinuidades, sem dúvida presentes. Aliás, o emprego do termo “Revolução de 1930”, que acatamos integralmente, é a notação mais clara disso. Rejeita-se, nesse sentido, a tese defendida por Edgar de Decca e Ítalo Tronca, segundo a qual não houve uma Revolução em 1930. Aproximamo-nos, sim, da interpretação de Caio Prado Júnior, Leôncio Basbaum e Nelson Werneck Sodré, para os quais o evento de 1930 constituiu uma revolução burguesa.

O que estamos defendendo aqui é que, embora a Revolução de 1930 tenha possibilitado profundas transformações no plano político, econômico e social, do ponto de vista dos avanços

---

\* Doutor e mestre em Educação pela USP. Professor dos Cursos de Filosofia, História e Pedagogia do Centro Universitário Assunção - UNIFAI.

democráticos, o que se viu foi a reprodução da truculência tradicional, com um agravante: para além dos instrumentos de dominação usuais, centrados na repressão e na assimetria das relações entre as elites agrárias e as massas rurais, a “Era Vargas”, que se desenvolve em um país mais urbanizado, foi responsável por incrementar novas formas de opressão, baseadas, sobretudo, na aplicação da violência simbólica típicas dos regimes fascistas, tal como ocorreu em parte da Europa nesse mesmo período.

No nosso modo ver, essas duas expressões da violência (física e simbólica), não só deram sustentação ao Estado Novo, como também se arraigaram enquanto prática corrente na política brasileira vindoura. Daí a afirmação inicial de que ainda somos signatários da política empreendida durante o período getulista.

Do ponto de vista das estratégias de dominação classista, vê-se claramente a continuação dos instrumentos de coerção, conquanto, na fase getulista, também seja possível avistar a adição de um ingrediente novo, que conduz a um aprimoramento das engrenagens políticas burguesas, consubstanciado no controle da grande mídia e na difusão da imagem paternalista do “pai da nação”. Nacionalismo, desenvolvimentismo e centralização política convertem-se, assim, em marcas indelévels da Era Vargas.

Vargas foi um homem de muitas qualidades. Primeiramente, dispunha de uma grande capacidade de análise conjuntural, o que, em diversas ocasiões, lhe permitiu antecipar e prever alguns desfechos. Em segundo lugar, tinha a capacidade de promover tensões e divisões entre os seus oponentes, dando sentido à máxima maquiavélica “divides e governarás”. Isto explica porque Getúlio foi durante anos a figura mais proeminente da política brasileira. Sua habilidade em manipular inimigos e aliados evidencia-se em várias ocasiões.

Vejamos algumas delas. Getúlio enfrentou duas revoluções (1930 e 1932), uma como líder, a outra como alvo de grupos dissidentes; protagonizou um governo provisório que, a despeito de qualquer sentido, durou quatro anos (1930-1934); foi eleito indiretamente presidente, em 1934; também esteve à frente de uma ditadura de caráter personalista, o Estado Novo; e, por fim, foi eleito democraticamente em 1950, voltando à presidência da república.

Do que foi posto, pode-se inferir uma terceira capacidade: a versatilidade. Getúlio, como um político camaleão; mudava de cor conforme o ambiente. Basta lembrar que, no imediato pós-30, apoiou-se no “Clube 3 de Outubro”, reduto dos tenentes. Pouco depois, após a promulgação da constituição de 1934, se amparou no movimento integralista. Durante o Estado Novo, seu esteio foram os militares de alta patente. No final do Estado Novo, porém, aproxima-se da classe

trabalhadora, fundando inclusive um partido, o PTB, que lhe deu suporte para vencer as eleições de 1950.

\*\*\*\*\*

Antes de iniciarmos nossa análise sobre a Era Vargas, cumpre fazer alguns esclarecimentos. Começamos pelo título do ensaio, “Getúlio: as velhas práticas de um Estado Novo”, que pode erroneamente sugerir que nos restringiremos a analisar o período compreendido entre 1937 e 1945.

Contudo, nosso escopo analítico é bem mais largo, pois atenta-se para os 24 anos em que Getúlio Vargas esteve direta ou indiretamente no poder. Desta feita, consideramos que, enquanto projeto político, o Estado Novo teve início muito antes de 1937.

No nosso entendimento, desde sua chegada ao poder como líder da revolução de 1930, Vargas tinha a intenção de se perpetuar. Partilhava, portanto, da posição dos tenentes que o cercavam, segundo a qual a continuidade do regime liberal anterior proporcionaria o retorno do modelo coronelista, contra o qual haviam se insurgido os revolucionários.

Isto explica porque o Governo Provisório se estendeu tanto, só terminando devido aos efeitos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932, que praticamente encurralou Getúlio, obrigado pela força das circunstâncias a marcar a data para a Assembleia Constituinte (maio de 1933).

Aliás, o levante em São Paulo foi um dos poucos erros estratégicos cometidos por Getúlio, que ao invés de indicar um paulista como interventor deste Estado, a contento do Partido Democrático – que o apoiara durante a Revolução de 1930 –, nomeou o tenente pernambucano João Alberto. Isso acabou por gerar um grande descontentamento entre os paulistas, o que resultou, inclusive, na coalizão do Partido Democrático com o Partido Republicano Paulista, inimigos históricos que se unem contra Getúlio.

Contudo, a maior prova de que o Estado Novo constituiu um projeto de longa data é o fato de que, um dia depois de instituído, em 1937, uma nova constituição elaborada pelo jurista Francisco Campos apareceu como que por milagre. Ora, seria ingênuo acreditar que “Chico ciência”, como Campos era chamado, tenha elaborado sozinho, durante uma noite de insônia, a nova constituição – jocosamente chamada de “Polaca”. É bem provável que esta já estivesse pronta, o que reforça a tese de que Getúlio planejava se perpetuar no poder.

O brasilianista Thomaz Skidmore parece ter razão ao afirmar que ao longo dos anos 30 Vargas conseguiu produzir um sentimento de descrença em relação às práticas democráticas, preparando a opinião pública para a instauração do Estado Novo. Não por acaso, não se presenciou qualquer tipo de resistência ao golpe de 1937. Em outros termos, parece que a sociedade, naquele instante reduzida à participação política das elites e das classes médias urbanas, pagou para ver o que aconteceria.

\*\*\*\*\*

Agora sim, podemos iniciar uma reflexão mais aprofundada a respeito da tese anteriormente anunciada, a saber, de que existe uma continuidade básica entre a política dos governadores iniciada pelo governo do presidente Campos Salles e as práticas políticas inerentes ao Estado Novo, pois, em ambos os casos, presenciamos: (a) o aparelhamento do Estado, transformado em espaço dos interesses da burguesia nacional; (b) a reprodução de práticas truculentas com vistas à manutenção da ordem social; e (c) a implementação de políticas reformistas, impedindo a organização de uma frente popular.

Porém, no caso específico do período getulista, percebe-se um novo elemento, tão ou mais perverso do que aqueles consoantes às antigas formas de dominação. Trata-se, pois, da criação de uma máquina repressiva e vigilante que, ampliada em sua potencialidade, impõe-se, agora, sob um prisma ideológico.

Destarte, o Estado getulista adquire a forma mais bem acabada do Estado burguês tal como propugnado pelo autor marxista Louis Althusser: de um lado, os meios de repressão, simbolizados pela polícia, exército, sistema jurídico e prisional e, de outro, os meios ideológicos, responsáveis pela difusão dos valores e da visão de mundo tipicamente burgueses.

Conforme denunciaram Adorno e Horkheimer em sua “Dialética do Esclarecimento”, a racionalidade moderna, entendida como instrumento de dominação – forjado na remota separação entre essência e aparência – revela o seu caráter mais pernicioso, cujo cume identifica-se com o surgimento dos regimes políticos totalitários na primeira metade do século XX.

Nesse sentido, a máquina política do Estado Novo, expressa a “melhor” das intenções da burguesia brasileira: a construção imagética de um patrono – Getúlio Vargas – e a anulação das massas seja pela brutalidade ou pelo convencimento.

Ora, no que concerne ao Estado Novo, facilmente observam-se os atributos dessa engrenagem política montada por Getúlio. Instaurado mediante a ameaça do “espectro comunista”, e materializado pelo General Olímpio Mourão Filho que, com seus dotes ficcionais, produziu uma das maiores farsas da história republicana – o Plano Cohen –, o Estado Novo não só significou uma resposta à articulação do PCB junto às massas, mas, igualmente, a consolidação do projeto de poder da burguesia.

Para tanto, desde o início, Getúlio se esforçou em montar uma estrutura política independente do apoio de qualquer grupo social ou político específico. Órgãos político-administrativos como DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) são a demonstração disto. Soma-se a este, os órgãos repressivos como o DEOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e órgãos propagandísticos, como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Ademais, podemos ainda mencionar o SNI (Serviço Nacional de Informação).

Esses órgãos contribuíram enormemente para a manutenção do projeto getulista. Alguns deles, inclusive, foram reaproveitados, com pequenas alterações, pela ditadura civil-militar instaurada em 1964. Grosso modo, pode-se afirmar que o conjunto dessas instituições emoldurou o Estado Getulista, atuando em três grandes frentes: violência, vigilância e persuasão.

A primeira delas, certamente, foi empregada com maior rigor aos opositores políticos, indo desde prisões até a tortura e assassinatos. O número de condenações políticas, de torturados e mesmo de mortos durante o Estado Novo foi bastante significativo. A segunda, por sua vez, pode ser facilmente identificada através dos arquivos do regime, hoje disponíveis, e que contêm um grande número de pessoas fichadas pelos órgãos de vigilância, em sua maioria militantes políticos, intelectuais e críticos do governo. A terceira e última dessas frentes fica por conta da propaganda e do controle da mídia. Getúlio, como poucos, soube manipular os símbolos nacionais, atrelando-os à ideia de que o país tinha um pai zeloso e protetor: ele próprio. Os mecanismos que lhe permitiram essa propagação foram variados: rádio, jornais, sistema de ensino e até mesmo as artes como o cinema, o teatro e a música. Vê-se claramente o sentido demagógico do governo getulista.

Não por acaso Getúlio concedeu algumas “benesses” à classe trabalhadora. Não por benevolência, mas, indubitavelmente, por uma questão estratégica. A partir de 1943, quando o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial, marcando sua posição a favor dos “aliados”, Getúlio pressente que seu governo estava com os dias contados. Uma nova base política, portanto, precisava ser construída. Ao lado de seu Ministro do Trabalho Marcondes Filho, Getúlio trabalhou no sentido de cooptar a classe trabalhadora, lançando um conjunto de leis trabalhistas (CLT) e alçando,

definitivamente, seu nome na história como o “pai dos pobres”. Sua estratégia, imbuída de um tom populista, mostrou-se certa, pois não só conseguiu eleger o General Dutra em 1946, como, também, elegeu-se senador por dois Estados (São Paulo e Rio Grande do Sul). Com todo este prestígio, Getúlio ainda teve tempo para conquistar a presidência do Brasil, em 1950, pelo voto popular.

De tudo que expusemos, alguns pontos merecem ser salientados. Primeiro, a Era Vargas representou uma mudança política, visto que o “liberalismo oligárquico” da República Velha cedeu lugar, após 1930, a uma conjuntura política cada vez mais autoritária e centralizadora. Também do ponto de vista econômico e social é possível avistar transformações. A industrialização e a urbanização, respectivamente, são provas cabais disto.

Entretanto, uma visão mais oblíqua dos processos políticos aponta para a manutenção das formas de dominação usuais. A violência continuou a ser empregada abertamente contra as massas, mas, a partir do Estado Novo, é possível observar um refinamento quanto aos instrumentos de dominação, que, grosso modo, acompanharam o desenvolvimento histórico dos meios de comunicação de massas. Mais eficazes do que os instrumentos de repressão tradicionais, estes instrumentos de difusão ideológica ajudaram a gerar um sentimento positivo em torno de uma tutelação política, amputando qualquer iniciativa acerca da mobilização popular e da autonomia política.

Com certo atraso, é bem verdade, a burguesia brasileira adentra os anos de 1930 e 1940 alinhando-se definitivamente à conjuntura capitalista mundial. Segundo a famosa asserção de Karl Marx, “a classe que detém os meios de produção detém, igualmente, os meios de difusão intelectual e a produção dos valores”. No caso brasileiro, a burguesia, detentora dos meios produtivos e dos meios repressivos, refina este segundo, desenvolvendo, durante o período getulista, os meios de difusão intelectual. Assim sendo, o ciclo de dominação burguesa, enfim, se completa.

# TRADUÇÕES

## NOMES PRÓPRIOS

John Searle\*

Jean Rodrigues Siqueira\*

Nomes próprios têm sentido? Frege<sup>80</sup> argumenta que devem ter, pois, de outro modo, o que mais as declarações [*statements*]<sup>81</sup> de identidade poderiam ser, ele se pergunta, se não declarações trivialmente analíticas? Como poderia, ele pergunta, uma declaração da forma  $a=b$ , se verdadeira, diferir em valor cognitivo de  $a=a$ ? Sua resposta é que, embora “a” e “b” tenham o mesmo referente, elas têm ou podem ter *sentidos* diferentes, caso em que a declaração é verdadeira, mas não analiticamente verdadeira. Mas essa solução parece mais apropriada quando “a” e “b” são descrições definidas não sinônimas, ou quando uma é uma descrição definida e a outra um nome próprio, do que quando ambas são nomes próprios. Considere, por exemplo, declarações feitas com as sentenças a seguir:

(a) “Túlio=Túlio” é analítica.

Mas,

(b) “Túlio=Cícero” é sintética?

Se sim, então cada nome deve ter um sentido diferente, o que à primeira vista parece mais implausível, pois ordinariamente nós não pensamos que os nomes próprios têm sentido da mesma maneira que os predicados; por exemplo, nós não damos definições dos nomes. Mas é claro que (b) nos dá informação não transmitida por (a). Mas essa informação diz respeito às palavras? A declaração não é a respeito de palavras.

Por ora, vamos considerar a concepção de que (b), assim como (a), é analítica. Uma declaração é analítica se e somente se ela é verdadeira apenas em virtude das regras linguísticas, sem qualquer recurso à investigação empírica. As regras linguísticas para usar o nome “Cícero” e as regras linguísticas para usar o nome “Túlio” são tais que ambos os nomes referem o mesmo objeto idêntico sem descrevê-lo; assim, parece que a verdade da identidade pode ser estabelecida unicamente mediante recurso a essas regras e que, então, a declaração é analítica. O sentido em que

· Texto originalmente publicado em 1958 no periódico *Mind, New Series*, vol. 67, número 266, pp. 166-173.

\* John Searle (1932-) é um filósofo estadunidense, nascido em Denver, Colorado. Atualmente é professor da Universidade de Berkeley, na Califórnia.

\*\* Doutorando em Filosofia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Filosofia pela PUC-SP. Professor do Curso de Filosofia do Centro Universitário Assunção – UNIFAI.

<sup>80</sup> *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, editado por Geach e Black, pp. 56s. [N.do A.]

<sup>81</sup> Alguns termos do original em inglês, cuja versão para o português feita aqui poderia divergir de opções linguísticas comumente presentes em outras traduções de textos sobre o tema, aparecerão, em sua primeira ocorrência, indicados em caracteres itálicos e entre colchetes no corpo desta tradução.

a declaração é informativa é o sentido em que qualquer declaração analítica é informativa; ela ilustra ou exemplifica certos fatos contingentes acerca das palavras, embora, é claro, ela não descreva esses fatos. Segundo essa explicação, a diferença acima entre (a) e (b) não é tão grande quanto poderia parecer inicialmente. Ambas são analiticamente verdadeiras, e ambas ilustram fatos contingentes acerca do nosso uso de símbolos. Alguns filósofos afirmam que (a) é fundamentalmente diferente de (b) na medida em que a declaração fazendo uso dessa forma será verdadeira para qualquer substituição arbitrária dos símbolos que tomar o lugar de “Túlio”<sup>82</sup>. Isso, eu gostaria de argumentar, não é o caso. O fato de que as mesmas marcas refiram o mesmo objeto em duas ocasiões diferentes de seu uso é algo conveniente, mas contingente, e, de fato, podemos facilmente imaginar situações onde esse não seria o caso. Suponha, por exemplo, que temos uma linguagem onde as regras para usar símbolos não estão correlacionadas apenas a uma palavra-tipo [*type-word*], mas com a ordem de aparição de suas ocorrências [*token*] no discurso. Alguns códigos são dessa maneira. Suponha que a primeira vez que um objeto é referido em nosso discurso seja por meio de “x”, a segunda, por meio de “y”, etc. Para qualquer um que conheça esse código, “x=y” é trivialmente analítica, mas “x=x” não tem sentido. Esse exemplo ilustra a similaridade entre (a) e (b) acima; ambas são analíticas e ambas nos dão informação, embora cada uma nos dê informação diferente acerca do uso das palavras. A verdade das declarações Túlio=Túlio e Túlio=Cícero decorre das regras linguísticas. Mas o fato de que as palavras “Túlio=Túlio” sejam usadas para expressar essa identidade é um fato tão contingente, embora mais universalmente convencional, quanto o fato de que as palavras “Túlio=Cícero” são usadas para expressar a identidade do mesmo objeto.

Essa análise permite-nos ver de que maneira tanto (a) como (b) poderiam ser usadas para constituir declarações analíticas e como poderíamos, em tais circunstâncias, adquirir informações diferentes acerca delas, sem nos forçar a seguir alguma das soluções propostas por Frege, isto é, a de que as duas proposições são, em algum sentido, acerca de palavras (*Begriffsschrift*), ou sua visão revisada de que os termos têm o mesmo referente, mas sentidos diferentes (*SinnundBedeutung*). Mas, embora essa análise nos permita ver de que maneira uma sentença como (b) *poderia* ser usada para fazer uma declaração analítica, não se segue que ela não poderia também ser usada para fazer uma declaração sintética. E, de fato, algumas declarações de identidade usando dois nomes próprios são claramente sintéticas; pessoas que argumentam que Shakespeare era Bacon não estão propondo uma tese acerca da linguagem. No que segue, espero examinar a conexão entre os nomes próprios e

---

<sup>82</sup>W. V. Quine, *From a Logical Point of View*, especialmente o cap. 2.[N.do A.]

seus referentes, de maneira a mostrar como ambos os tipos de declarações de identidade são possíveis e, assim, mostrar em que sentido um nome próprio tem sentido.

Até agora estive considerando a concepção de que as regras que governam o uso dos nomes próprios são tais que eles são usados para referir e não para descrever um objeto particular, que eles têm referência, mas não têm sentido. Mas agora vamos nos perguntar de que maneira nos tornamos capazes de referir um objeto particular usando seu nome. Como, por exemplo, aprendemos e ensinamos o uso dos nomes próprios? Isso parece bastante simples – nós identificamos o objeto e, assumindo que nosso estudante compreende as convenções gerais governando os nomes próprios, explicamos que essa palavra é o nome do objeto. Mas a menos que nosso estudante já conheça outro nome próprio do objeto, nós podemos apenas *identificar* o objeto (a necessidade preliminar para ensinar o nome) por ostensão ou descrição; e, em ambos os casos, identificamos o objeto em virtude de algumas de suas características. Assim, parece agora que as regras para os nomes próprios devem estar, de algum modo, logicamente ligadas às características particulares dos objetos, de tal maneira que o nome tenha um sentido tanto quanto uma referência; na verdade, parece que ele não poderia ter uma referência a menos que tivesse um sentido, pois como estaria correlacionado ao objeto a menos que fosse desse modo?

Suponha que alguém respondesse assim a esse argumento: “As características encontradas no ensino do nome não são as regras para usar o nome; elas são apenas recursos pedagógicos empregados no ensino do nome a alguém que não sabe como usá-lo. Tão logo nosso estudante tenha identificado o objeto ao qual o nome se aplica, ele pode esquecer ou ignorar essas várias descrições por meio das quais identificou o objeto, pois elas não são parte do sentido do nome; o nome não tem um *sentido*. Suponha, por exemplo, que ensinemos o nome ‘Aristóteles’ explicando que ele se refere ao filósofo grego nascido em Estagira, e suponha que nosso estudante continue a usar o nome corretamente, que ele reúna mais informação sobre Aristóteles, e por aí vai. Vamos supor que mais tarde se descubra Aristóteles não nasceu em Estagira, mas em Tebas. Ora, não diremos agora que o significado do nome mudou, ou que Aristóteles na verdade sequer existiu. Em suma, explicar o uso do nome ‘Aristóteles’ citando características do objeto não é dar as regras para o uso do nome, pois regras não contêm qualquer conteúdo descritivo. Elas simplesmente correlacionam o nome ao objeto independentemente de quaisquer descrições acerca dele”.

Mas esse argumento é convincente? Suponha que a maioria ou todo nosso conhecimento atual de fato sobre Aristóteles seja provado como não sendo verdadeiro acerca de ninguém, ou verdadeiro a respeito de pessoas vivendo em países distintos ou em diferentes países. Não diríamos,

por essa razão, que Aristóteles nem existiu, e que o nome, embora tenha um sentido convencional, não refere ninguém? Pela explicação acima, se alguém dissesse que Aristóteles não existiu, isso seria apenas outra maneira de dizer que “Aristóteles” não denotava nenhum objeto, nada mais; mas se alguém dissesse que Aristóteles não existiu, poderia querer significar muito mais do que simplesmente que o nome não denotava ninguém<sup>83</sup>. Se, por exemplo, nós desafiássemos sua declaração apontando um homem chamado “Aristóteles” que viveu em Hoboken em 1903, ele não consideraria isso como uma contestação relevante. Nós dizemos que Cerberus e Zeus não existiram, sem querer dizer com isso que nenhum objeto jamais teve esses nomes, mas apenas que certas espécies (descrições) de objetos nunca existiram, mas tiveram esses nomes. Assim, parece agora que os nomes próprios necessariamente têm um sentido, mas têm uma referência apenas contingentemente. Eles começam a parecer cada vez mais como abreviações e, talvez, descrições vagas.

Vamos resumir as duas concepções conflitantes sob consideração: a primeira afirma que os nomes próprios têm essencialmente uma referência, mas não um sentido – nomes próprios denotam, mas não conotam; a segunda afirma que eles têm essencialmente um sentido e apenas contingentemente uma referência – referem apenas sob a condição de que um, e apenas um, objeto satisfaça seu sentido.

Essas duas concepções são caminhos que conduzem a sistemas metafísicos respeitáveis e divergentes. A primeira conduz a objetos últimos da referência, às substâncias dos escolásticos e aos *Gegenstände* do *Tractatus*. A segunda conduz à identidade dos indiscerníveis, às variáveis de quantificação como os únicos termos referenciais da linguagem. A estrutura sujeito-predicado da linguagem sugere que a primeira deve estar certa, mas a maneira como usamos e ensinamos o uso dos nomes próprios sugere que ela não pode estar certa: um problema filosófico.

Vamos começar examinando a segunda. Se o que se afirma é que todo nome próprio tem um sentido, tem de ser legítimo perguntar, acerca de qualquer nome, “Qual é seu sentido?”. Se o que se afirma é que o nome próprio é uma espécie de descrição abreviada, então deveríamos ser capazes de apresentar a descrição no lugar do nome próprio. Mas como faríamos isso? Se tentarmos apresentar como sentido de um nome próprio uma descrição completa do objeto, consequências estranhas parecem se seguir, por exemplo, que qualquer declaração verdadeira acerca do objeto usando o nome como sujeito seria analítica, e as falsas seriam contraditórias; que o significado do nome (e talvez a identidade do objeto) mudaria toda vez que ocorresse qualquer mudança no objeto; que o

---

<sup>83</sup> Cf. Wittgenstein, *Philosophical Investigations*, parágrafo 79.[N.do A.]

nome teria significados diferentes para pessoas diferentes, etc. Assim, suponha que perguntemos quais são as condições necessárias e suficientes para a aplicação de um nome particular a um objeto particular. Suponha, para fins de argumentação, que tenhamos maneiras independentes de situar esse objeto; quais seriam as condições para, por exemplo, dizermos “Este é Aristóteles”? À primeira vista, essas condições parecem simplesmente ser a de que o objeto deve ser idêntico ao objeto originalmente batizado por esse nome e, então, o sentido do nome consistiria em uma declaração ou conjunto de declarações afirmando as características que constituiriam sua identidade. O sentido de “Este é Aristóteles” poderia ser “Este objeto é espaço-temporalmente contínuo com um objeto originalmente nomeado ‘Aristóteles’”. Mas isso não bastaria, pois, conforme já foi sugerido, a força de “Aristóteles” é maior do que a força de “idêntico ao objeto nomeado ‘Aristóteles’”, pois não seria qualquer objeto nomeado “Aristóteles” que serviria. “Aristóteles” aqui refere um objeto particular nomeado “Aristóteles” e não qualquer um. “Nomeado ‘Aristóteles’” é um termo universal, mas “Aristóteles” é um nome próprio, assim “Este é nomeado Aristóteles” é, no melhor dos casos, condição necessária, mas não suficiente, para a verdade de “Este é Aristóteles”. De maneira breve e trivial, não é sua identidade com qualquer objeto nomeado “Aristóteles”, mas antes sua identidade com Aristóteles o que constitui as condições necessárias e suficientes para a verdade de “Este é Aristóteles”.

Talvez possamos resolver o conflito entre as duas visões da natureza dos nomes próprios perguntando qual é a função única dos nomes próprios em nossa linguagem. Para começar, na maior parte das vezes eles referem ou se propõem a referir objetos particulares; mas é claro que outras expressões, descrições definidas e demonstrativos também desempenham essa função. Qual é, então, a diferença entre os nomes próprios e as outras expressões singulares que referem? Diferentemente dos demonstrativos, um nome próprio refere sem pressupor qualquer cenário ou quaisquer condições contextuais especiais acerca da enunciação [*utterance*] da expressão. Diferentemente das descrições definidas, em geral eles não *especificam* qualquer característica dos objetos que referem. “Scott” refere o mesmo objeto que “o autor de Waverley”, mas “Scott” não especifica nenhuma de suas características, ao passo que “o autor de Waverley” refere somente em virtude do fato de especificar uma característica. Examinemos essa diferença de maneira mais próxima. Seguindo Strawson<sup>84</sup>, podemos dizer que os usos tanto dos nomes próprios como das descrições definidas para referir pressupõem a existência de um, e apenas um, objeto referido. Mas na medida em que, em geral, o nome próprio não especifica quaisquer características do objeto

---

<sup>84</sup> “On Referring”, *Mind*, 1950.[N.do A.]

referido, como então ele faz a referência? De que maneira a conexão entre um nome e o objeto é estabelecida? A esta, que parece ser a questão crucial, eu quero responder dizendo que embora os nomes próprios normalmente não afirmem ou especifiquem quaisquer características, seus usos para referir, não obstante, pressupõem que o objeto que eles se propõem a referir possui certas características. Mas quais? Suponha que solicitemos àqueles que usam o nome “Aristóteles” que declarem o que consideram ser certos fatos essenciais e estabelecidos acerca dele. Suas respostas serão um conjunto de declarações descritivas que referem uma única coisa. Agora, o que estou argumentando é que a força descritiva de “este é Aristóteles” é afirmar que um número suficiente, mas não especificado desses enunciados é verdadeiro acerca desse objeto. Portanto, os usos de “Aristóteles” pressupõem a existência de um objeto acerca do qual um número suficiente, mas não especificado dessas declarações é verdadeiro. Usar um nome próprio para referir é pressupor a verdade de certas declarações descritivas que referem algo único, mas sem normalmente afirmar essas declarações ou mesmo indicar quais exatamente estão pressupostas. E aqui reside a maioria das dificuldades. A questão acerca do que constitui os critérios para “Aristóteles” geralmente é deixada em aberto, na verdade, ela de fato raramente aparece, e quando isso acontece, somos nós, os que usam o nome, que decidimos, de maneira mais ou menos arbitrária, quais serão esses critérios. Se, por exemplo, das características de Aristóteles assentadas como verdadeiras, metade delas fossem descobertas como sendo verdadeiras de um homem e metade de outro, qual deles diríamos que era Aristóteles? Nenhum? Não teríamos como decidir a questão com antecedência.

Mas essa imprecisão a respeito de que características exatamente constituem as condições necessárias e suficientes para a aplicação de um nome próprio é um mero acidente, um produto de um desmazelo linguístico? Ou será que ela deriva das funções que os nomes próprios desempenham para nós? Perguntar pelos critérios para a aplicação do nome “Aristóteles” é perguntar no modo formal o que Aristóteles é; é perguntar por um conjunto de critérios de identidade para o objeto Aristóteles. “O que é Aristóteles?” e “Quais são os critérios para aplicar o nome Aristóteles?” perguntam a mesma questão, a primeira no modo material e a última no modo formal do discurso. Assim, se ao usar o nome concordássemos com antecedência acerca de precisamente quais características constituem a identidade de Aristóteles, nossas regras para usar o nome seriam precisas. Mas essa precisão seria atingida somente ao preço de implicar alguns predicados específicos para qualquer uso referencial do nome. Na verdade, o próprio nome se tornaria supérfluo, pois ele se tornaria logicamente equivalente a esse conjunto de descrições. Mas se esse fosse o caso, nós estaríamos em posição de ser capazes de referir um objeto somente ao descrevê-lo.

E, de fato, isso é exatamente o que a instituição dos nomes próprios nos permite evitar e o que distingue os nomes próprios das descrições. Se o critério para os nomes próprios fosse bastante rígido em todos os casos, então um nome próprio nada mais seria do que uma abreviação para esses critérios, um nome próprio funcionaria exatamente como uma descrição definida elaborada. Mas a peculiaridade e imensa conveniência pragmática dos nomes próprios em nossa linguagem residem precisamente no fato de que eles nos possibilitam referir publicamente a objetos sem sermos forçados a levantar questões a respeito de exatamente que características descritivas constituem sua identidade. Eles funcionam não como descrições, mas como cabides nos quais penduramos as descrições. Assim, a frouxidão dos critérios para os nomes próprios é uma condição necessária para separar na linguagem a função de referir da função de descrever.

Para colocar o mesmo ponto de maneira diferente, suponha que perguntemos: “Afinal, por que temos nomes próprios?” Para referir indivíduos, obviamente. “Sim, mas as descrições poderiam fazer isso para nós”. Mas apenas ao preço de ter que especificar condições de identidade toda vez que a referência é feita. Suponha que concordemos em abandonar “Aristóteles” e usar, digamos, “o professor de Alexandre”, então é uma verdade necessária que o homem referido é o professor de Alexandre – mas é um fato contingente o de que Aristóteles tenha vindo a se dedicar ao ensino (embora eu esteja sugerindo que é um fato necessário que Aristóteles tenha a soma lógica, uma disjunção inclusiva, de propriedades comumente atribuídas a ele: qualquer indivíduo que não tivesse pelo menos algumas dessas propriedades não poderia ser Aristóteles).

É claro que não se deveria pensar que o único tipo de frouxidão dos critérios de identidade para indivíduos é esse que tenho descrito como peculiar aos nomes próprios. Usos das descrições definidas para referir podem levantar problemas de diversos tipos a respeito da identidade. Isso é especialmente verdadeiro de descrições definidas no pretérito. “Esse é o homem que ensinou Alexandre” pode, por exemplo, ser tomada como implicando que esse tipo de objeto é espaço-temporalmente contínuo com o homem ensinando Alexandre em outro ponto do espaço-tempo; mas alguém também poderia argumentar que a continuidade espaço-temporal desse homem é uma característica contingente e não um critério de identidade. E a natureza lógica da conexão de tais características com a identidade do homem pode novamente ser frouxa e, de antemão, de disputa indecível. Mas essa é justamente outra dimensão da frouxidão diferente da que citei como frouxidão dos critérios para aplicar nomes próprios, e ela não afeta a distinção em pauta entre as descrições definidas e os nomes próprios, a saber, de que as descrições definidas referem somente em virtude do fato de que os critérios não são frouxos nesse sentido, pois elas referem quando nos

dizem o que o objeto é. Mas nomes próprios referem sem sequer levantar a questão a respeito do que o objeto é.

Estamos agora em posição de explicar como é que “Aristóteles” tem uma referência mas não descreve, e, contudo, a declaração “Aristóteles nunca existiu” diz mais do que dizer que “Aristóteles” nunca foi utilizado para referir qualquer objeto. A declaração afirma que um número suficiente de pressuposições convencionais, declarações descritivas, de usos de “Aristóteles” para referir, é falso. Precisamente qual declaração afirmada é falsa ainda não é claro, pois quais condições precisamente constituem o critério para aplicar “Aristóteles” não foram estabelecidas de antemão pela linguagem.

Podemos agora resolver nosso paradoxo: nomes próprios têm sentido? Se a pergunta quer saber se nomes próprios são usados para descrever ou especificar características de objetos que eles referem, a resposta é “não”. Mas se ela quer saber se nomes próprios estão logicamente conectados a características do objeto que referem, a resposta é “sim, de uma maneira um tanto frouxa”. (Isso mostra em parte a pobreza de uma abordagem sentido-referência, denotação-conotação, na teoria do significado).

Poderíamos clarificar esses pontos ao comparar nomes próprios paradigmáticos com nomes próprios degenerados, como “O Banco da Inglaterra”. Nestes, parece, que o sentido é dado tão claramente quanto em uma descrição definida; as pressuposições, por assim dizer, emergem à superfície. E um nome próprio pode adquirir um uso descritivo rígido sem ter a forma verbal de uma descrição: para aqueles que creem, Deus é, por definição, justo, onipotente, onisciente, etc. A forma, é claro, pode nos enganar; o Sacro Império Romano não era nem sacro, nem romano, etc., mas era, não obstante, o Sacro Império Romano. Pode ser que seja convencional chamar apenas garotas de “Marta”, mas se eu desse o nome de “Marta” ao meu filho, isso poderia causar engano, mas não seria uma mentira.

Agora, reconsidere nossa identidade original, “Túlio=Cícero”. Uma declaração feita usando essa sentença seria, eu sugiro, analítica para a maioria das pessoas; as mesmas pressuposições descritivas estão associadas a cada nome. Mas, é claro, se as pressuposições descritivas fossem diferentes ela poderia ser usada para fazer uma declaração sintética; poderia até promover uma descoberta histórica de grande importância.